

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS  
**MESTRADO**

**BRUNA FRANCISCA ANDRADE CAMELO MATOS**

**A CASA DO MURO AZUL**  
Etnografia em uma instituição de acolhimento de meninas em  
Imperatriz - MA

Imperatriz  
2025

**BRUNA FRANCISCA ANDRADE CAMELO MATOS**

**A CASA DO MURO AZUL**

Etnografia em uma instituição de acolhimento de meninas em  
Imperatriz - MA

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia para  
obtenção do título de Mestre em  
Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Emilene  
Leite de Sousa.

Imperatriz  
2025

Francisca Andrade Camelo Matos, Bruna.

A CASA DO MURO AZUL Etnografia em uma instituição de acolhimento de meninas em Imperatriz - MA / Bruna  
Francisca Andrade Camelo Matos. - 2025.

141 f.

Orientador(a): Emilene Leite de Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - Ma, 2025.

1. Institucionalização. 2. Acolhimento. 3. Adolescentes. 4. Autonomia. 5. Etnografia. I. Leite de Sousa, Emilene. II. Título.

**BRUNA FRANCISCA ANDRADE CAMELO MATOS**

**A CASA DO MURO AZUL**

Etnografia em uma instituição de acolhimento de meninas em  
Imperatriz - MA

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia para  
obtenção do título de Mestre em  
Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Emilene  
Leite de Sousa.

Banca examinadora

---

Dra. Emilene Leite de Sousa (orientadora)  
PPGS – UFMA

---

Dr. Phillipe Cupertino Salloum e Silva (examinador externo)  
PPGCS – UFJ

---

Dr. Wellington da Silva Conceição (examinador interno)  
PPGS – UFMA

Imperatriz  
2025

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, coragem e discernimento em cada etapa. Ao meu esposo Thiago, pelo auxílio, incentivo e compreensão sempre que necessário. À minha família, pelo apoio constante e torcida ao longo dessa jornada.

À minha orientadora, Emilene Leite de Sousa, por ter acolhido meu projeto com generosidade, olhar crítico e sensibilidade. Sua orientação firme, respeitosa e comprometida foi fundamental para que essa pesquisa ganhasse densidade.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por proporcionar o espaço formativo e interdisciplinar que me permitiu expandir horizontes para além do Direito. Aos professores e professoras que contribuíram com reflexões e provocações necessárias.

À Casa Doce Lar, por ter aberto suas portas para essa pesquisa, permitindo que eu adentrasse, com respeito e cuidado, o cotidiano institucional. À equipe técnica, em especial, a Assistente Social Verícia e a Vice Coordenadora Zoária, pelas partilhas e pela confiança.

Às meninas acolhidas, especialmente Jade, Rubi, Pérola, Esmeralda, Cristal, Turmalina, Aghata, Safira, Zircônia e tantas outras, que mesmo sob as marcas da dor e da institucionalização, me ensinaram sobre coragem, resistência e esperança. Esta pesquisa só ganhou sentido pela existência delas.

## RESUMO

A presente pesquisa investiga a dinâmica da institucionalização de meninas na Casa Doce Lar, uma instituição de acolhimento em Imperatriz/Maranhão, que abriga meninas de 10 a 18 anos, com ênfase especial nas adolescentes a partir de 12 anos. Utilizando o método etnográfico, a pesquisa buscou compreender como as práticas institucionais e as interações cotidianas moldam a experiência dessas adolescentes, além de explorar as formas pelas quais elas resistem, se adaptam ou transformam as normas estabelecidas. A pesquisa contextualiza a Casa Doce Lar como uma "instituição total" conforme Goffman (1961), onde regras rígidas e rotinas intensas formatam significativamente a vida das acolhidas. A análise respeitou as diretrizes éticas, especialmente a proteção de adolescentes em situação de vulnerabilidade, adotando procedimentos para garantir a confidencialidade e respeitar a dignidade das participantes. Esta pesquisa contribui para o campo da sociologia ao trazer à tona as narrativas dessas adolescentes, a fim de demonstrar e questionar práticas institucionais que impactam suas rotinas, seus direitos e sua autonomia.

Palavras – Chaves: institucionalização; acolhimento; adolescentes; autonomia; etnografia.

## RESUMEN

La presente investigación analiza la dinámica de la institucionalización de niñas en la Casa Doce Lar, una institución de acogida en Imperatriz, Maranhão, que alberga a niñas de 10 a 18 años, con énfasis especial en las adolescentes a partir de 12 años. Utilizando el método etnográfico, el estudio buscó comprender cómo las prácticas institucionales y las interacciones cotidianas moldean la experiencia de estas adolescentes, además de explorar las formas en que resisten, se adaptan o transforman las normas establecidas. La investigación contextualiza la Casa Doce Lar como una "institución total" según Goffman (1961), donde reglas estrictas y rutinas intensas configuran significativamente la vida de las residentes. El análisis respetó las directrices éticas, especialmente la protección de adolescentes en situación de vulnerabilidad, adoptando procedimientos para garantizar la confidencialidad y respetar la dignidad de las participantes. Esta investigación contribuye al campo de la sociología al visibilizar las narrativas de estas adolescentes, con el objetivo de evidenciar y cuestionar las prácticas institucionales que afectan sus rutinas, sus derechos y su autonomía.

Palabras clave: institucionalización; acogida; adolescentes; autonomía; etnografía

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. ETNOGRAFIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: DE PERTO E DE DENTRO	9
1.1 Do Tratamento das Diretrizes Éticas.....	18
2 ENTRANDO NA CASA DO MURO AZUL.....	21
2.1 Um Caminho de Tijolos Amarelos a Ser Seguido com Cuidado.....	23
2.2 O Caminho Etnográfico .....	31
2.3 Trajetória e Particularidades da Casa do Muro Azul .....	37
3 A CULTURA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL: SÍNTESE HISTÓRICA.....	42
3.1 Pobreza e Acolhimento: A Vulnerabilidade como Fator Determinante .....	52
3.2 Quando crescer é resistir: narrativas juvenis sob tutela institucional .....	59
4 POR TRÁS DO MURO AZUL.....	67
4.1 Com Elas e Por Elas: Funcionárias como Chaves de Escuta e Entrada.....	82
5 A EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL NARRADA PELAS ACOLHIDAS.....	85
5.1 O acordar .....	85
5.2 A Escola.....	88
5.3 As Refeições .....	90
5.4 Regras e tarefas.....	91
5.5 Tempo livre.....	93
5.6 A Hora do Descanso.....	95
6 PORTA JÓIAS INSTITUCIONAL: AS HISTÓRIAS DE JADE, PÉROLA, ESMERALDA E RUBI.....	98
6.1 JADE: Ainda é Tempo de Ser.....	98
6.2 Fragmentos da Trajetória Antes e Após o Acolhimento.....	99

6.3	Uma carta para Jade: Dinâmica Institucional e Estratégias de Resistência	100
6.4	Audiência: Rupturas e Revelações Institucionais e Familiares .....	105
6.5	Uma etnógrafa na sala.....	107
6.6	Projeto de vida e Transição para a Autonomia .....	109
6.7	PÉROLA: Circulações e Afetos no Caminho.....	110
6.8	Audiência e Visita Domiciliar .....	111
6.9	ESMERALDA: Chegada Recente, Impacto Imediato .....	114
6.10	Esmeralda e as paredes brancas: encarando o Mundo como Ele é .....	116
6.11	RUBI: A Adolescência como Campo de Disputa .....	119
6.12	Entre a Facção, o Pai e o Estado.....	120
6.13	Acusação e Descrença.....	122
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	129
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO.....	136

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa explora as dinâmicas da institucionalização das meninas adolescentes<sup>1</sup> na Casa Doce Lar, uma instituição de acolhimento localizada na cidade de Imperatriz/Maranhão, responsável por acolher meninas de 10 a 18 anos incompletos, oferecendo um ambiente que busca garantir proteção, educação e desenvolvimento, embora também reproduza desafios associados à institucionalização.

Esta pesquisa visou compreender os processos e práticas institucionais que moldam a experiência dessas adolescentes na Casa, utilizando a etnografia como abordagem metodológica, uma vez que permite uma investigação profunda e detalhada das práticas culturais e relações sociais no interior da instituição, capturando as nuances das interações cotidianas e as formas como as adolescentes vivenciam e interpretam sua permanência na Casa, além de explorar o modo como elas se relacionam com o ambiente e com as pessoas que compõem a instituição, tais como educadoras, assistentes sociais, psicólogas e cuidadoras.

Assim, como afirma Clifford Geertz (1989) e Magnani (2002), esta pesquisa vai além de um simples método de produção de dados, sendo um processo que busca capturar os significados implícitos nas ações e interações sociais. Essa abordagem possibilita uma “descrição densa” da vida diária na instituição, revelando não apenas as práticas observáveis, mas também os significados atribuídos por seus participantes.

Ouso dizer então, que se trata de uma dupla etnografia. Por um lado, foram etnografados os processos administrativos<sup>2</sup> e as audiências. Os primeiros por meio da etnografia documental, conforme Ferreira e Lowenkron (2019), e os segundos por meio da descrição densa proposta por Geertz (1989) ancorada na observação direta. No que diz respeito a experiência das meninas com a instituição no âmbito da Casa Doce Lar, apesar da observação direta que realizei, tentei

---

<sup>1</sup> A instituição abriga meninas de 10 a 18 anos, mas há um embate profundo sobre a influência e o impacto da convivência das meninas maiores sobre as menores, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente caracteriza como adolescentes aquelas acima de 12 anos, e a Casa abriga crianças dos 10 aos 11 anos com os mesmos padrões estabelecidos para adolescentes, além do mesmo espaço e rotina. Durante os dois anos da pesquisa, a instituição não contava com nenhuma menina com menos de 12 anos, razão pela qual utilizamos aqui a categoria adolescentes, por vezes, substituída por menina, fazendo menção ao gênero, apenas.

<sup>2</sup> Conjunto de documentos gerados pela instituição de acolhimento relacionados aos acolhidos como: atendimentos individuais feitos pelos profissionais da Casa, plano individual de atendimento, relatórios de acompanhamento, relatórios informativos e ocorrências tidas durante o acolhimento, dentre outros.

trazer a percepção das próprias meninas respeitando suas próprias leituras da rotina estabelecida pela Casa e de seus modos de tentar garantir alguma autonomia apesar da rigidez das regras.

Além da observação que fundamentou a descrição etnográfica, foram utilizados questionários com perguntas abertas em formato semelhante ao de entrevistas, a fim de garantir que as meninas fossem ouvidas em relação à sua experiência com a Casa. Por meio dessa escuta, foi possível acessar percepções singulares sobre a rotina, os afetos, as regras e os incômodos cotidianos, ampliando a compreensão da instituição não apenas como espaço de proteção, mas também como lugar de disputa, resistência e produção de sentido pelas adolescentes.

O contexto da pesquisa é um espaço institucional que se aproxima do conceito de “instituição total”, conforme descrito por Goffman (1961). Isso significa que, dentro da Casa Doce Lar, as adolescentes experimentam uma rotina intensa e regulamentada, que molda de maneira significativa suas experiências de vida e desenvolvimento pessoal.

O estudo almejou desvendar como essas regras, rotinas e práticas afetam as meninas e como elas se apropriam dessas normas, seja por meio de adaptação, da resistência ou da transformação.

As diretrizes éticas atravessam profundamente esta pesquisa, considerando que o trabalho de campo envolve adolescentes em situação de vulnerabilidade, muitas das quais foram vítimas de violência, abandono e negligência. Diante disso, procedimentos cuidadosos foram adotados para proteger a identidade das participantes, como o uso de nomes fictícios, que estabelecem uma simbologia entre uma pedra preciosa e a adolescente representada, estratégia que evita expô-las e, ao mesmo tempo, preserva a individualidade de cada uma.

Ao longo do estudo, buscamos responder como a Casa Doce Lar, enquanto espaço institucional, influencia as vivências das adolescentes e de que maneira estas se apropriam, resistem ou se adaptam às dinâmicas estabelecidas. Esta dissertação contribui para a literatura sociológica ao iluminar aspectos muitas vezes invisibilizados da institucionalização, trazendo à tona as histórias dessas jovens como protagonistas de suas próprias narrativas.

O interesse pelo tema se deu quando eu ainda era graduanda em Direito e estagiei na Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, oportunidade em que tive contato com vários processos de adoção, cadastros de famílias que pretendiam adotar, processos de menores infratores, realizei inspeções junto com o assessor e o juiz, dentre outras situações.

Na época, ainda não existia a Casa Doce Lar, apenas a Casa de Passagem, nome da antiga instituição que abrigava crianças na cidade e que hoje se chama Casa da Criança<sup>3</sup>. Esse contato com a Vara da Infância despertou em mim um sentimento de satisfação e familiaridade, de forma que comecei a estudar com mais afinco o Estatuto da Criança e do Adolescente e, sempre que possível, comparecia à Casa da Criança para realizar ações sociais.

Já como advogada, imaginei que pudesse trabalhar na área, mas a prática me levou por outros caminhos, e os direitos das crianças e adolescentes tornaram-se cada vez mais distantes para mim. O mestrado em Sociologia foi a oportunidade que tive de abordar esse tema com o qual tanto me identifico e gosto de trabalhar, algo que, por vários motivos, não consegui fazer no Direito. O campo da Sociologia me agraciou, pois me permite enxergar a institucionalização não apenas pelos olhos da legislação, mas também explorando outras nuances que, em outras áreas, eu não conseguiria desenvolver.

O título desta dissertação faz referência ao muro azul do prédio anterior, onde previamente funcionou a instituição. Apesar da mudança para um novo prédio, mantivemos o título original apresentado desde a qualificação, em razão de a maior parte da pesquisa ter sido realizada no prédio antigo de muro azul que a princípio foi uma percepção pessoal que caracterizou aquele lugar em que a instituição permaneceu por cerca de dois anos.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que compreender o cotidiano institucional exigia mais do que a análise de documentos ou a observação dos fluxos burocráticos da Casa Doce Lar. Era necessário escutar, ainda que de forma cuidadosa, aquelas que vivenciam a rotina de dentro. Por isso, uma parte deste trabalho, dedicou-se a compreender a percepção de cinco meninas sobre o dia a dia na instituição, a partir de questionários aplicados após um vínculo construído no campo.

Desta feita, o trabalho apresenta sua estrutura iniciando com esta Introdução, seguida do capítulo metodológico, onde discorremos sobre as técnicas e instrumentos utilizados para tornar viável esta pesquisa, bem como abordamos as diretrizes éticas que regem uma pesquisa com adolescentes, sobretudo no que se refere ao acolhimento institucional. No segundo capítulo, trato da minha entrada em campo descrevendo informações iniciais da instituição como fundação, equipe técnica e eventos da Casa que atestam seu funcionamento.

---

<sup>3</sup> Instituição de acolhimento para crianças com faixa etária de 0 a 9 anos que se encontram em situação considerada de risco — por abandono ou violência — ou extrema pobreza (Lima, 2021, p.27).

No terceiro capítulo, apresento a fundamentação teórica com apanhado histórico da institucionalização no Brasil, até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, perpassando assim, por essa e demais legislações, manuais e diretrizes legais e administrativas que foram criadas com o objetivo de certificar os direitos que conferem proteção aos adolescentes.

O quarto capítulo é composto da estrutura física da instituição, onde faço uma comparação entre o prédio antigo, em contraste com o prédio atual, mencionando os horários determinados para que atividades cotidianas ocorram. O quinto capítulo é uma descrição narrativa da trajetória de quatro adolescentes institucionalizadas, sob a perspectiva dos processos administrativos, audiências, relatórios e atendimentos institucionais, com ênfase nas histórias familiares, desafios e conflitos experimentados dentro e fora da Casa.

O último capítulo se refere às percepções de cinco meninas sobre o dia a dia na instituição, do acordar ao dormir, com o propósito de acessar sentidos atribuídos à rotina, às regras, afetos e estratégias de resistência que nem sempre são visíveis por meio de documentos.

Finalizando este trabalho, as considerações finais e as referências dialogam com as análises desenvolvidas ao longo dos capítulos e reiteram o compromisso ético e social desta pesquisa.

Por fim, o título desta dissertação faz referência a primeira casa onde funcionava a Casa Doce Lar durante a elaboração do projeto para o mestrado e o primeiro ano da pesquisa. Como revelaremos adiante, a instituição mudou de endereço no decorrer da pesquisa, mas ainda assim, optamos por manter o título apresentado na qualificação que faz referência ao muro azul do primeiro estabelecimento, por considerarmos o fato de que a pesquisa se deu a maior parte do tempo na primeira residência, mas também devido ao fato de que A Casa de Muro Azul – assim como o atual imóvel – passa despercebida pelos moradores de Imperatriz, constatação essa obtida por mim, enquanto pesquisadora, devido a conversas com várias pessoas sobre minha pesquisa e todas terem afirmado nunca ter ouvido falar da instituição.

Travestida de residência, a Casa, inexpressiva, revela a negligência do Estado e da sociedade para com suas moradoras, ao mesmo tempo em que - sem qualquer identificação institucional - resguarda as adolescentes de serem apontadas e identificadas na rua, no bairro ou nas escolas as quais pertencem, evitando assim, a estigmatização, conforme dispõe a Orientação Técnica dos Serviços de Acolhimento (2006).

Disso decorre talvez o lugar movediço que as meninas ocupam: onde deveriam ser vistas e notadas, mas não julgadas ou apontadas. Onde deveriam ser percebidas como sujeitos cujo acolhimento é dever do Estado, mas caberia a sociedade observar de o perto cumprimento deste dever com o cuidado de quem observa se adormecem e acordam seguros, se se alimentam adequadamente e se são acolhidos e respeitados os seus próprios filhos.

## **1. ETNOGRAFIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: DE PERTO E DE DENTRO**

Esta pesquisa foi realizada na Casa Doce Lar, instituição de acolhimento que atende meninas de 10 a 18 anos incompletos, localizada em Imperatriz – MA. O objetivo é compreender como essa entidade, enquanto espaço institucional, molda as experiências das adolescentes ali inseridas, e de que maneira elas se apropriam, resistem ou se adaptam às dinâmicas impostas pela institucionalização, vez que, ao nosso entender o espaço remete a categoria de instituição total (Goffman, 1961).

A etnografia como perspectiva metodológica apoiada na observação e descrição minuciosa de práticas culturais de um grupo específico, proporcionou estudo aprofundado e detalhado da instituição de acolhimento, razão pela qual se revelou o meio mais adequado a perquirir a presente pesquisa, porquanto não se trata apenas de um método de coleta de dados, mas um caminho que reluz os significados implícitos das ações sociais (Geertz, 1989).

Como método de pesquisa, a etnografia foca na descrição detalhada de pequenos universos culturais, buscando entender os significados que os indivíduos atribuem às suas práticas como membros desses grupos, sejam eles tradicionais ou modernos.

A etnografia surgiu no final do século XIX e início do século XX, como tentativa de observar de maneira mais abrangente os modos de vida das pessoas. Inicialmente, seu aparecimento se deu em livros de viagem que descreviam sociedades exóticas. Como exemplo, podemos citar a obra clássica de Malinowski (1922), intitulada - Os Argonautas do Pacífico Ocidental.

A imersão do pesquisador na vida cotidiana do grupo estudado é essencial para a prática etnográfica, pois é esse envolvimento próximo e interno (Magnani, 2002), que possibilita um conhecimento mais profundo sobre o dia a dia das comunidades.

Todavia, praticar etnografia não significa apenas estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que a define é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” (Geertz, 1989, p. 15).

Para alguns autores, a etnografia transcende a mera metodologia, representando a teoria em ação através de sua capacidade de questionamento. Cada estudo etnográfico não apenas amplia e interroga os conhecimentos existentes, mas também os transforma, resultando no surgimento de novas e valiosas teorias etnográficas (Peirano, 2014).

A observação etnográfica é uma relação entre os objetos, pessoas, situações e sensações provocadas no próprio pesquisador, torna-se, pois, muito mais do que captura do visível; a descrição etnográfica é por sua vez, a elaboração linguística desta experiência. É a percepção que desencadeia um processo de descrição, mas esta última consiste menos em transcrever e mais em construir, em estabelecer uma série de relações entre o que é observado e aquele que observa (Sousa, 2015. p. 152 e 153).

Desfrutando da observação direta, pude enriquecer as descrições produzindo dados sobre o mundo da institucionalização na adolescência, o que me proporcionou, dentre outras particularidades, a angariação de histórias impactantes que me conduziram a reflexão para além da escrita.

Durante a pesquisa, tive contato com vários eventos relacionados a Casa Doce Lar. Posso classificar as audiências como um evento que suscitou uma observação abundante, vez que tive amplo acesso a elas, com contato direto com as autoridades, podendo compreender de perto a profundidade das histórias de vida de cada adolescente.

Percebi que a realização dessas audiências marca profundamente a vida das meninas, o que culmina em como serão seus próximos dias, dentro ou fora da Casa: se retornam para a família ou permanecem acolhidas; se haverá o fortalecimento dos vínculos familiares e com quem; se outros parentes possuem interesse na guarda da adolescente e quais as causas que impedem a família de recebê-la de volta.

Cardoso de Oliveira (1996), esmiúça o trabalho de campo em três etapas: o olhar, o ouvir e o escrever. Segundo ele, o olhar sofre uma domesticação, pois mesmo antes de começar a pesquisa de campo, o pesquisador já teria sido influenciado por teorias e conceitos que moldam a maneira como ele vê o mundo, de forma que sua bagagem teórica influencia a percepção, alterando a maneira como ele visualiza e interpreta o objeto.

O ouvir, por sua vez, melhora a qualidade da relação, transformando-a de uma via de mão única, onde apenas um lado fala e o outro apenas escuta, para uma via de mão dupla, onde há verdadeira interação entre as partes. Esse entrosamento é denominado de observação participante, na qual o pesquisador não é apenas um observador passivo, mas ativo na vida da comunidade que está sendo objeto de estudo, necessitando, portanto, da aceitação de seus membros.

O escrever é o momento em que o conhecimento atinge seu ponto mais crítico, diferenciando-se do olhar e do ouvir, que, apesar de se complementarem, são vistos como atos mais cognitivos do trabalho de campo. A escrita é o ato praticado no gabinete onde o conhecimento realmente se consolida e se comunica de forma eficaz. É nesse ambiente que as

observações do campo são transformadas em textos que contribuem para o entendimento e a comunicação científica

E se tomarmos ainda Geertz por referência vemos que, na maneira pela qual ele encaminha suas reflexões, é o Escrever "estando aqui", portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva. Por quê? Devido ao fato de iniciarmos propriamente no gabinete o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados "estando lá"(Oliveira,1996, p. 22).

Surpreendi-me com o exercício da escrita, pois, a cada página construída a partir da leitura dos registros feitos *in loco*, revivia as falas dos familiares que presenciei, as expressões das profissionais, os rostos das meninas com quem tive contato e a entrega das cuidadoras em sua lida diária na instituição, compondo, assim, uma escrita que nasce do olhar, da escuta e da experiência vivenciada.

A capacidades dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, “estado lá” (Geertz, 1978, p. 15).

Me atrevo a dizer que fui permeada pela realidade descrita nesse trabalho, isso porque, apesar de possuir um singelo conhecimento sobre institucionalização, era impossível imaginar todas as dinâmicas existentes, os motivos que destinam uma jovem até a Casa Doce Lar, considerando o longo caminho percorrido até a instituição, o cenário das famílias e - o mais impactante - a ausência de opções de restabelecimento familiar como realidade recorrente em contextos de acolhimento.

Logo, me dediquei a expressar os detalhes que somente quem presenciou a rotina institucional teria propriedade para descrever, desejando que todos que tiverem acesso a essa pesquisa, pelo menos em algum momento da leitura, consigam caminhar pela instituição ou se sentir dentro de uma audiência ou apenas apreender as declarações de um familiar, imaginando qual seria a solução mais viável para aquela situação ou como se sentiria diante daquele contexto.

O fazer etnográfico é um processo conduzido principalmente pela curiosidade investigativa do etnógrafo. Dessa forma, a aplicação de técnicas e métodos etnográficos não segue normas fixas ou estimadas previamente, mas sim, o discernimento que o etnógrafo desenvolve com base em seu trabalho de campo no ambiente social treinado (Matos e Castro, 2011).

Os instrumentos de produção de dados e sua análise utilizados nessa abordagem, frequentemente precisaram ser adaptados para se adequarem à realidade do campo de pesquisa. Assim, por muitas vezes, foi necessário redirecionar a pesquisa por meio das perguntas formuladas pelo pesquisador.

É interessante destacar que, como profissional do Direito com 12 anos de experiência na advocacia e atuação diária em processos judiciais, desenvolvi uma linguagem naturalmente mais formal e legalista. No entanto, como pesquisadora, precisei me adaptar, não apenas para atender às exigências acadêmicas do mestrado em Sociologia, mas também para viabilizar uma escuta mais sensível e efetiva no campo, sobretudo em um ambiente institucional com meninas, cujas formas de expressão são mais contidas, diretas e muitas vezes marcadas por silêncios e desconfianças.

Além disso, há a presença das famílias, em sua maioria de baixa renda, com pouca escolarização, que dificilmente compreenderiam uma abordagem marcada por termos técnicos e jargões jurídicos, especialmente se esta não levasse em consideração suas realidades emocionais, materiais e afetivas. Assim, foi necessário que eu moldasse minha linguagem e postura às singularidades dos meus interlocutores, reconhecendo a potência de outras formas de dizer, sentir e narrar.

Matos e Castro (2011), argumentam que a etnografia como abordagem de investigação científica, traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, elencando três benefícios. O primeiro está relacionado a preocupação com a análise abrangente da cultura, vez que a cultura não é simplesmente um reflexo das forças estruturais da sociedade, mas um sistema de significados que mediam entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.

O segundo diz respeito a introdução dos atores sociais com participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. O terceiro se refere a exposição das relações e interações que ocorrem dentro das instituições que fazem parte das estruturas sociais, tornando possível revelar e evidenciar os processos que elas geram, os quais são frequentemente difíceis de serem percebidos pelos indivíduos que delas participam.

Neste sentido, o sujeito da pesquisa, historicamente ator das ações sociais e interacionais, contribui para significar o universo pesquisado exigindo a constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador (Matos e Castro, 2011, p.51)

Portanto, a etnografia é a teoria aplicada na prática através do processo de questionamento e investigação que coloca a teoria em movimento, testando e desafiando ideias.

Cada estudo etnográfico pode mudar a forma como entendemos certos fenômenos, criando perspectivas e insights.

A pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar porque alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (Peirano, 2014, p. 3).

No quarto capítulo, abordo as histórias de algumas adolescentes de forma mais profunda, mas sem identificá-las, mantendo total sigilo, visto que utilizo de nomes fictícios em respeito a menoridade e ao princípio jurídico da confidencialidade previsto no ECA. Uma dessas narrativas me constrangeu bastante pelo alto potencial de sofrimento vivenciado pela adolescente de 17 anos, acolhida na Casa Doce Lar.

Conhecer a história daquela jovem me fez compreender que a realidade não se dobra à letra da lei. O que está previsto no ECA nem sempre se concretiza na prática. Cada caso é percorrido por suas próprias complexidades, e há situações que escapam tanto do alcance da instituição quanto à atuação do próprio Estado, que deveria garantir certos direitos.

Mais uma vez, meu olhar de advogada foi desestabilizado pelo campo: entendi aquela vivência sob uma ótica que, se tivesse apenas lido ou ouvido fora do contexto, talvez tivesse recusado, afirmando que "a lei não permite". Mas ali, diante da menina, não havia artigo que desse conta daquela cena.

Em termos simples, imagine uma mãe biológica que afirma estar pronta para receber a filha de volta. Diz que o quarto da menina está arrumado, que agora tem uma fonte de renda, que está preparada. Mas, diante disso, ouve do juiz a decisão: "a adolescente continuará institucionalizada", sob os olhos cheio de lágrimas da mãe que manifestava seu desejo de insatisfação. Presenciar essa cena me deslocou de um lugar de certeza jurídica para um campo marcado por ambiguidades e dilemas que a letra da lei não conseguiu traduzir.

A construção de narrativas como essa, que veremos ao longo desta pesquisa, se baseou em observação ora direta, ora participante, escuta indireta e etnografia documental. As histórias foram compostas a partir da leitura de documentos institucionais, como os processos

administrativos e os Planos Individuais de Atendimento (PIA)<sup>4</sup>, bem como da observação das audiências concentradas<sup>5</sup> e demais eventos dos quais participei ao longo do trabalho de campo.

Trata-se, portanto, de uma etnografia de práticas institucionais, em que a aproximação com as experiências das adolescentes se deu pela convivência com o cotidiano da Casa Doce Lar e pela escuta das dinâmicas, fluxos e registros que atravessam sua institucionalização. Essa opção metodológica, além de respeitar os limites éticos envolvidos na pesquisa com adolescentes em situação de acolhimento, também reafirma o compromisso com uma escuta ampliada, que reconhece nos documentos, gestos e expressões, formas legítimas de produção de sentido.

A respeito dos documentos, cabe mencionar que é uma forma legítima de etnografar, levando em consideração que a etnografia documental vai além do "conteúdo" do texto, focando em como a forma, a materialidade e os elementos visuais dos documentos atuam na construção de significados e relações de poder. Assim, "documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações."(Ferreira e Lowenkron, 2019, p. 8).

Por meio das técnicas empregadas, pude narrar as trajetórias de Cristal, Jade, Pérola, Esmeralda, Rubi, Turmalina, Safira, Zircônia e Aghata, personagens centrais desta dissertação, acompanhando-as em sua rotina institucional, do despertar ao adormecer, e escutando atentamente suas vivências, percepções e experiências cotidianas. Não se trata de relatos lineares ou de biografias completas, mas de composições etnográficas que buscam captar fragmentos de trajetórias permeadas por sentimentos diversos, como dor, resistência, afeto, proteção e abandono.

Após a aplicação de questionário semiestruturado no modelo de entrevista, disponível no apêndice A, apresento seu conteúdo não apenas para descrever as situações vividas, mas também tensionar as práticas institucionais da Casa Doce Lar, evidenciando as estratégias de resistência das adolescentes diante do cotidiano do acolhimento. Nesse processo, problematizo a aplicação da medida protetiva de acolhimento à luz do princípio da preservação dos vínculos

---

<sup>4</sup> É um instrumento que auxilia no planejamento do trabalho social a ser desenvolvido com os usuários dos serviços de acolhimento.

<sup>5</sup> Ato solene presidido pelo(a) magistrado(a) da Infância e Juventude, com a participação de promotores(as) de justiça, defensores(as) públicos(as), profissionais dos serviços de acolhimento e demais profissionais que atuam na rede de proteção, e devem ocorrer preferencialmente nos serviços de acolhimento.

familiares e da promoção da reintegração, dimensões que foram verificadas com mais intensidade.

Para mais, não se pode desmembrar o fazer etnográfico da empiria, visto que essa se traduz pelos “eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” (Peirano, 2014, p. 4).

Bourdieu (1997), por exemplo, considerava que o pesquisador poderia introduzir preconceitos ou distorções em sua análise científica. Segundo ele, todo pesquisador carrega consigo esquemas de percepção e interpretação social que ele denomina de *habitus*<sup>6</sup>, que são concebidos por sua própria posição na sociedade. Assim, se essas estruturas não forem desconstruídas, podem fazer com que o pesquisador interprete erroneamente os dados coletados, infundidos por suas experiências pessoais e visão de mundo.

Nesse sentido, ao impor suas categorias de pensamento acerca da realidade estudada, o pesquisador não percebe que tais esferas são frutos de sua posição, o que pode resultar em uma falsa objetividade, vez que o pesquisador acredita estar sendo neutro, contudo, estaria apenas reforçando suas próprias concepções. Por esse motivo, o mesmo autor defende a necessidade da reflexividade, onde o pesquisador estaria constantemente consciente e auto avaliador de suas próprias pré-noções a fim de evitar que essas influências corrompam os resultados da pesquisa.

E foi exatamente esse exercício que me propus a realizar: ir ao campo com a mente aberta, disposta a escutar mais do que afirmar, a observar mais do que concluir. Durante as aulas do mestrado, fomos alertados constantemente: *o campo traz revelações inimagináveis; nada está dado de antemão*. Essa advertência me acompanhou durante toda a pesquisa. Compreendi que, por mais que eu carregasse saberes jurídicos e teóricos, era necessário suspendê-los, ao menos por instantes, para permitir que o real, com suas contradições, dores e complexidades, pudesse se apresentar antes de ser nomeado, classificado ou reduzido aos moldes esperados.

Velho (1980) destaca que, ainda que o pesquisador mergulhe na investigação de seu objeto como Malinowski o fizera com os nativos das ilhas de Trobiand, não significa necessariamente, que compreenderá suas relações.

Posso estar acostumado com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar; a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente

---

<sup>6</sup> Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações (Bourdieu, 1997, p. 161).

comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam (Velho, 1981, p. 128).

Peirano (1992), por sua vez, trata da questão usando o termo “resíduos”, exemplificando que certos fatos que resistem às explicações habituais só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as ideias nativas.

Goldman (2003), por sua vez, defende a possibilidade de um desvio etnográfico, que consiste no processo em que o pesquisador se afasta de sua perspectiva cultural original para tentar compreender o ponto de vista de como as pessoas da cultura estudada veem o mundo, permitindo assim, que as categorias da sociedade estudada apareçam com mais clareza.

Favret-Saada (1990) argumenta sobre a necessidade de uma imersão total, emocional e subjetiva do pesquisador no campo de estudo, ao invés de se manter distante e "objetivo". Para ela, o pesquisador não deve permanecer em uma posição meramente observadora, pois na pesquisa de campo por ela realizada no Bocage francês, por exemplo, a feitiçaria só pôde ser compreendida vivenciando os efeitos emocionais, simbólicos e até físicos apreendidos. O conceito do "Ser afetado", implica em que os interlocutores vejam o pesquisador como parte do contexto estudado.

A partir do meu segundo momento em campo, pude praticar uma maior inserção no universo estudado. Foi quando percebi que não poderia apenas descrever a instituição sem mergulhar mais profundamente nela. Participei de eventos de gincana, fui convidada para palestrar, fiz refeições com as meninas e funcionárias da instituição, acompanhei visitas domiciliares, escutas humanizadas e as próprias audiências já mencionadas.

Portanto, conforme Magnani (2009) afirma, cada uma das posições elencadas pelos autores, revelam alguns núcleos de significados que se repetem. O primeiro deles é a postura de estranhamento do pesquisador em relação ao objeto de estudo, resultado da influência de sua cultura de origem e dos esquemas conceituais que ele possui. “Esses esquemas não são abandonados apenas porque o pesquisador está em contato com outra cultura e suas respectivas explicações, conhecidas como teorias nativas” (Magnani, 2009, p.134).

Etnografia é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo (Matos e Castro, 2011, p.51).

Me filio a essa posição, por acreditar que a interação simultânea entre o pesquisador e a cultura estudada, é o que possibilita o surgimento de soluções imprevistas e a adoção de uma perspectiva descentrada e inovadora.

Como advogada e, mais recentemente, professora universitária, reconheço o quanto me apego à letra da lei. Uma prática consolidada ao longo dos anos e que, não raro, se impõe quase automaticamente na forma como percebo o mundo. No contexto desta pesquisa, esse apego gerou inúmeros episódios de estranhamento, especialmente diante de posturas, práticas e realidades que, à primeira vista, pareciam contrariar tudo aquilo que, até então, eu considerava normativo e inquestionável.

Inicialmente, foi um desafio conter esse impulso de interpretar os fatos a partir de uma matriz jurídico-formal, de modo a não comprometer a escuta e conseguir sustentar, em paralelo, duas dimensões: o que está previsto na norma e o que, de fato, se concretiza no cotidiano institucional.

Com o tempo e à medida que me familiarizava com o campo, fui compreendendo que abrir mão, mesmo que temporariamente, de determinadas lentes conceituais, não significava negá-las, mas sim reposicioná-las. Entendi que esse movimento não é uma exigência rígida da pesquisa, mas uma escolha metodológica possível, cruzada por uma postura de abertura ao extraordinário.

A suspensão dos julgamentos prévios e das categorias prontas tornou-se, então, uma forma de escuta comprometida com a complexidade da vida que se apresentou no campo. Em sua grande maioria, ausente das leis, da jurisprudência e da doutrina, porém, nunca fora de sentido.

Diante disso, o pesquisador não apenas compreende o significado dos arranjos culturais do outro, mas ao identificar e descrever esse significado em seus próprios termos, consegue assimilar a lógica encoberta e integrá-la a sua própria estrutura de pensamento, bem como aos seus valores e sistemas de percepção.

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (Magnani, 2009, p. 135).

Dito isto, observei que o campo nunca se fecha totalmente. O percurso etnográfico na Casa Doce Lar não apenas possibilitou a aproximação com as rotinas e dinâmicas institucionais, mas também provocou em mim deslocamentos profundos enquanto pesquisadora e profissional do Direito. A convivência com as adolescentes e suas histórias marcadas por rupturas e resistências, me ensinou que nenhuma norma, por mais bem-intencionada, é capaz de dar conta, sozinha, da complexidade da vida institucional.

Ao adotar a etnografia como caminho metodológico, abracei uma postura de escuta, presença e implicação, compreendendo que conhecer não é simplesmente registrar, mas ser implicada pela experiência do outro. Portanto, é tanto a fundamentação de um método quanto o testemunho de uma travessia.

### 1.1 Do Tratamento das Diretrizes Éticas

A pesquisa com adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade que incluem uma história de violação de direitos com circulação entre instituições estatais e casas de parentes, levanta diversas questões éticas que precisam ser cuidadosamente consideradas (Fonseca, 2006). Estas questões incluem consentimento, confidencialidade e a aplicação de diretrizes éticas universais em diferentes contextos culturais.

Morais *et.al* (2017), aponta que na rotina da pesquisa, algumas características afetam os pesquisadores e suas equipes de diversas maneiras, citando, por exemplo, quando é necessário realizar encaminhamentos ou acionar a rede de proteção institucional ou serviços de saúde; ou ainda, quando os participantes relatam casos de violência física, psicológica ou sexual sofrida no âmbito familiar, onde o pesquisador se vê em dúvida sobre a melhor forma de agir.

Além do mais, surgem discussões sobre quem deve dar o consentimento para a participação desses menores de 18 anos na pesquisa, categoria onde também estão inclusas as crianças, vez que ambos, tanto crianças como adolescentes, aos olhos da legislação, são considerados “incapazes”, razão pela qual devem ser representados por seus pais.

Desta feita, por vezes, neste subcapítulo, podemos fazer referência a pesquisa com crianças para fundamentar nossa discussão ética também com relação aos adolescentes, por entender que as implicações são as mesmas para ambos, visto a menor idade existente.

Assim, alguns autores como Sousa & Pires (2020), Francischini e Fernandes (2016), e Kramer (2003), são unânimes em reforçar a necessidade do reconhecimento de crianças e adolescentes como atores sociais, sujeitos de direitos e participantes ativos (protagonistas) do processo de pesquisa.

A importância de “escutar a sua voz” e valorizar a comunicação de crianças e adolescentes, reconhece sua competência para se expressar e produzir interpretações sobre a realidade, objetos ou eventos.

Apesar do reconhecimento da Antropologia da Criança de que estas crianças são atores sociais importantes em suas culturas e tornando-as sujeitos nas pesquisas –

mesmo atuando como interlocutoras privilegiadas, elas terminam não sendo coautoras dos textos que são produtos finais. Isto é, são sujeitos da pesquisa, cujo ponto de vista orienta nossas ações em campo, mas desaparecem nos textos etnográficos, sem terem seus nomes, rostos e vozes realmente levados em conta (Sousa e Pires, 2020, p. 2)

Ao abordar questões éticas em pesquisas com crianças e adolescentes, é essencial entender o processo de pesquisa de forma integrada. Isso inclui desde as concepções epistemológicas que guiam o estudo como noções sobre infância, adolescência e vulnerabilidade, até as questões metodológicas empregadas. Além do que, é fundamental considerar os aspectos da relação entre pesquisador e participante.

Sobre a ocultação da identidade de menores de 18 anos nos textos etnográficos, há uma preocupação entre os autores quanto ao risco de os participantes da pesquisa se tornarem invisíveis e desconsiderados, mesmo sendo eles os principais responsáveis pela produção do conteúdo final.

A fim de que não ocorra tal fato, é comum recorrer a alternativas como o uso de nomes fictícios, iniciais dos nomes reais ou até permitir que os próprios menores escolham como desejam ser chamados. Sonia Kramer (2002), aponta que essas práticas têm sido adotadas no Brasil, com esforço significativo para estabelecer a visão da criança como cidadã, ser criativo, indivíduo social, criadora de cultura e história, enquanto também é moldada pela história e cultura contemporâneas.

Nesse sentido, a autora se manifesta contrária a utilização de números, iniciais ou primeiras letras do nome para remeter às crianças, pois entende que essa atitude nega sua condição de sujeitos, desconsidera sua identidade e as relega a um anonimato incoerente com o referencial teórico que orienta a pesquisa. Contudo, a autora também entende que em contextos em que a revelação dos nomes se constitua risco real, se faz necessário usar nomes fictícios.

No caso em tela, tratamos com adolescentes que estavam em situações de risco, sendo consideradas vulneráveis, motivo pelo qual compartilho do entendimento de que se faz necessário que seus nomes sejam ocultados a fim de preservá-las, sobretudo porque, algumas dessas adolescentes foram vítimas de violência e abuso sexual. Por outro lado, o cuidado serve também para evitar futuros problemas judiciais por parte do pesquisador.

Deste modo, para resolver esse impasse, optei por utilizar nomes de pedras preciosas para representar as adolescentes ao citar suas histórias, estabelecendo uma conexão simbólica entre a pedra escolhida e a jovem que será identificada por esse nome na pesquisa.

Todavia, ainda que se oculte o verdadeiro nome visando a proteção das adolescentes, isso não retira a importância de compreendê-las como sujeitos e não apenas como objetos da pesquisa, conforme afirma Priscilla Alderson (2005). Ademais, as adolescentes possuem poder de fala e de entendimento acerca da situação a qual estão inseridas, esclarecendo e opinando sobre o presente e sobre suas expectativas de vida para o futuro.

Como consequência da diferença entre pesquisas em e pesquisas com seres humanos, não podemos esquecer que os interlocutores – todos eles, inclusive as crianças - contra-argumentam, discordam, se defendem, complexificam ou simplificam o que o pesquisador investiga. Negociam, sovinam, secretam e forjam realidades e informações e manipulam as relações com o pesquisador (Sousa e Pires, 2020, p. 9).

Durante minhas idas à instituição, ficava com receio de fazer algumas perguntas para as adolescentes, pois a maioria delas se mostravam muito tímidas. É como se tivessem um segredo no olhar que eu teria que descobrir para acessá-las. Cada uma com suas histórias, muitas vezes, tristes e inimagináveis para uma menina de 12 ou 14 anos.

A abordagem com elas deve ser cercada de cuidado, sensibilidade e empatia para não adentrarmos num assunto delicado que faça com que relembrem momentos traumáticos vividos. Por muitas vezes durante minhas idas na instituição, tive que me retirar da sala para que a Psicóloga pudesse conversar com elas a sós, pois certamente trataram de assuntos delicados que eu não poderia ter conhecimento.

O percurso ético-metodológico desta pesquisa se mostrou complexo e exigiu ser trilhado com cuidado e atenção, uma vez que me inseri numa instituição que abriga apenas meninas, todas menores de idade e foi necessário manter a discrição e sensibilidade em todo o tempo para que pudesse apreender o máximo possível, para ao final, alinhar o que ouvia e o que via com a escrita.

## 2 ENTRANDO NA CASA DO MURO AZUL

A pesquisa inicia com o desejo de explorar o universo da institucionalização de adolescentes que foi instigado nas aulas do mestrado, a partir da ausência de estudos locais que tratem da temática. O primeiro passo se deu com minha ida a Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, onde estagiei quando era estudante do curso de Direito e tive contato com os processos de adoção e institucionalização da época.

Na oportunidade, conversei com o Juiz titular da Vara e meu antigo professor na graduação em direito, onde compartilhei meu desejo em iniciar a pesquisa na instituição que abriga meninas adolescentes, a Casa Doce Lar, pedindo permissão para adentrar a entidade como pesquisadora, o que me foi prontamente concedido por meio de assinatura de termo de autorização.

Dias depois, de posse do contato da Coordenadora da Casa repassado pelo assessor do Juiz, agendei a primeira visita para me apresentar e falar um pouco do meu objetivo naquele lugar. Compareci no dia marcado, conheci a Assistente Social, a Coordenadora, a Vice Coordenadora e a Psicóloga da instituição que me apresentaram a Casa, sua estrutura física e seus funcionários.

A pesquisa se desenvolveu em dois momentos distintos. O primeiro teve início com minha entrada em campo no dia 28 de março de 2024, período em que estive presente na Casa de forma regular, realizando visitas três vezes por semana até o dia 10 de maio do mesmo ano. O segundo momento ocorreu entre os meses de fevereiro e abril de 2025, quando retomei as idas à instituição após a etapa de qualificação da dissertação, aprofundando o contato com o campo e revisitando elementos que haviam emergido na primeira fase da pesquisa.

Ao longo da pesquisa, busquei privilegiar a observação direta das dinâmicas cotidianas da instituição, atentando não apenas para os gestos, silêncios e interações do dia a dia, mas também para momentos mais formais, como as já citadas audiências concentradas.

A realização dessas audiências se dá como forma de reavaliar medidas protetivas aplicadas a crianças e adolescentes em unidades de acolhimento, tem se consolidado como uma importante estratégia jurídica. Essa prática busca garantir maior atenção, cuidado e celeridade na análise das situações pessoais, processuais e institucionais que interligam as trajetórias dessas pessoas no contexto de proteção integral no país.

Nesse sentido, essas audiências têm como finalidades específicas, conforme previsão do art. 2º da Recomendação CNJ nº 98/2021: Garantir a observância dos princípios que regem a

execução das medidas socioeducativas, em especial, a legalidade, excepcionalidade da imposição de medidas, proporcionalidade, brevidade, individualização, mínima intervenção, não discriminação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ao oportunizarem o contato de diversas autoridades e órgãos públicos, em especial a autoridade judiciária com as adolescentes que estão institucionalizadas, as audiências criam condições e mais oportunidades para que os direitos delas possam ser exercidos. Um bom exemplo disso, foi quando uma dessas meninas escreveu e entregou uma carta ao Juiz, pedindo para ir para casa, se referindo a sua família.

Para algumas meninas, a participação na audiência significa encontrar com sua família através de parentes que são intimados a comparecer, embora nem sempre atendam ao chamado. Uma teia de significados se entrelaça nessa ocasião, isso porque foi possível captar verdadeiros encontros de restabelecimento familiar, demonstrações de sentimentos e posso afirmar ainda, que o nascimento ou a ressuscitação da esperança, onde mãe e filha se abraçam na expectativa de futuramente, poderem estar juntas novamente

**Imagem 1:** mãe e filha ao fim da audiência



Essa área da instituição funciona como uma recepção, onde as partes ficam aguardando serem chamadas para ingressar na sala onde ocorre as audiências, que são realizadas dentro da Casa Doce Lar, geralmente no mês de abril<sup>7</sup>. Acompanhei várias delas e pude vislumbrar nuances importantes sobre o funcionamento da rede de proteção e os sentidos que se produzem sobre o acolhimento e as possibilidades de seu encerramento.

Assim, conforme minhas impressões, passo a compartilhar detalhes que evidenciam o clima dessas audiências e os sentidos que se produzem em torno delas, na tentativa de que cada pessoa que tiver acesso a essa pesquisa, sinta como é estar presente em um ato tão importante e decisivo na vida das adolescentes institucionalizadas.

## **2.1 Um Caminho de Tijolos Amarelos a Ser Seguido com Cuidado**

É tarde na Casa Doce Lar. O sol está escaldante! As meninas estão inquietas, penteando os cabelos umas das outras, revezando olhares ansiosos entre o corredor e a sala. A equipe técnica está sentada ao redor da mesa de refeição, aguardando a chegada das autoridades. A movimentação evidencia que hoje tem audiência.

Algumas não entendem o que está acontecendo exatamente. Uma por uma, vão sendo chamadas em meio a cochichos, respirações profundas e olhares que evitam se cruzar com os adultos. Entro na sala onde acontece as audiências concentradas.

A mesa está disposta em formato de “U”, com o juiz ao centro, ladeado por representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. De um lado, a equipe técnica da Casa — coordenadora, assistente social, psicóloga e membros do Conselho Tutelar. Do outro, os pais ou responsáveis, quando comparecem. Ao fundo, ficam as meninas acolhidas.

Os discursos institucionais se entrelaçam com silêncios que dizem mais do que as falas. Nesse espaço, as decisões sobre permanência ou retorno ao convívio familiar são discutidas, mas nem sempre compreendidas por quem mais será afetado por elas.

---

<sup>7</sup> O Provimento nº. 118, de 29 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determina que as audiências concentradas protetivas devem acontecer a cada semestre, preferencialmente, nos meses de “abril e outubro” ou “maio e novembro”, e podem servir à finalidade de reavaliação trimestral de que trata o Art. 19, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Uma dessas audiências me marcou profundamente. Cristal, de apenas 12 anos, estava na Casa havia pouco mais de dois meses. Quando questionada se gostaria de falar na presença do casal de tios com quem vivia, recusou firmemente. Com voz contida, mas firme, relatou que era agredida desde os quatro anos por sua tia<sup>8</sup>, com chutes, empurrões e pancadas contra a parede e que as agressões que se estendiam também à sua mãe, que tem transtorno mental e com quem dividia a mesma casa. “Ela bate e não para mais”, disse a menina. Contou ainda, que as agressões culminaram em uma sequência de espancamentos entre sexta e segunda-feira, fato que levou a escola a acionar o Conselho Tutelar.

A versão da tia foi outra. Afirmou que havia batido na sobrinha porque viu uma foto dela fazendo um gesto de facção e leu mensagens sobre menstruação no celular, o que a deixou decepcionada. Declarou que se algo acontecesse à menina, “não seria culpa dela”. O relato foi contestado pela escola, que descreveu Cristal como uma aluna exemplar. Professoras choraram ao saber da denúncia, e o Conselho Tutelar considerou que a tia havia criado um cenário para desqualificar a adolescente, inclusive perante os vizinhos.

Diante da situação de agressão, a mãe da menina que não tinha muita noção do que estava acontecendo, apenas chorava sem poder defender a filha. A equipe técnica da Casa se mostrava tranquila quanto à permanência de Cristal na instituição e relatava o alívio por parte da adolescente.

O Ministério Público, a Defensoria e a equipe técnica, sugeriram a guarda para um outro tio, que anteriormente havia sido seu guardião<sup>9</sup> e naquela oportunidade, manifestou na própria audiência, o desejo de cuidar da menina novamente, inclusive de sua irmã, mãe de Cristal.

A decisão foi proferida ali mesmo: desligamento da adolescente da Casa e transferência da guarda para tio, antigo guardião que foi cientificado da obrigação em dar seguimento às providências legais. Ao final, os tios agressores foram reconvidados à sala e informados da decisão. Nenhuma palavra foi dita por eles. A audiência havia terminado, mas o que se produziu ali, disputas de versões, silenciamentos, estratégias de resistência e desejo de reconstrução, continuava ressoando muito além daquela sala.

---

<sup>8</sup> Expressão nativa que se refere a mulheres mais velhas, especialmente aquelas que trabalham com crianças/adolescentes ou que são figuras maternas na comunidade

<sup>9</sup> Pessoa designada pelo juiz para cuidar de uma criança/adolescente ou de um adulto incapaz

Ao saírem da sala, a menina com os olhos cheio de lágrimas e com a ajuda das cuidadoras, foi fazendo sua mala, guardando suas coisas e se despedindo das demais adolescentes. Parecia não acreditar no que estava acontecendo. O tio, por sua vez, saiu do prédio da instituição e foi ligar seu carro, um veículo humilde que os levariam para outro estado da federação para que Cristal e sua mãe vivessem uma nova vida, longe das dores do passado.

Todavia, ao se recusar a falar diante dos tios e ao narrar sua história com detalhes, nomeando os agressores, Cristal cria uma fissura na ordem institucional. Sua fala é um gesto de resistência. E, paradoxalmente, é dentro do próprio dispositivo judicial que essa resistência é parcialmente acolhida ou ao menos ouvida.

A audiência, nesse sentido, revela a tensão entre controle e escuta, entre tutela e agência, entre o discurso técnico e afetos. Não se trata apenas de decidir o futuro da menina, mas de disputar os sentidos que se atribuem a ela enquanto pessoa.

Para mim como pesquisadora, estar ali era também me perguntar o tempo todo sobre o lugar da escuta e da escrita. Como descrever esse momento sem reduzir sua complexidade? Como escrever sobre uma audiência que envolveu dor, silenciamento, embates e alívio? Esses foram os dilemas que me atravessaram ao longo do trabalho de campo e que seguem presentes agora, no esforço de transformar esses encontros em narrativa e análise.

A etnografia, nesse caso, não é apenas uma técnica. É uma ética de presença, de atenção, de responsabilidade com as palavras, as que ouvi e as que agora escrevo. Compartilho o registro de um dia de audiências na instituição.

### **Imagem 2: Audiência Concentrada**



**Imagem 3:** Composição da audiência: Juiz, Promotor, Defensoria Pública, Secretaria de Desenvolvimento Social e Equipe Técnica da instituição



Além disso, realizei análise documental de processos administrativos e tive conversas informais com as funcionárias (cuidadoras, vice coordenadora, psicóloga, assistente social e pedagoga), ao passo que participei de entrevistas com as famílias de origem na qualidade de

ouvinte, as quais foram conduzidas pela assistente social e a psicóloga da instituição e que foram utilizadas na elaboração dos relatórios institucionais que subsidiam os processos judiciais.

Acompanhei visitas domiciliares com a assistente social e a psicóloga que serviam de base para os relatórios institucionais que antecedem as audiências, a fim de reavaliar o retorno das acolhidas as suas famílias no que tange a estrutura familiar e física de onde, possivelmente, passarão a residir. Acompanhei inspeção do Ministério Público na instituição e participei de eventos promovidos pela Casa como gincana, lanches, café da tarde e palestra sobre o dia da mulher.

A gincana nomeada “Deles e Delas”, foi realizada em dezembro de 2024, na Casa Doce Lar, e contou com a participação de duas instituições de acolhimento: a própria Casa Doce Lar e a Casa Conviver<sup>10</sup>. Foram formadas duas equipes: a dos meninos, chamada Fã Live, e a das meninas, denominada Winkler. Cada equipe era composta por cinco adolescentes. Uma particularidade me chamou atenção: entre os meninos, havia duas duplas de irmãos consanguíneos, o que, em meio a tantas histórias de separações familiares, me pareceu simbólico.

A tarde foi marcada por descontração e envolvimento, tanto dos adolescentes quanto dos funcionários que torciam e se emocionavam como verdadeiros representantes de suas instituições. Ao final das provas, a equipe Winkler foi consagrada vencedora, o que gerou muita comemoração entre as meninas. Como prêmio, receberam medalhas e uma caixa de chocolates cada. Apesar da derrota, os integrantes da Fã Live também foram contemplados com chocolates, gesto que reforçava o caráter simbólico e coletivo do evento.

Fui convidada para compor o júri das provas, ao lado das coordenadoras da Casa Doce Lar e da Casa Conviver. Estávamos dispostas em uma mesa junto aos prêmios, com papéis e canetas para as anotações. Meninos e meninas compartilharam o momento com risadas e boas conversas, ainda que pertencentes a Casas diferentes, unificados ali pelo mesmo propósito: o direito a um tempo de lazer, afeto e descontração.

Logo após o encerramento das atividades, foi servido um delicioso lanche que foi composto por vários bolos produzidos por ambas as instituições, refrigerante, suco e

---

<sup>10</sup> Instituição de acolhimento localizada na cidade de Imperatriz, que abriga adolescentes do sexo masculino de 10 a 18 anos incompletos

salgadinhos. A mesa era farta de alimento, alegria, pessoas e muitos sorrisos relacionados ao desempenho nas provas da gincana.

Durante a confraternização, notei dois adolescentes conversando de forma mais reservada: Pérola e Berilo<sup>11</sup> se identificaram como “namorados” e aproveitaram o momento para se aproximar. Sentei-me na mesa com todos os acolhidos, conversei, brinquei e compartilhei o alimento. Poucos minutos depois, o carro chegou para levar os meninos de volta à Casa Conviver. Com a partida deles, a gincana terminou, mas a cena permaneceu em mim, como registro de diversão e alegria que resistem mesmo frente ao ambiente de institucionalização.

**Imagem 4:** Gincana Deles e Delas



---

<sup>11</sup> Adolescente do sexo masculino referido no texto por nome fictício que diz respeito a uma pedra preciosa

**Imagem 5:** mesa dos jurados



Utilizei essas participações como dispositivos metodológicos importantes para perceber as conexões e os relacionamentos que se estabelecem entre os sujeitos no contexto de acolhimento institucional. Essa vivência se torna ainda mais significativa por se tratar de adolescentes, que demonstram maior autonomia nas interações cotidianas, ao contrário das crianças, que, nesse mesmo contexto, dependem quase integralmente da mediação adulta.

Lima (2021), observa que, mesmo nesse cenário altamente regulamentado, as crianças abrigadas constroem estratégias e modos de ação próprios, na tentativa de afirmar certa individualidade em um espaço onde tudo tende ao coletivo e onde os adultos definem as regras que a elas cabe apenas cumprir.

Ao contrário da Casa da Criança, onde predominam relações marcadas pela dependência e pela obediência às figuras adultas, as adolescentes da Casa Doce Lar demonstram maior grau de agência. Neste contexto, agência é “a capacidade dos indivíduos de agirem de forma reflexiva e consciente, criando e recriando a estrutura social por meio de suas ações” (Giddens, 1984, p.9). Essa capacidade é observada nas estratégias cotidianas que as adolescentes desenvolvem para negociar regras, construir vínculos e afirmar sua individualidade dentro da instituição.

O autor destaca que a ação humana não é totalmente determinada por estruturas sociais, mas que envolve a capacidade de ação reflexiva e inovação no contexto de sua Teoria da

Estruturação, onde agência e estrutura são vistas como mutuamente constitutivas. Isso significa que, embora as estruturas sociais influenciem os indivíduos, estes também têm a capacidade de transformar essas estruturas através de suas ações cotidianas.

O campo me proporcionou diversas sensações outrora não conhecidas, pois me lancei a sondar uma instituição que acolhe meninas, observando o que até aquele momento, não era tão óbvio, porque a maioria das pessoas percebe aquele lugar como um orfanato ou simplesmente um espaço de desapego dos filhos, mas os motivos que destinam uma adolescente a essa instituição são vários. Posso acrescentar que a maioria desses motivos estão relacionados a ausência do dever de “cuidado”, seja dos pais, seja do Estado.

Por meio da pesquisa, tive conhecimento de que a instituição conta com o apoio de vários outros órgãos que atende as meninas, como parte da política de acolhimento que perfaz o criar e o educar, ambos direitos assegurados pelo ECA.

Assim, a Casa Doce Lar conta com a rede pública de saúde, inclusive mental/psicológica do governo do estado e do município, rede educacional através das escolas, Secretaria Municipal de Assistência Social através do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS<sup>12</sup>.

A Casa recebe doações e ajuda de terceiros que manifestam interesse em fazê-lo, geralmente em datas comemorativas como Páscoa, Dia das Crianças e Natal, quando as doações se intensificam e alegram as meninas que recebem presentes e donativos para manutenção da instituição.

A instituição também aplica o programa de apadrinhamento que consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente, vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro (Brasil, 1990).

Desta feita, algumas das meninas institucionalizadas, a exemplo de Jade, possuem madrinhas. Pessoas maiores de 18 anos, que não estejam inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento disponibilizado pela Casa. A madrinha de Jade possui uma loja no centro da cidade e ofereceu uma oportunidade de

---

<sup>12</sup> Unidade pública municipal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias, e ainda, Organizações da Sociedade Civil e pessoas físicas que corriqueiramente ajudam a instituição (Brasil, 2011).

emprego quando ela se desligar da instituição. A menina é presenteada constantemente com calçados, perfumes e roupas.

## 2.2 O Caminho Etnográfico

Fui bem recebida pela coordenadora da instituição, que desde o início abriu as portas da Casa para que a pesquisa pudesse ser realizada. Logo no primeiro dia, conheci a assistente social e a psicóloga, ambas atenciosas em me esclarecer o funcionamento da Casa.

Intercalavam o diálogo comigo e o trabalho na instituição, uma vez que não se trata de um trabalho de atendimento ao público, mas de ação e estudo de casos. Embora seja um trabalho rotineiro, sem muitas “surpresas”, isso porque, muito do que elas desempenham está previsto no ECA, é preciso manter os dados e os relatórios das adolescentes atualizados, pois é principalmente com base neles que o juiz orienta as principais decisões com relação ao destino das adolescentes.

No primeiro momento da pesquisa, a Casa acolhia oito adolescentes de 15 a 19 anos, uma de 12 e outra de 13 anos de idade. No segundo momento, havia doze adolescentes. Uma grande particularidade, é essa menina de 19 anos, visto que legalmente, a instituição só pode acolher até os 18 anos incompletos, porém, essa moça é deficiente intelectual e não tem quem possa ampará-la, pois o pai já faleceu e a mãe também é deficiente.

A menina possui dois irmãos, um que se encontra institucionalizada na Casa Conviver e outro que, apesar de também ter um passado de institucionalização, hoje tem família e acabou de se tornar pai, não tendo condições de receber a irmã. A jovem foi aposentada recentemente e o retroativo<sup>13</sup> está em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Com o passar das semanas, notei que minha presença nem sempre era recebida da mesma forma por todas os profissionais da equipe. Em determinados momentos, percebi certa reserva em relação às minhas abordagens, o que me levou a refletir sobre os limites da minha escuta e da observação naquele espaço. Por respeito à dinâmica de trabalho e às sensibilidades

---

<sup>13</sup> Refere-se ao período em que o pedido administrativo ou judicial fica sob análise. Caso seja julgado procedente, a aposentadoria tem data de início a partir do primeiro pedido indeferido. Assim, conta-se o tempo para trás, o que resulta em um valor acumulado pelo tempo de espera.

que o campo impõe, optei por recuar em algumas interações, adotando uma postura mais observadora e discreta.

A partir daquele momento, passei a me aproximar de outras funcionárias da Casa, como a pedagoga, que anteriormente atuava como cuidadora na instituição. Percebi que ela conhecia profundamente as adolescentes, não apenas por sua formação profissional, mas por uma convivência construída ao longo dos anos. Embora hoje exerça a função pedagógica, o cuidado afetivo que a marcou como cuidadora ainda transparece em sua atuação cotidiana.

Em diversas ocasiões, a vi utilizando sua própria moto para resolver questões escolares das meninas, buscar documentos no Viva Cidadão<sup>14</sup> ou no CRAS<sup>15</sup>, ou ainda providenciar lanche para autoridades que participariam de audiências. Sempre atenciosa e sorridente, demonstrava um carinho notável por todas as adolescentes da instituição, fazendo de sua função algo que transcende o trabalho técnico e se aproxima do cuidado como gesto ético e cotidiano.

Fato que me deixou bastante surpresa em uma de nossas conversas, foi o fato de que algumas meninas da instituição com as quais possuo uma relação de muito carinho, típica de “mãe”, chegam a passar o final de semana com ela em sua residência, já que essas meninas estão afastadas do convívio dos pais.

A aproximação com outras funcionárias da instituição foi fundamental para que eu pudesse apreender dinâmicas que extrapolam as práticas institucionais formais. Esse vínculo contribuiu significativamente para o desenvolvimento da pesquisa, pois contou com a disposição, a sensibilidade e o comprometimento dessas profissionais no compartilhamento de experiências e informações. Considero-as, portanto, como interlocutoras qualificadas, que me possibilitaram não apenas o acesso ao ambiente de trabalho, mas também uma compreensão ampliada da rotina e sentimentos que afetam o cotidiano da Casa.

No segundo momento da pesquisa, já no ano de 2025, quando estava mais bem relacionada com a equipe técnica, fui convidada para palestrar sobre minha trajetória de vida em uma palestra referente ao dia da Mulher, com o título “Mulheres que inspiram”, direcionada as adolescentes da Casa. Nesse dia, levei bolos e as funcionárias providenciaram refrigerante e chocolate para entregar ao final.

---

<sup>14</sup> Órgão público do estado do Maranhão que presta serviços públicos básicos como emissão de RG, certidões e demais documentos oficiais

<sup>15</sup> Centro de Referência de Assistência Social.

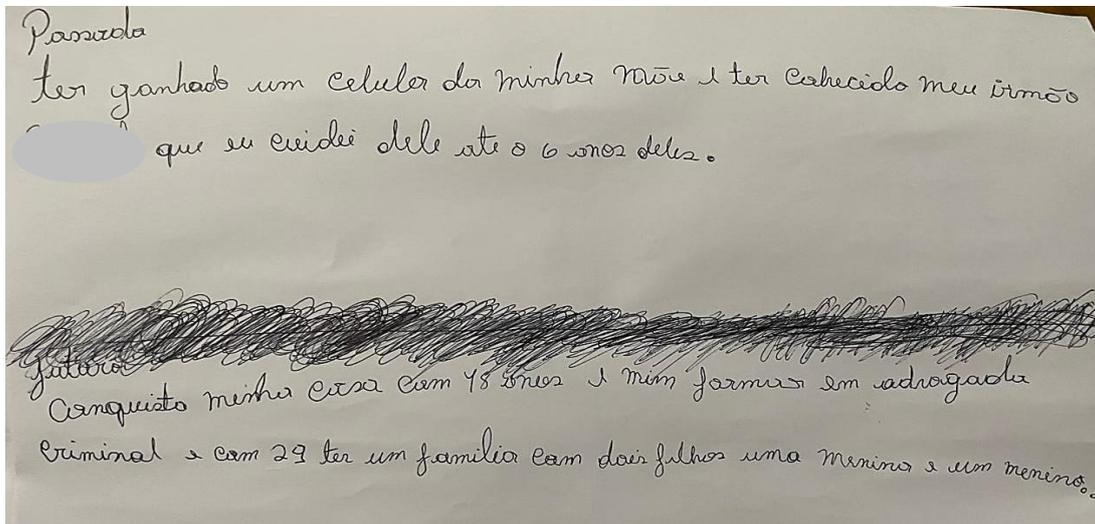
A palestra ocorreu pela manhã, mas nem todas as meninas estavam presentes, em razão do horário escolar. Iniciei falando sobre minha trajetória, tanto pessoal quanto profissional. Contei que me formei em Direito em 2012, aos 22 anos de idade, e que já havia sido aprovada no exame da OAB<sup>16</sup>, no ano anterior. Compartilhei que atuo como advogada há 12 anos e que, naquele momento, estava ali como pesquisadora vinculada à UFMA<sup>17</sup>.

Falei também sobre minha infância, minha família e os desafios que enfrentei ao longo do caminho. Relatei minhas escolhas marcadas pelo compromisso com o estudo e as batalhas que continuo travando, na tentativa de encorajá-las a não desistirem de seus próprios futuros e a olharem para ele com esperança, ainda que muitas vezes o presente seja difícil.

Houve grande interesse por parte delas. Quiseram saber minha área de atuação e como se tornar advogada. Algumas manifestaram o desejo de seguir essa carreira, enquanto outras disseram que queriam ser policiais. As perguntas foram diversas e espontâneas: quiseram saber se eu tinha filhos, se era casada, e até se já havia defendido algum criminoso. A participação foi intensa e envolvente.

Ao final, propus uma atividade: pedi que escrevessem ou desenhassem algo relacionado ao passado e ao que esperavam do futuro. Abaixo, apresento o conteúdo produzido na dinâmica.

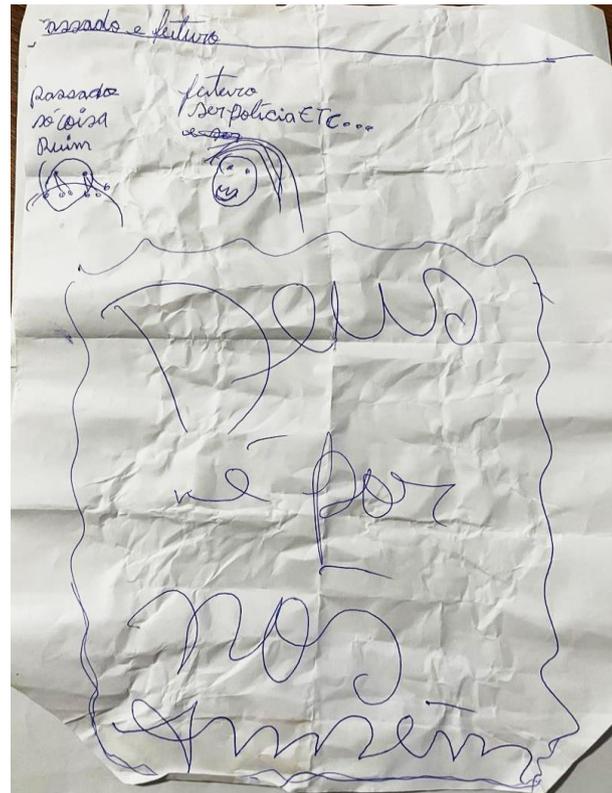
**Imagem 6: Rubi**



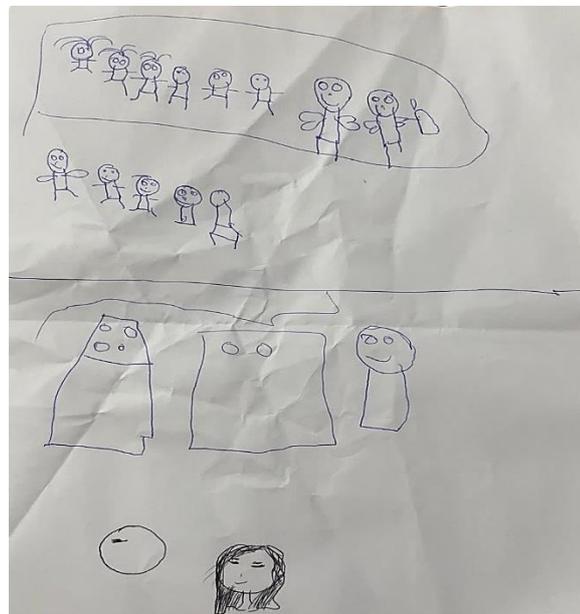
**Imagem 7: Turmalina**

<sup>16</sup> Ordem dos Advogados do Brasil

<sup>17</sup> Universidade Federal do Maranhão

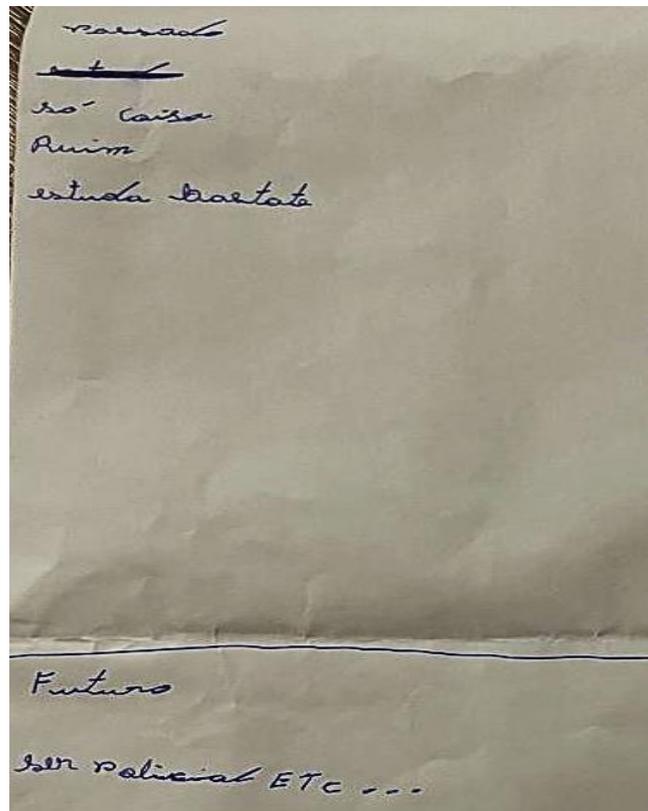


**Imagem 8: Pérola<sup>18</sup>**



<sup>18</sup> Pérola descreve duas famílias (a de origem e a de criação). Na família de origem, os pais estão com garrafa de bebida alcoólica nas mãos. Em ambas as famílias, a menina está rodeada por seus irmãos.

**Imagem 9:** Ametista



O conteúdo das manifestações revelava, em grande parte, memórias difíceis e experiências marcadas pela dor, especialmente no âmbito familiar. Ainda assim, mesmo diante de histórias marcadas por abandono, violência e rupturas, o que emergia com força eram os sonhos: muitas desejavam formar uma família, ter filhos, concluir os estudos e seguir uma carreira, em especial na área policial. A repetição dessa escolha me provocou.

Por que tantas querem ser policiais? Intuí que, talvez, a figura da polícia represente para elas, a única referência concreta de proteção e autoridade em um contexto em que o Estado e a própria família falharam. Nesse cenário de vulnerabilidade, a polícia aparece não como um aparato repressivo, mas como símbolo de presença, ainda que ambígua e possibilidade de justiça.

**Imagem 9:** Palestra dia da Mulher



O percurso em campo, marcado por aproximações graduais, foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. As relações estabelecidas com a equipe e, especialmente, com as adolescentes, mesmo que indiretamente, possibilitaram não apenas o acesso às rotinas institucionais, mas também às brechas por onde se expressam desejos, dores e esperanças.

A palestra, ainda que breve, revelou muito mais do que curiosidade sobre minha trajetória. Ao se reconhecerem em fragmentos da minha história ou ao projetarem seus próprios

futuros em profissões como a de advogada ou policial, as meninas comunicaram por palavras ou desenhos, uma sede de pertencimento, justiça e dignidade. A escuta dessas manifestações traduz a ideia de que a instituição é, ao mesmo tempo, lugar de contenção e elaboração subjetiva, onde mesmo em meio à dor, emergem possibilidades de reconstrução.

### **2.3 Trajetória e Particularidades da Casa do Muro Azul**

Atualmente, a Casa Doce Lar está situada na rua Bahia, sem número, bairro Centro, cidade de Imperatriz/MA, localizada ao sul do estado do Maranhão que faz fronteira com os estados do Tocantins, Pará e Piauí. A cidade é banhada pelo Rio Tocantins, sendo a segunda maior cidade do estado, possuindo alguns títulos ao longo de sua história como Capital brasileira da Energia, Metrópole da Integração Nacional e Portal da Amazônia.

Ao longo dos seus 12 anos de existência, a Casa mudou de endereço algumas vezes. Em seu penúltimo endereço na rua Pernambuco, permaneceu por oito anos consecutivos. No atual endereço, estão a menos de um ano. A instituição não possui identificação alguma na frente, parece uma residência comum. Não há divulgação sobre sua existência, tão pouco os vizinhos sabem que naquele endereço funciona uma Casa de acolhimento institucional.

A instituição de acolhimento que abriga meninas de 10 a 18 anos incompletos, foi criada com esse fim, a partir de um projeto de desmembramento de sexo e faixas etárias de crianças e adolescentes institucionalizados, uma vez que todos eram acolhidos em um mesmo prédio, a Casa da Criança.

Em 2013, a SEDES<sup>19</sup>, criou a Casa Doce Lar e a Casa Conviver. A Casa da Criança que já existia, permaneceu com as crianças de 0 a 9 anos, enquanto as outras duas instituições ficaram encarregadas de acolher adolescentes de 10 a 18 anos incompletos, onde as meninas ficaram sob reponsabilidade da Casa Doce Lar e os meninos da Casa Conviver.

Desta maneira, a Casa Doce Lar está vinculada ao Poder Judiciário por meio da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz – MA, bem como a Prefeitura de Imperatriz que a mantém financeiramente em grande parte, visto que esta arca com o aluguel do prédio e o salário dos 24 funcionários, entre concursados e contratados.

---

<sup>19</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

A Casa Doce Lar conta com uma equipe técnica multidisciplinar composta por diversos profissionais: coordenadora, vice coordenadora, psicóloga, assistente social, enfermeira, pedagoga, nutricionista, cozinheiras, cuidadoras e educador físico. Essa equipe desempenha um papel fundamental no acolhimento institucional, oferecendo suporte integral às adolescentes encaminhadas à instituição, muitas vezes em razão de situações graves de violência física, sexual ou psicológica, negligência, maus-tratos ou mesmo condições extremas de vulnerabilidade material.

Ao retomar as visitas à instituição em fevereiro de 2025, notei a ausência de algumas cuidadoras e cozinheiras que faziam parte da equipe no ano anterior. Fui informada de que, em decorrência das eleições municipais e da consequente mudança na gestão, funcionárias contratadas sem vínculo efetivo tiveram seus contratos encerrados.

Como pesquisadora e estudiosa da temática, essa movimentação me revelou, com nitidez, o abismo entre o ideal normativo de continuidade do cuidado e a realidade precária que encontra muitas instituições de acolhimento. Em nenhum momento, ao que pude perceber, foi considerada a importância da convivência constante entre essas profissionais e as adolescentes, vínculo que, muitas vezes, constitui uma das poucas referências afetivas estáveis no cotidiano da instituição.

Com o passar dos dias, constatei que não apenas cuidadoras e cozinheiras haviam deixado a Casa, mas a coordenadora, a enfermeira e a pedagoga foram substituídas. A rotatividade de profissionais demonstra, mais uma vez, como decisões de ordem político-administrativa podem desorganizar o funcionamento institucional e afetar diretamente a vida das adolescentes acolhidas.

As profissionais mencionadas integram a equipe técnica da instituição e, por isso, são fundamentais para garantir a qualidade da estadia das adolescentes. O ideal seria que todas fossem servidoras efetivas, e não apenas contratadas temporariamente. Em conversa com a assistente social da Casa, uma das poucas que permaneceram após a troca de gestão, por ser funcionária efetiva, me informou que o Juiz da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz já havia orientado formalmente que toda a equipe técnica fosse composta por servidoras concursadas, com o objetivo de evitar rupturas abruptas nos vínculos institucionais.

A mudança na gestão municipal evidenciou uma lógica de reposicionamento profissional orientada por interesses políticos: diversas funcionárias que haviam atuado diretamente com as adolescentes migraram para outros cargos, instituições ou funções com

melhor remuneração, sem necessariamente refletirem sobre o impacto da sua saída para aquelas que permanecem institucionalizadas. Para muitas dessas adolescentes, afastadas do convívio familiar, as funcionárias da Casa Doce Lar representam não apenas figuras de cuidado, mas também laços de referência e pertencimento, vínculos que, quando rompidos de forma repentina, podem reforçar sentimentos de abandono e insegurança.

Furlan e Souza (2014), enfatizam que a escassez de recursos das instituições e os baixos salários dos profissionais, resultam nesse ciclo constante de alta rotatividade de trabalhadores, em especial, os educadores, os que mais diretamente interagem com as crianças e adolescentes no dia a dia, sendo responsáveis por muitos dos seus cuidados, mas são os que recebem os menores salários.

Outra dificuldade apontada pelos técnicos que, segundo eles, dificulta a articulação dos serviços e a própria realização do trabalho refere-se ao grande volume de trabalho e o baixo contingente de profissionais. Isto também é compartilhado por outros técnicos que apontam a falta de funcionários, a falta de investimento nas políticas, a falta de estrutura, a ausência de serviços e as questões institucionais como os empecilhos na realização do trabalho junto à família e a impossibilidade de garantir o tempo mínimo da criança/adolescente no abrigo. Além da remuneração dos servidores que revela que também são desvalorizados (Furlan & Souza, 2014, p. 13).

Contudo, essa ausência de reflexão não deve ser jogada apenas no colo dessas profissionais, passando uma ideia de insensibilidade ou de egoísmo. Analiso essa situação como generalizada, vez que na maioria das vezes, o Estado é que não valoriza o trabalho dos profissionais ligados ao sistema de acolhimento do país.

Em um dos dias em que estive na instituição, pude fazer uma reflexão profunda a respeito do papel daquelas profissionais. Elas não são profissionais iguais a de outras instituições governamentais, pois seus papéis não se limitam às tarefas do cotidiano, mas estão intimamente ligadas ao cumprimento de diretrizes legais que preveem um atendimento contínuo e humanizado as adolescentes e na maioria das vezes, desempenham papéis afetivos e de suporte emocional, substituindo a falta de uma figura familiar constante.

Ao serem substituídas ou afastadas, elas deixam um vazio difícil de ser preenchido, o que pode agravar o processo de institucionalização das meninas. Era visível o carinho das meninas com as cuidadoras com abraços e beijos que eu presenciava durante as muitas visitas que realizei.

No dia em que fui convidada a dar uma palestra na Casa, as meninas estavam todas sentadas e a tia, anterior pedagoga que deixou a instituição com a nova gestão, apareceu para uma pequena visita. Era como se uma celebridade tivesse entrado. Todas se levantaram, gritaram e sorrindo saíram para abraçá-la, demonstrando que estavam com saudades. Aliás, eu

já havia percebido o apego com essa profissional antes mesmo de sua saída. Ela é muito querida, carinhosa e atenciosa com as meninas.

A ausência de continuidade no quadro de funcionárias, causa uma ruptura significativa no processo de socialização e no fortalecimento de vínculos afetivos das adolescentes. A troca constante das pessoas responsáveis pelo cuidado das meninas, pode gerar sentimento de insegurança, ansiedade e desconfiança, afetando diretamente o desenvolvimento emocional.

Nesse sentido, Bowlby (1973/1998), Goldfarb (1943, 1945) e Grusec & Lytton, (1988), demonstram a existência de prejuízos cognitivos, derivada da vivência institucional, tal como déficit intelectual, especialmente no desenvolvimento da linguagem, pontuando que crianças eram mais distraídas e agressivas e apresentavam dificuldades emocionais, comportamentais e incapacitantes para formar laços afetivos duráveis com outras pessoas.

Todavia, estudos posteriores apontaram que esse atraso intelectual não estava necessariamente relacionado à vivência institucional. O excelente desenvolvimento da linguagem foi relacionado à qualidade da conversa com os cuidadores. Além disso, os cuidadores com maior autonomia tendiam a brincar e a conversar mais com as crianças, levando-as a melhorar a pontuação na avaliação do desenvolvimento da linguagem, concluindo assim, que os efeitos ditos prejudiciais em razão da entrada em uma instituição de acolhimento nos primeiros anos de vida eram reais, contudo, estavam sendo especialmente potencializados.

Faria (2008), em pesquisa realizada por meio de entrevistas a seis adolescentes acolhidas em uma instituição da cidade de Porto, em Portugal, percebeu o apego daquelas à instituição, às vivências e aos vínculos lá estabelecidos, demonstrando assim, desinteresse em retornar para suas casas, considerando a falta de atenção que supostamente teriam de suas famílias.

Todas as adolescentes afirmaram que preferiam ficar na instituição, mesmo que lhes fosse dado a escolher outro sítio diferente (por exemplo, estar com a “família de afecto”, família biológica, noutra colégio), mesmo afirmando que as relações com as famílias (de “afecto” ou biológica) são boas. As adolescentes apresentaram razões diferentes para preferirem o lar, entre elas: as relações que estabeleceram ao longo da institucionalização, tanto com as amigas como com as Irmãs e, também, com as “famílias de afecto. O acesso à educação e boas condições de vida, no geral (a maioria referiu que se não estivesse no lar nunca teria “chegado tão longe”) (Faria, 2008, p. 8).

É muito frágil o trato com esses sujeitos ainda em processo de amadurecimento e crescimento. Seja pela falta ou alta rotatividade de profissionais e até treinamento adequado, é urgentemente necessário rever as práticas das instituições de acolhimento do país que refletem nas instituições locais como a Casa Doce Lar.

Desse modo, é crucial que as instituições sejam vistas e ajam como parte de uma rede de apoio social e afetivo, oferecendo um espaço seguro e enriquecedor para o desenvolvimento saudável dos adolescentes, com execução de uma abordagem humanizada que alcance todos os aspectos de vida da adolescente, seja no âmbito de saúde física e psicológica, educacional, cuidados pessoais, alimentação, dentre outros.

A Casa Doce Lar apresenta iniciativas e profissionais que, em muitos momentos, se aproximam do ideal de uma instituição humanizada e integrada à rede de proteção social. No entanto, a ausência de políticas públicas estruturantes, a rotatividade de profissionais e a fragmentação do cuidado revelam que ainda há um descompasso entre a proposta normativa e a realidade vivida. Assim, a Casa opera em uma zona de incerteza, onde convivem esforços genuínos de cuidado com limitações institucionais que impedem a efetivação plena de um espaço seguro, contínuo e afetivamente estruturado para o desenvolvimento das adolescentes.

### 3 A CULTURA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL: SÍNTESE HISTÓRICA

Em um contexto geral, a cultura de institucionalização se deu a partir da fundação de instituições para a educação de meninos que surgiram no Brasil colonial por meio da ação educacional jesuítica, através da implantação de escolas elementares (de ler, escrever e contar) para crianças pequenas das aldeias indígenas e vilarejos, e criou colégios, para a formação de religiosos e instrução superior de filhos das camadas mais privilegiadas da população (Rizzini e Rizzini, 2004).

Os Jesuítas foram os principais agentes educacionais até metade do século XVIII, tendo em vista sua expulsão em 1759, por Marquês de Pombal, para centralizar a administração colonial e neutralizar a ação de ordens religiosas, o que fez com que outras ordens religiosas instalassem seminários e colégios para órfãos (Rizzini e Rizzini, 2004).

Como modalidade de atendimento a bebês abandonados, surgiu o sistema das Rodas de Expostos por meio das Santas Casas de Misericórdia, que consistia num cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa, visando esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. No Século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram suas Casas de Expostos as quais recebiam os bebês deixados na Roda, sem, contudo, revelar a identidade do autor do abandono (Pilotti, 2009).

A criação das Rodas de Expostos se deu em um cenário onde era vergonhoso para uma mulher gerar um filho fora do casamento ou simplesmente não ter condições de criá-lo. Ademais, apesar de, naquela época, ser comum que as escravas engravidassem dos senhores que não reconheciam os filhos, raramente abandonavam as crianças na Roda, pois não era interessante aos senhores perder a prole que mais tarde lhe serviria como mão de obra, de modo que a maioria dos expostos era brancos.

O sistema que adveio da Europa (França e Portugal), atendeu milhares de crianças, mas o Brasil nunca atingiu a marca altíssima de abandonos que houve em algumas cidades europeias. Ao longo dos anos, várias Rodas foram surgindo pelo país, persistindo o sistema até meados do século XX (Marcilio, 1997).

Assim, o Brasil do século XVIII, instalou estabelecimentos para educação de órfãos e órfãs que detinham caráter religioso e de restrição, sobretudo para os recolhimentos femininos que eram tratados com maior rigor.

As meninas órfãs dos séculos XVIII e XIX (MPRJ, 2006), encontraram nos recolhimentos femininos sua “proteção”, instituições essas que são tão antigas quanto a Roda dos Expostos. Assim, os estados do Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco e Maranhão, implementaram esses recolhimentos voltados para proteção e educação de meninas órfãs e pobres. Destaco o (recolhimento dos Remédios no Maranhão, criado pelo padre jesuíta Malagrida.

O referido recolhimento foi uma instituição de clausura feminina estabelecida no século XVIII em São Luís, com o objetivo de acolher mulheres consideradas desviantes pelas normas sociais da época. Fundada em 1762, tinha como finalidade o isolamento e a “correção” de mulheres que não se adequavam aos padrões morais vigentes, incluindo órfãs, mulheres em situação de vulnerabilidade social, prostitutas e aquelas tidas como problemáticas pela sociedade colonial (Gandelman, 2005).

A instituição refletia práticas de controle social e disciplina, moldando o comportamento das internas conforme os valores de submissão e recato exigidos pela sociedade patriarcal. Além disso, o Recolhimento dos Remédios possuía uma dimensão religiosa, estando vinculado à Igreja Católica e adotando práticas de oração e isolamento, o que limitava o contato das internas com o mundo externo, promovendo uma lógica de reclusão que visava à conformidade com os ideais sociais da época.

O status de orfandade era reconhecido quando uma criança perdia ambos os pais ou apenas o pai, contanto que o casamento dos pais fosse legítimo. Isso criava uma necessidade de proteção pela ausência do pai, visto como o protetor que poderia assegurar à menina um futuro respeitável, seja através de um bom casamento, ou de uma educação apropriada e do dote necessário.

O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote. O moço interessado em casar-se podia escolher a órfã e devia ser aceito pela direção da instituição ou pelo presidente da província quando o dote era pago pelo governo, como ocorria no Recolhimento dos Remédios, no Maranhão (Rizzini e Rizzini, 2004, p. 26)

O estilo de vida nos recolhimentos era totalmente conventual, expresso nas práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle dos contatos com o mundo exterior. As instituições seguiam um regime severo que limitava bastante o contato das internas com o mundo exterior. Elas só podiam sair dessas instituições ao se casarem e com um dote assegurado pelas próprias instituições, através de legados e doações, ou pelo "favor" concedido pelos governos provinciais (Gandelman, 2005).

Foi criada a categoria dos asilos que destoava das casas de recolhimento, uma vez que aquelas se destinavam a meninas indigentes, filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas que não foram geradas no legítimo matrimônio. Assim havia um marcador social entre as órfãs geradas no casamento e as órfãs geradas fora do casamento.

Além disso, diante do marcador social entre as órfãs, foi observado ainda um marcador racial, uma vez que havia divisão entre as órfãs brancas e as órfãs de cor, onde as primeiras recebiam educação religiosa e moral, além de aprenderem a ser boas empregadas domésticas e donas de casa. Já as segundas, tinham sua formação limitada à de empregadas domésticas e trabalhos similares.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o século XX foi marcado pela forte presença do Estado no planejamento e implementação de políticas públicas de atendimento aos menores, seja pela ausência dos pais ou pela incapacidade de oferecer condições adequadas a criação dos filhos. Os movimentos sociais se intensificaram cobrando a elaboração de leis para a proteção e assistência de crianças e adolescentes.

Em 1927, foi criado o Código de Menores, idealizado por Mello Mattos, primeiro juiz de menores do país, no estado do Rio de Janeiro. Sua permanência no cargo se deu até no ano de 1934. Ao liderar o Juízo de Menores, Mello Mattos criou um modelo de assistência pública para crianças e adolescentes que perdurou até meados da década de 1980. Esse órgão centralizava o atendimento oficial no Distrito Federal, seja para crianças encontradas nas ruas ou trazidas pelas famílias (MPRJ, 2006).

Houve um grande esforço para tentar compreender as causas de delinquência e abandono dos menores, por meio de Órgãos estaduais e municipais como juizados de menores, secretarias de promoção do menor, fundações estaduais e órgãos nacionais, como o Serviço de Assistência a Menores – SAM e a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor – FUNABEM (Rizzini e Rizzini, 2004).

Ao apresentar suas teorias, estudos e investigações estatísticas, além de análise de experiências, usando canais como revistas, relatórios e folhetos, os responsáveis pela justiça e assistência examinavam minuciosamente os menores sob seus cuidados. Esses menores eram classificados, medidos e interpretados de acordo com os critérios estabelecidos.

Desta forma, intensificou-se no país, o amparo a crianças e adolescentes abandonados e os ditos delinquentes, mas em poucos anos, o sistema colapsou, pois não conseguiu abarcar a

demanda criada. Os juízes não conseguiam internar todos os casos que chegavam às suas mãos, já que as solicitações de internações eram maioria.

O inquérito-estatístico publicado em 1939 pelo Juízo de Menores do Distrito Federal revela que mais de 60% dos requerimentos eram por internações. A grande maioria dos requerentes de internações era de mulheres sem companheiro (viúvas, solteiras e separadas, em ordem decrescente). Cerca de 80% eram empregadas domésticas (Rizzini e Rizzini, 2004, p. 30).

O levantamento estatístico feito pelo Juízo de Menores do Distrito Federal em 1939 mostrou que mais de 60% dos pedidos eram para internação. A maioria desses pedidos vinha de mulheres sem companheiro (viúvas, solteiras e separadas, nesta ordem). Aproximadamente 80% dessas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas.

Naquela época, as crianças de famílias populares acolhidas pelas instituições eram muitas vezes rotuladas com termos negativos como incapazes ou insensíveis. Um estudo do SAM revelou que 81% das crianças foram classificadas como "subnormais" em testes de Q.I., enquanto um estudo similar no Instituto La Fayette, que atendia crianças de classe social mais elevada, mostrou que apenas 26% das 3.000 crianças avaliadas foram consideradas "subnormais," abaixo dos 28% rotulados como "supernormais."

O Serviço de Assistência a Menores - SAM, foi implantado em 1941, no governo Vargas, porém, era subordinado ao Ministério da Justiça, sem qualquer autonomia. Somente em 1944, torna-se um órgão de alcance nacional, promovendo a identificação dos problemas e carências das instituições, voltando os olhos para o menor e suas famílias, contudo, ao longo de sua existência, o SAM foi duramente criticado por ter se tornado depósito de menores e escola do crime (MPRJ, 2006).

Assim, com grande apelo por parte de autoridades públicas para a extinção do SAM e o surgimento de uma nova instituição pautada na autonomia administrativa e financeira que repelisse o modelo de depósito de menores, o qual vinha se disseminando há anos no país, abarcando as camadas mais pobres da população, em 1964, surge a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM, com o desafio de romper com a política de internamento do antigo SAM, estabelecendo como diretriz "internar em último caso", com o objetivando valorizar a vida familiar e integrar o menor na comunidade.

O levantamento estatístico feito pelo Juízo de Menores do Distrito Federal em 1939, mostrou que mais de 60% dos pedidos eram para internação. A maioria desses pedidos vinha de mulheres sem companheiro (viúvas, solteiras e separadas, nesta ordem). Aproximadamente 80% dessas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas.

Naquela época, as crianças de famílias populares acolhidas pelas instituições eram muitas vezes rotuladas com termos negativos como incapazes ou insensíveis. Um estudo do SAM revelou que 81% das crianças foram classificadas como "subnormais" em testes de Q.I., enquanto um estudo similar no Instituto La Fayette, que atendia crianças de classe social mais elevada, mostrou que apenas 26% das 3.000 crianças avaliadas foram consideradas "subnormais," abaixo dos 28% rotulados como "supernormais."

A partir da década de 1980, o histórico de institucionalização de crianças e adolescentes passa a tomar outros rumos, tendo em vista que a cultura institucional persistente no país, é alvo de questionamentos, sobretudo pelo caráter de internação voltado para designar toda e qualquer instituição existente a época, sem distinção alguma entre órfãos e delinquentes, ambos sob o estado de confinamento, escopo apreendido do período ditatorial que punha em reclusão, como medida repressiva, qualquer sujeito.

Alguns fatores ligados ao processo de redemocratização vivenciado a época, são listados por Rizzini e Rizzini (2004), como estímulos a se repensar a questão como: movimento sociais organizados, estudos da época que ressaltavam as consequências da institucionalização, interesse de profissionais pelo assunto, rebeliões de meninos e meninas internados, denúncias, dentre outros.

Desta maneira, inicia-se um ciclo de mudanças e conquistas no campo dos direitos sociais das crianças e adolescentes no Brasil, que com a queda do regime militar, culminou na reforma do texto constitucional em 1988, que através do art. 227, estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Assim, por meio da inserção desses direitos, o país adere e se posiciona em consonância com a evolução internacional, culminando na consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, sob os pilares da doutrina da proteção integral.

Nesse contexto, a Casa Doce Lar foi estabelecida com o intuito de acolher e proteger meninas a partir dos 10 anos de idade. A presente investigação visa compreender se as dinâmicas institucionais da Casa, de fato, promovem a proteção de suas acolhidas ou se, de

forma controversa, limitam-se a um modelo de confinamento e aglomeração de indivíduos em situação de isolamento.

Em síntese, com a nova Constituição, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como indivíduos em uma fase especial de desenvolvimento. Isso destacou a necessidade de proteção integral e especial fornecida pela família, pela sociedade e pelo Estado, sendo este último encarregado de criar e implementar políticas públicas específicas para garantir os direitos fundamentais desse grupo.

A internação passou a depender da natureza da medida a ser aplicada e o abrigo passou a ser medida de caráter provisório e excepcional aplicado apenas em situações de risco pessoal e social.

A lógica da nova legislação que substituiu o Código de Menores de 1927, foi o da preservação dos vínculos familiares, diferentemente do antigo sistema que promoveu o exílio de jovens para o interior das capitais, agravando assim, a problemática das internações.

O ECA, por sua vez, estabeleceu a preservação dos vínculos familiares como princípio norteador dos programas de abrigamento do país, muito embora, mesmo após o avanço da legislação, ainda tenha havido notícia de que os mesmos abrigos preconizados sob a ótica da aproximação dos vínculos familiares, promoveram o distanciamento da família natural<sup>20</sup> ou de possíveis famílias adotivas, o que somente em 2017, com constantes atualizações, o ECA estabelecerá que a manutenção ou a reintegração da criança ou adolescente à sua família, é preferência sobre qualquer outra providência, conforme art. 19,§3º, ECA (Brasil, 1990).

A VI Caravana Nacional de Direitos Humanos fez um diagnóstico de 28 instituições do tipo orfanato, ao percorrer as cidades de São Luís, Salvador, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro de 2 a 10 de dezembro de 2001. Os orfanatos foram comparados a prisões e acusados de distanciarem as crianças de suas famílias ou de possíveis famílias adotivas. Hoje, no Brasil, existem mais de 200 mil crianças à espera de uma família, vivendo no abandono dentro de um orfanato. A maioria tem mais de quatro anos e menos de 19 (Rizzini e Rizzini, 2004, p. 51).

Para não ficarmos em desarmonia com os termos utilizados pelo ECA, cabe informar que em 2009, por meio da Lei n.º 12.010/2009, houve a revogação do termo “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”, do qual passo a utilizar nesse trabalho.

Embora o ECA tenha estabelecido a medida de acolhimento institucional como excepcionalidade, percebe-se certo avanço da legislação, pois, entre os séculos XIX e XX,

---

<sup>20</sup> Comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes — art. 25, ECA.

crianças e adolescentes eram internados pelo simples fato de serem pobres, mesmo com pai e mãe vivos, avaliados sob um único critério: não ter condições morais de criar os filhos, oportunidade que iam para o orfanato.

A engenharia construída com o sistema de proteção e assistência, sobretudo, durante o século passado, permitiu que qualquer criança ou adolescente, por sua condição de pobreza, estivesse sujeita a se enquadrar no raio da ação da Justiça e da assistência, que sob o argumento de “prender para proteger” confinavam-nas em grandes instituições totais (Brasil, 2006).

É inimaginável que atualmente, ainda tenhamos adolescentes que recorrem ao acolhimento institucional por passarem por situação de insegurança alimentar, infelizmente, é uma realidade, inclusive da nossa cidade, o que trataremos mais adiante.

Situações desse tipo são classificadas pelo ECA como ameaças ou violações dos direitos de crianças e adolescentes, permitindo ao Estado adotar medidas de proteção, como o acolhimento institucional, que é o foco principal deste trabalho.

O ECA nasce como reprodução de grande parte da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979, sendo reflexo de leis internacionais. A Convenção Internacional sobre os direitos da Criança é um tratado aprovado na ONU em 20 de novembro de 1989. Apesar do Brasil ter se baseado no documento para redigir o ECA, o Estado brasileiro somente ratificou o tratado no país em 1990.

Em 2006, após o ECA, foi elaborado e implementado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a partir do trabalho desenvolvido por diversos representantes de órgãos do governo federal, da sociedade civil e de órgãos internacionais, seguido da publicação das “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2009). Esses documentos se caracterizam como marcos normativos e direcionais de reordenamento nas políticas voltadas para os serviços de acolhimento institucional (Furlan e Lima, 2021).

O acolhimento institucional, portanto, é previsto no ECA como uma das medidas de proteção destinadas a crianças e adolescentes expostos à situação de risco pessoal e social. Porém, para compreendermos no que consiste o fenômeno da institucionalização, lançarei luz dos conceitos de Goffman (1961) e Foucault (1986).

Para Goffman (1961), a institucionalização refere-se ao espaço (locus) institucional em si, onde suas características são materializadas e suas estratégias operacionalizadas. O autor trata de instituições totais como "um local de residência ou trabalho onde muitos indivíduos

com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

O autor ainda pontua o caráter de fechamento presente nas instituições totais como uma das principais características “simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico — por exemplo, portas fechadas e paredes altas.

Assim, as pessoas institucionalizadas, vivem seu cotidiano em determinado espaço, sob a mesma autoridade; enquanto fora daquelas paredes, existe uma vida diária vivenciada em diferentes locais e de diversas formas.

A literatura examinada, além de enfatizar a colocação em abrigo como práticas e políticas sociais presentes na história das sociedades humanas, na qual se inclui o exemplo brasileiro, valoriza a concepção de abrigo como uma instituição que reproduz, ainda hoje, características próprias das instituições totais (prisões, conventos, manicômios, colégios internos), uma vez que oferece medidas de proteção à infância que se encontra vulnerável à pobreza, à violência, ao abandono, mas expõe inúmeras crianças a outras tantas situações de riscos, como a segregação social e a ruptura dos vínculos familiares (Cavalcante, 2007, p. 334).

A segunda característica apontada por Goffman, é o aspecto segregativo, pois a instituição, ao privar a pessoa do contato com o mundo exterior, impõe, paralelamente, em seu íntimo, uma divisão elementar entre um grupo controlado (os internos) e um grupo controlador (os cuidadores e dirigentes).

A normalização é definida pelo autor como característica que conta com a “existência de um plano racional único para atender os objetivos oficiais da instituição” (Goffman, 1961, p.17). Desta feita, rotiniza-se a vida diária visando proporcionar um cotidiano estável na ordem institucional e submetendo aos internos, uma lógica totalitária da instituição.

Por fim, ainda segundo Goffman (1961), como última característica, o caráter homogeneizante, visto que os internos são submetidos a um mesmo regime que, na maioria das vezes, mostra-se totalmente alheio a qualquer privacidade.

“Institucionalização” é um conceito simultaneamente psicossocial e jurídico legal. Assim, refere-se à mudança de “ecologia de desenvolvimento” decidida por uma autoridade legal. A institucionalização consiste na suspensão da guarda parental e conseqüente acolhimento institucional de crianças e jovens que se encontram em situação de perigo, considerando-se que há uma situação de perigo quando se verifica a ocorrência de várias situações de risco numa mesma criança ou jovem, podendo manifestar-se de várias formas, legalmente definidas (Afonso, 2014, p. 10).

Em sua análise, Foucault (1986) adota uma perspectiva histórico-genealógica, considerando a institucionalização como uma forma concreta de manifestação e aplicação das relações de poder. Na visão genealógica, a história é compreendida como um processo marcado

por rupturas e descontinuidades, rejeitando a concepção de uma única origem ou trajetória linear para explicar os fenômenos sociais.

Nesse sentido, o fenômeno da institucionalização pode ser definido como processo constituído de práticas e ideologias frutos de um determinado contexto histórico para atender uma necessidade da época.

Lília Lobo (2008) fez um estudo a partir da perspectiva genealógica, onde apresenta algumas características do processo de institucionalização das deficiências no Brasil, considerando que:

“(...) a institucionalização refere-se, pois, à produção histórica de formas gerais que são as instituições, que uma vez constituídas produzem e reproduzem relações de força (dominação, luta e resistência) que as engendram em determinada época e que se instrumentam nos estabelecimentos e nos dispositivos de poder que as mantêm. (...) o processo da institucionalização sustenta-se nas práticas mais ou menos discursivas das separações (...)” (Lobo, 2008, p.345)

Desta feita, buscando respaldar os direitos das crianças e dos adolescentes, o ECA estabelece parâmetros que passam a nortear a nova configuração do modelo de acolhimento institucional, não mais de longa duração como outrora, sem expectativa para finalização, mas limitado a duração máxima de 18 meses (art. 19, §2º), observando as seguintes diretrizes:

Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar, integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, atendimento personalizado e em pequenos grupos, desenvolvimento de atividades em regime de coeducação, não desmembramento de irmãos, evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados, participação na vida da comunidade local, preparação gradativa para o desligamento, participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Brasil, 1990).

A situação de acolhimento deve ser reavaliada a cada seis meses, através da atualização do Plano Individual de Atendimento (PIA). Esta responsabilidade cabe à equipe técnica da entidade que gerencia o programa de acolhimento institucional. No PIA, são considerados a situação familiar atual, as iniciativas da família para retomar a convivência e a opinião da criança ou adolescente.

As instituições de acolhimento institucional, consoante o art. 94 do ECA, possuem uma série de obrigações no sentido de observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes, enquanto não devem restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de limitação na decisão de acolhimento, além de:

- i. Oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos;

- ii. Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- iii. Diligenciar para restabelecer e preservar os vínculos familiares;
- iv. Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;
- v. Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
- vi. Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;
- vii. Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos, propiciar escolarização e profissionalização
- viii. Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer
- ix. Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- x. Proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- xi. Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- xii. Informar o adolescente sobre sua situação processual
- xiii. Comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;
- xiv. Fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;
- xv. Manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos,
- xvi. Providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;
- xvii. E manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, dos pais ou responsáveis, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

Contudo, apesar de todo avanço com a atual conjuntura legislativa que envolvem as instituições de acolhimento no Brasil, o funcionamento interno dessas entidades permanece apresentando um modelo inadequado ao seu público, caracterizado,

sobretudo, por práticas disciplinares exercidas pelo controle coercitivo e a não preservação da individualidade (Furlan e Lima, 2021).

### **3.1 Pobreza e Acolhimento: A Vulnerabilidade como Fator Determinante**

A institucionalização de crianças e adolescentes tem sua formação a partir da combinação de fatores sociais, econômicos e políticos que perpetuam a exclusão e a marginalização desses jovens, isso porque, apesar do aparato legislativo em volto a crianças e adolescentes, podem ocorrer situações em que necessariamente, o Estado intervém a fim de cessar ou evitar a violação de direitos que os coloquem em situação de vulnerabilidade social.

Ao tratarmos de vulnerabilidade social, ressaltamos que o fenômeno está diretamente relacionado a exposição de indivíduos ou grupos a condições adversas que afetam negativamente seu bem-estar e qualidade de vida. Essa vulnerabilização não decorre apenas de um evento isolado, mas de um conjunto de situações relacionadas a fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e assistenciais.

A vulnerabilidade social como a condição de indivíduos ou grupos que estão expostos a riscos sociais e econômicos, devido à falta de acesso a recursos e serviços essenciais. É caracterizada pela ausência de proteção social e pela dificuldade em acessar direitos básicos, o que pode levar à exclusão social e à marginalização (Brasil, 2006).

Zygmunt Bauman (2003) debate a questão sob a perspectiva de que a modernidade líquida e a desregulamentação das estruturas sociais contribuem para insegurança e fragilidade das relações humanas. Assim, a vulnerabilidade social é a consequência da individualização e da falta de redes de apoio, onde muitos se sentem abandonados pelo Estado e pela comunidade.

A triste verdade é que a enorme maioria da população foi deixada órfã pelo Estado-nação quando este renunciou, uma a uma, às funções geradoras de segurança e confiança pertence à categoria dos “frágeis e débeis”. Somos todos instados, como notou Ulrich Beck, a “procurar soluções biográficas para contradições sistêmicas” (Bauman, 2003, p.92)

O art. 98 do ECA estabelece que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos naquela Lei forem ameaçados ou violados por ação, ou omissão da sociedade, ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais, ou responsável e em razão de sua conduta.

O comportamento dos pais e especialmente da mãe, reflete diretamente no desenvolvimento das crianças. Conforme expõe Ribeiro (2023), a literatura aponta uma

tendência de “determinismo parental”, que sugere que os comportamentos dos pais, causam problemas ou riscos sociais para as crianças, onde se emprega maior ênfase, por ser considerado um período crítico da vida.

Além de maus tratos ou abusos, considera-se a falta de competência parental como um fator de risco para o bem-estar das crianças (Lee, 2014). Nesse sentido, percebe-se a família com dupla funcionalidade, uma vez que, apesar de ter o dever de proteger, viola os direitos de suas crianças e adolescentes.

Contudo, a história social das crianças e adolescentes e das famílias revela que estas encontraram e ainda encontram inúmeras dificuldades para proteger e educar seus filhos. Tais dificuldades foram traduzidas pelo Estado em um discurso sobre uma pretensa “incapacidade” da família de orientar os seus filhos. Ao longo de muitas décadas, este foi o argumento ideológico que possibilitou Poder Público o desenvolvimento de políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social, principalmente para a população mais pobre, com total descaso pela preservação de seus vínculos familiares. Essa desqualificação das famílias em situação de pobreza, tratadas como incapazes, deu sustentação ideológica à prática recorrente da suspensão provisória do poder familiar ou da destituição dos pais e de seus deveres em relação aos filhos (Brasil, 2006).

Segundo Rizzini e Rizzini, Naif & Baptista (2007), essa percepção se dá pelo fato de que a problemática não é percebida como uma violação que parte da própria sociedade ou do Estado, de modo que o afastamento da família é tido como única alternativa, mas que, na verdade, revela-se em punição tanto para a criança ou adolescente quanto para as famílias.

A família é considerada o primeiro microsistema no qual a criança interage, constituindo uma dimensão importante da vida de todos os indivíduos. É a primeira rede de apoio da criança, iniciada muito cedo com as primeiras relações de apego. Ela pode apresentar fatores de proteção e risco, dependendo do seu funcionamento e da sua dinâmica. Assim, diferentes aspectos interagem entre si num processo que pode produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (Siqueira e Dell’Aglio, 2007, p. 134)

Neste passo, é interessante refletirmos se o sistema elaborado para proteger a criança e ao adolescente, não atinge sobremaneira os pais, quando os filhos são afastados do convívio familiar tão importante para o desenvolvimento humano, baseado tão somente na situação dos genitores. Assim, necessário o questionamento: existem benefícios consideráveis partindo de toda problemática imbricada no acolhimento institucional?

Apesar da institucionalização de crianças ter surgido como uma tentativa de solucionar o problema de crianças e adolescentes abandonados, esta tentativa mostra-se extremamente ineficaz no Brasil porque não ataca as verdadeiras causas do problema (a miséria social, a carência de apoio socioeducativo, a ausência de prevenção em relação à violência doméstica, entre outros); não possibilita qualquer tipo de reabilitação para as famílias de origem e exclui as

crianças de uma convivência familiar (em sua família de origem ou família substitua) e comunitária (Weber, 2000, p. 5).

Outrossim, ponderemos que, apesar do termo atual disposto no ECA ser “acolhimento institucional”, estamos diante de um lar que acolhe ou uma instituição que abriga? Considerando que a palavra acolher nos remete a abrigar, agasalhar, amparar, apoiar, proteger, refugiar, resguardar, dentre outros.

Furlan e Lima (2021), aduzem que a situação de afastamento da família de origem está diretamente ligada à ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes, que reduzam o abismo entre a teoria e a prática dessas políticas na vida da população. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), essa realidade persiste devido a fatores político-ideológicos que levaram o país a adotar políticas e programas que não conseguiram reverter o cenário de pobreza e desamparo em que grande parte da população se encontra.

A intervenção do Estado para o afastamento da criança e do adolescente de sua convivência familiar revela um modo de organização social que tem impedido as famílias ao cuidado, à proteção e à socialização de seus filhos pela falta de investimento e insuficiência em políticas que lhes proporcionem o apoio necessário para que possam superar suas vulnerabilidades e exercer suas funções de cuidado. Isso revela também a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes por parte do Estado que não garante o direito à convivência familiar, tendo a institucionalização, muitas vezes, como a principal medida para a resolução dos problemas familiares (Furlan e Lima, 2021, p. 246).

A despeito do ECA considerar que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, é de se salientar que muitas adolescentes institucionalizadas se encontram nessa condição, justamente, pela falta de condições materiais de suas famílias.

No nosso país, há dificuldades para uma família pobre oferecer todos os direitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo que não significa, necessariamente, que haja negligência.

Se, por um lado, o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente garante a crianças e adolescentes o direito a "ser criados e educados no seio da sua própria família", por outro, devem também ser assegurados seus direitos referentes ao acesso à saúde, a educação, à alimentação, ao lazer e ao esporte, dentre outros (art. 4º). Em um país como o Brasil, como exigir que as famílias pobres ofereçam tudo isso a seus filhos? É a família "negligente" ou mesmo "desorganizada" por não garantir esses direitos? Ou "negligente" é o Estado? (Cardarello, 1998, p. 310).

Furlan e Sousa (2014), realizaram pesquisa em um abrigo do município de Piracicaba, em 2009, onde foi possível verificar, por meio das respostas da equipe técnica, que a realidade das famílias perpassa pela problemática da pobreza. Quando indagados se a questão da pobreza estava motivando o abrigamento, pontuaram o seguinte:

“Acho que não só isso. Mas acho que a condição econômica desfavorecida é quase 100%. Mas acho que isso não é o determinante, porque há famílias muito

pobres, mas que dão conta de garantir o básico tanto afetivo quanto físico e econômico” (Furlan e Sousa, 2014, p. 8)

“Primeiro vou falar de um âmbito geral, não necessariamente daqui. Apesar de que aqui reflete o âmbito nacional também. A esmagadora maioria das crianças que estão em situação de acolhimento tem a questão da pobreza perpassando, com falta de acesso às políticas públicas, falta de acesso aos direitos fundamentais, direitos básicos, com a rede de apoio aos familiares que não conseguiu um trabalho efetivo. É exceção caso que não passe por isso. Então, tem a ver sim, somado a dependência química e outros fatores ligados a pobreza. Porque quando se tem uma família com uma condição socioeconômica favorecida, mesmo que se tenha uma situação de dependência química, às vezes tem um ou outro que apoia, ou vai pagar um cuidador durante o dia e a noite vai dormir num parente, vai pra uma clínica pra se tratar e consegue às vezes se cuidar, nem sempre, mas às vezes sim. Até aí é um pouquinho mais fácil” (Furlan e Sousa, 2014, p. 8)

“A pobreza não pode ser determinante. Mas sabemos que a consequência da vitimização da criança e a situação de risco que não se tem mais como dar uma resposta satisfatória vem da pobreza. A família não tem mais onde morar? Ela não tem mais onde comer? Vai se buscar uma estratégia por meio da política pública. Mas o Estado não dá” (Furlan e Sousa, 2014, p. 8).

“A grande maioria das famílias que são atendidas tem sim a questão da pobreza colocada, porque a vigilância social e o controle sobre essas famílias é maior. E a pobreza, às vezes, passa a questão econômica. A demanda maior que surge no CREAS são famílias de baixa renda”. (Furlan e Sousa, 2014, p. 8)

Em entrevista concedida a Agostina Gentili, Fonseca (2020), considera que a crescente desigualdade econômica e social reforça uma visão moral antiquada, originária do século XIX, que responsabiliza os “pais indignos” pela vulnerabilidade das crianças. Parece que estamos repetindo um ciclo, voltando a adotar perspectivas que eram comuns nas políticas governamentais de aproximadamente quarenta anos atrás, quando as famílias pobres eram implicitamente vistas como prejudiciais para as crianças.

É grave enaltecer a questão da pobreza a ponto de torná-la norteadora das relações parentais, conseqüentemente, influencia o destino de milhares de crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres. Dados do Ministério da Justiça, segundo os passaportes emitidos às crianças adotadas por estrangeiros, comprovam que durante os anos 1980, o Brasil detinha a quarta posição entre Coreia, Índia e Colômbia, entre os países que mais fornecia crianças para adoção internacional (Fonseca, 2006). Ao longo daquela década, “mais de 7.500 crianças brasileiras foram enviadas para a França, Itália e em menor escala aos Estados Unidos” (Ibid., p. 6).

Ao meu entender, a avaliação da pobreza das famílias nos contextos de vulnerabilização social perpassa a ótica de simples problema decorrente de diferenças sociais ou padrões de vida. Como podemos perceber, a pobreza passa a ser um limitador de quem detém ou não “capacidade” para criar seus filhos.

No entanto, embora Fonseca (1995) reconheça que a pobreza é um fator importante que propicia a circulação de crianças que consiste na prática dessas crianças serem enviadas para viver com outras famílias, não a considera como um único fator determinante, devendo-se considerar outros fatores sociais e culturais que influenciam essa prática, mesmo concordando que historicamente, a circulação de crianças tem sido uma prática comum entre os pobres urbanos no Brasil, sugerindo que a prática que tem raízes profundas, não possa ser explicada apenas pela pobreza atual.

Diante da violação de direitos de criança e adolescentes, o Estado pode ser acionado por meio do Conselho Tutelar a fim de retirar o adolescente da situação de risco, encaminhando, se for o caso, a uma instituição de acolhimento, uma vez que existem nove medidas possíveis a serem aplicadas para a situação em comento, sendo:

- i. Encaminhamento aos pais ou responsável;
- ii. Orientação;
- iii. Apoio e acompanhamento temporários;
- iv. Matrícula e frequência obrigatórias na escola;
- v. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção;
- vi. Apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- vii. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico;
- viii. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio;
- ix. Orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- x. Acolhimento institucional;
- xi. Inclusão em programa de acolhimento familiar;
- xii. E colocação em família substituta;

Conforme Dell’Aglío e Siqueira (2006), as instituições de acolhimento devem estar configuradas em unidades pequenas, com poucos integrantes, manter um atendimento personalizado, estimular a participação em atividades comunitárias e preservar o grupo de irmãos, dentre outros.

Existem casos em que o próprio adolescente chega à instituição sem nenhum encaminhamento, hipótese em que a entidade tem o prazo de 24 horas para fazer a comunicação ao Juízo da Vara de Infância e Juventude, sob pena de responsabilização.

Uma concepção errônea que muitas pessoas têm a respeito de crianças e adolescentes institucionalizados, é que pelo fato de estarem acolhidos, estariam à

disposição para adoção, mas não é assim que funciona, embora tenhamos conhecimento de que existe uma tendência de aceleração no processo de destituição do poder familiar (Ribeiro, 2023). Em sua maioria, as adolescentes institucionalizadas na Casa Doce Lar no período da pesquisa, não estavam aptas a adoção, visto que, para que isso aconteça, é necessário que antes ocorra a destituição do poder familiar<sup>21</sup>.

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, que podem ser utilizadas como meio de transição para a reintegração familiar ou, quando não for possível, para a colocação em família substituta, sem implicar na privação de liberdade (Brasil, 1990)

Os fatores que dificultam a efetivação do caráter provisório da medida de abrigo são: (1) a falta de integração das políticas sociais existentes; (2) a dificuldade de interação e comunicação entre as entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social; (3) a ausência de objetivos comuns entre estas entidades; (4) a existência de ações pontuais e fragmentadas; (5) a fragilidade dos recursos humanos nos abrigos, tanto na quantidade como na sua qualificação; (6) como, também, a fragilidade das famílias, que se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigamento de seus filhos (Siqueira e Dell Aglio, 2006, p. 76).

Tratando dos motivos que levam a institucionalização de crianças e adolescentes, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, exposta por Ribeiro e Moraes (2015), identificou que 86,7% das crianças/adolescentes abrigados tinha família e 58,2% mantinham vínculos familiares.

A carência de recursos materiais da família correspondia a 24,1% dos motivos de ingresso, em segundo lugar (18,8%) estava o abandono pelos pais ou responsáveis. Em terceiro a violência doméstica (11,6%). A dependência química de pais ou responsáveis que se tratava de 11,3%.

Outros motivos de acolhimento foram a vivência de rua, 7%; orfandade, 5,2%; prisão dos pais ou responsáveis, 3,5%, e abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis, 3,3%.

Desta feita, Ribeiro e Moraes (2015) acrescenta que o sistema de Garantias de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes elaborado após o ECA, fora colocado em cheque, visto que tais constatações se aproximaram das evidências identificadas sob a

---

<sup>21</sup> É uma medida judicial que retira dos pais o direito de exercerem a guarda, educação e responsabilidade sobre seus filhos menores de idade, quando verificadas situações em que os pais negligenciaram gravemente seus deveres para com os filhos, colocando-os em risco ou situação de abandono. É aplicada somente em casos extremos, quando outras medidas de apoio à família se mostraram insuficientes e quando comprovada a impossibilidade de reintegração familiar.

cobertura do Código de Menores, bem como da FUNABEM, o que contribuiu para uma grande atualização do ECA no ano de 2009, onde se incorporou cerca de 200 alterações.

Apesar dos motivos que destinam uma adolescente ao amparo institucional estar relacionado a violência, maus tratos, abuso sexual, abandono material, dentre outros, o maior objetivo, segundo a legislação, é a preservação dos vínculos familiares com a consequente promoção a reintegração familiar, conforme art. 92, I, do ECA, com redação dada pela Lei n.º 12.010/2009.

Crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar (Brasil, 2006).

É evidente que, embora os profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente reconheçam que a pobreza não deve ser um fator determinante para impedir que as famílias cuidem de seus filhos, essa questão ainda persiste na realidade atual. A falta de garantia dos direitos das famílias, como o direito à moradia, saúde, educação, saneamento básico, entre outros, gera consequências nas famílias que afetam o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Ribeiro (2011), descreve como funciona uma instituição de proteção infantil na França, destinada a famílias monoparentais que enfrentam dificuldades ou estão em situação de risco. Tal instituição acolhe grupos de irmãos de diferentes idades com o pai ou a mãe. O diferencial da entidade, é a não separação dos filhos dos pais, mesmo quando há situações de risco ou perigo. Diante da situação de risco estabelecida, foi proposto aos pais uma estadia na Ilha D'yeu, como oportunidade de virar a página.

Quando solicitados a falar desta decisão de residir na ilha, os adultos apontam como principal razão, a possibilidade de voltar a viver ou de continuar vivendo com as crianças: Eu escolhi vir, mas na verdade não tinha escolha. O que no projeto institucional é definido como ruptura, no discurso dos pais aparece como uma possibilidade de dar continuidade à vida em família (Ribeiro, 2011, p. 45).

Embora institucionalizado, ao ingressar em uma instituição de acolhimento, inicia-se um processo para que o adolescente mantenha os vínculos com sua família natural ou família de origem e, caso não seja possível, procura-se pela família extensa que é aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade, consoante parágrafo único do art. 25 do ECA.

É interessante avaliar a busca pela família extensa, porque ela conta com o apoio do próprio adolescente institucionalizado, sendo ele quem aponta os nomes e endereços de parentes com quem já teve contato, como irmãos, tios, avós etc.

Tanto a pesquisa feita em dossiês, quanto o acompanhamento das interações cotidianas na instituição colocaram em evidência o lugar central ocupado pela família extensa e a participação ativa de crianças e adolescentes nas possibilidades de arranjo de guarda e de residência mediadas pelas profissionais (Ribeiro, p. 2023. 17).

A impossibilidade de reintegração de crianças e adolescentes a família de origem, abra o leque para que a família extensa seja chamada a assumir a responsabilidade sobre eles, caso haja interesse. Ribeiro (2023), através de pesquisa com crianças e adolescentes com mães usuárias de drogas, observou uma interação naquele contexto, não somente com parentes, mas com todos aqueles com os quais os adolescentes se relacionavam, inclusive, pessoas da própria instituição, passando a considerá-las como membros de suas famílias a fim de terem outras possibilidades que não a adoção, na tentativa de evitar a extinção do vínculo com a mãe e a família de origem, o que a autora denomina de redefinições da parentalidade e dos próprios laços de parentesco.

Portanto, ainda segundo aponta a autora, a institucionalização de adolescentes submetidos a situação de risco pessoal e social, pode ser considerada uma etapa de transição, durante a qual se decide manter ou romper os vínculos com a família de origem.

### **3.2 Quando crescer é resistir: narrativas juvenis sob tutela institucional**

A adolescência é uma fase crucial do desenvolvimento humano, marcada por grandes transformações e reorganizações que afetam diversas dimensões, incluindo as biológicas, comportamentais, afetivo-emocionais, cognitivas, socioemocionais e morais. É a fase da vida entre a infância e a idade adulta, dos 10 aos 19 anos, conforme parâmetros da Organização Mundial da Saúde — OMS, que estabelece ainda que “é uma fase única do desenvolvimento humano e um momento importante para estabelecer as bases de uma boa saúde”.

A adolescência caracteriza-se pelo estabelecimento de novos hábitos de conduta e modelos de socialização, bem como pela oportunidade de aquisição de novas habilidades e recursos para lidar com as transições que lhe são próprias (Fernandes e Monteiro, 2017, p. 1).

Granville Stanley Hall (1904), psicólogo e educador foi o pioneiro no desenvolvimento da psicologia da adolescência. Ele acreditava que a adolescência era um

período de “tempestade e stress”, definindo-a “como um período de transição universal e inevitável, considerando-a como um segundo nascimento” (Hall, 1904, p. 325).

Adolescentes vivenciam rápido crescimento físico, cognitivo e psicossocial. Durante essa fase, ocorrem mudanças significativas no corpo, como o desenvolvimento de características sexuais secundárias, aumento da altura e massa muscular. Cognitivamente, os adolescentes desenvolvem habilidades de pensamento abstrato, raciocínio lógico e resolução de problemas complexos. Psicossocialmente, eles começam a formar uma identidade própria, buscar independência e estabelecer relacionamentos mais profundos com os pares.

De acordo com Dell’Aglío e Siqueira (2010), embora o acolhimento seja uma medida protetiva, a institucionalização pode representar um risco ao desenvolvimento. Mesmo que temporária, essa medida tem sido associada durante a infância e a adolescência, a rompimentos de vínculos e experiências de violência.

Os autores exibem o estudo de eventos estressores que pode ser traduzido “por qualquer situação vivenciada pelo indivíduo, desde mudança de escola ou cidade, férias, novo casamento dos pais, até eventos negativos, como violência doméstica” (Ibid., p. 219).

Assim, a maneira como o indivíduo avalia subjetivamente os eventos estressores que vivencia depende de sua percepção, interpretação e dos significados atribuídos a esses eventos. É essa avaliação que determinará se a situação será classificada ou não como estresse.

Nesse sentido, quero pontuar que a institucionalização ocorrida nessa fase de vida, ou seja, na adolescência, pode ou não ser compreendida por esse indivíduo como risco ao seu desenvolvimento mesmo sob a ótica legislativa da proteção, vez que tudo dependerá se os processos de risco operarão efeitos negativos sobre eles.

Aspectos como acolhimento inadequado no momento do abrigamento, hostilidade entre crianças e monitores, práticas educativas coercitivas, rotatividade de funcionários e a não disponibilidade de investimento emocional, podem ser considerados fatores de risco na institucionalização. Em contrapartida, inúmeros fatores de proteção podem operar neste momento, tais como acolhimento no momento do abrigamento, compreensão e respeito às histórias individuais de cada um, vinculação afetiva entre os abrigados e entre eles e os funcionários/monitores, sentimento de proteção, entre outros fatores, favorecendo o estabelecimento de novos relacionamentos e possibilitando o contato com uma estrutura organizada (Dell’Aglío e Siqueira, 2010, p. 219)

Segundo Fernandes e Monteiro (2017), os adolescentes em acolhimento institucional podem desenvolver uma percepção positiva da instituição e de seus funcionários devido ao atendimento de suas necessidades básicas, como alimentação e

vestuário. Além disso, a oferta de oportunidades de lazer, a formação de relações de amizade e o estabelecimento de vínculos de confiança também contribuem para essa visão favorável.

Tal perspectiva me fez recordar das falas expostas na pesquisa de Correia (2013), referente a duas adolescentes. Notei que de fato, as adolescentes tinham essa percepção de segurança na instituição de acolhimento, por meio dos serviços prestados, conforme podemos observar na leitura abaixo:

“Ele manda as coisas pra mim aqui, mesmo longe ele cuida de mim. Esses dias ele ligou pra me dizer que tava se mudando. Aqui a gente tem cuidado. Tem cama boa, comida, estudo, mas não tem as outras coisas, o carinho. Não que as tia aqui trate mal nós, mas você sabe como é. Aqui eu tenho amigas, mas é só por um tempo, depois vai todo mundo saindo e a pessoa tem que ter sua família né?” (Daniele, 14 anos, adolescente acolhida na Casa de Passagem III, Correia, 2013, p. 21)

“Aqui eu tenho tudo, tenho onde dormir, o que comer toda hora, posso ir a escola. Em casa não, lá eu tenho que fazer as coisas em casa. Minha mãe acha mesmo que eu sou empregada dela. Lá num tem as comidas que eu como aqui, uma cama confortável. Aqui que é meu lar mesmo, é onde eu tenho as coisas” (Correia, 2013, p. 95).

Ademais, ainda sob a análise da percepção dos adolescentes sobre a institucionalização, não podemos deixar de mencionar o estudo da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, para discutirmos os impactos da institucionalização na adolescência, uma vez que a experiência com institucionais pode associar-se tanto a fatores positivos como a fatores de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, dependendo das particularidades e vulnerabilidades desses ambientes de interação (Fernandes e Monteiro, 2017).

O adolescente é visto como um indivíduo com características únicas e com uma maneira particular de enfrentar suas experiências (Senna e Dessen, 2012). Ele é considerado um agente ativo, sendo tanto resultado quanto criador do seu próprio desenvolvimento. Esse entendimento ajuda a superar a visão da adolescência como uma fase turbulenta e instável, promovendo uma perspectiva mais positiva sobre o desenvolvimento dos jovens.

Nessa perspectiva, Bronfenbrenner (1979/1996) considera o ambiente institucional como um cenário abrangente para o desenvolvimento humano, compreendendo duas hipóteses em relação ao acolhimento em instituição. A primeira seria em razão do aumento do prejuízo quando o ambiente onde o adolescente encontra-se institucionalizado, oferece poucas possibilidades de interação com os cuidadores, atrelado a uma restrição de locomoção e brincadeiras espontâneas. A segunda está ligada

ao impacto do rompimento imediato quando os sujeitos são crianças até o primeiro ano de vida.

Assim, segundo Siqueira e Dell Aglio (2006), reações lesivas a longo prazo em relação ao meio físico e social empobrecido do ambiente institucional, diminuem conforme a criança e ao adolescente vão crescendo, associado a presença de diversas atividades que possibilitem participação.

Considerando o contexto desfavorável que pode levar um adolescente a institucionalização, conforme as exposições até aqui apreendidas, me lanço a refletir numa questão um pouco mais profunda, relacionada ao modo com que esse adolescente, às vezes abandonado, violentado, que perdeu o contato com os pais, ou simplesmente imerso a pobreza familiar, reage a todas essas questões, sabendo que um dia poderá retornar a sua família, ser adotado ou desinstitucionalizado.

Tendo em conta ainda, que foi identificado pelos relatos que existem aspectos positivos do acolhimento institucional, sendo verificado uma forma diferente de lidar com as adversidades e frustrações de se submeter a institucionalização, tem-se que o termo Resiliência é frequentemente referido por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações. Alguns estudiosos consideram um fenômeno comum presente no desenvolvimento de qualquer ser humano (Yunes, 2003).

A resiliência enquanto categoria conceitual nas Ciências Sociais e Humanas, que especificamente está ligada ao desenvolvimento e ao crescimento humano e social, incluindo diferenças etárias, culturais, de gênero e sociais, identificando e/ou contribuindo para diferenças estratégicas. Antecipadamente, é importante relacionar o conceito de resiliência como um processo com fatores e resultados resilientes proximais a contexto, prevenção e promoção de cada realidade: unidade social e/ou indivíduo (Soria, Blandtt, Ribeiro, 2007).

O impacto das diferentes experiências de vida no desenvolvimento cognitivo e comportamental podem variar significativamente. Alguns indivíduos conseguem se desenvolver normalmente, mesmo em meio a adversidades extremas. Isso não depende apenas da qualidade e quantidade dos eventos vividos, mas também de fatores intrínsecos ao próprio indivíduo (Soria, Blandtt, Ribeiro, 2007).

Pinheiro (2004), pontua que a resiliência é o equilíbrio entre os fatores de risco aos quais o indivíduo foi ou é submetido e os fatores de proteção, tanto sociais (externos) quanto pessoais (internos). Os fatores de risco estão ligados a autonomia, motivação, responsabilidade, boas relações interpessoais, bom humor, alta autoestima, entre outros.

Podem ser sociais ou externos, como bons níveis de saúde no funcionamento familiar, acesso à educação, disponibilidade de afeto social, bom estado de nutrição, rede de apoio (Conzatti e Mosmann, 2015).

Já os fatores de risco, apontam para condutas negativas dos pais como excesso de punição ou falta de dedicação afetiva aos filhos, refletindo diretamente nos problemas comportamentais e emocionais destes.

A fragilidade das relações, da rede social de apoio e a situação de pobreza podem configurar-se de forma que os pais percam a guarda dos filhos ou ainda que eles mesmos tomem a iniciativa de colocá-los em abrigos. Nesse sentido, a entrada em uma instituição de permanência é uma sobrecarga emocional que não pode ser desprezada em função de situações estressantes como privação da convivência com os pais e adaptação às regras da instituição, que são mais impessoais e, provavelmente, mais rígidas do que as que a criança teria na família (Conzatti e Mosmann, 2015, p. 355).

Cyrulnik (2005), descreve os cuidadores, sejam eles pais ou cuidadores temporários, como “tutores de resiliência”. Dessa forma, cabe a eles a responsabilidade de proporcionar segurança afetiva e uma base de apego essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Em outras palavras, quando o ambiente ao redor da criança ou adolescente se reorganiza, eles podem retomar seu desenvolvimento.

As experiências relacionadas aos processos de acolhimento e a separação da família não são, necessariamente, causadoras de traumas emocionais. Isso ocorre porque cada criança possui uma maneira única de lidar com esses eventos durante o processo de adaptação à nova realidade (Conzatti e Mosmann, 2015).

Em estudo que avaliou o conceito de bem-estar subjetivo como fator de proteção em crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, comparando crianças institucionalizadas com outras que vivem com suas famílias, referem que os níveis de satisfação com a vida e afetos positivos não diferem entre os dois contextos. Contudo crianças institucionalizadas indicam maiores níveis de afetos negativos e, com a experiência de ruptura dos laços familiares, a situação de acolhimento pode torná-las ainda mais vulneráveis. Por isso essas crianças necessitam de mais atenção nas intervenções que promovam bem-estar e qualidade de vida, para que se tornem adultos emocionalmente saudáveis e independentes (Conzatti e Mosmann, 2015, p. 357).

Nesse contexto, segundo Conzatti e Mosmann (2015), não é possível assumir que a separação protege a criança, nem que a manter com a família, seria a melhor opção. É primordial avaliar os diferentes aspectos de vida da criança ou adolescente para identificar os fatores de resiliência que os ajudariam a enfrentar essas e outras possíveis situações devastadoras.

Em estudo quantitativo realizado por Pesce *et al.* (2004), com a intenção de analisar a relação entre resiliência, eventos de vida desfavoráveis e fatores de proteção, feito com 997 adolescentes, entre 12 e 19 anos, da rede pública de ensino da cidade de

São Gonçalo, Rio de Janeiro, apuraram a ausência de relação entre eventos traumáticos e fatores individuais de resiliência, corroborando a hipótese dos autores de que não há associação direta entre risco e resiliência, pois o mais crucial no processo de resiliência é a percepção do indivíduo sobre tais eventos e sua capacidade de enfrentá-los, não se limitando às desvantagens sociais ou econômicas de parcela menos favorecida da população.

Numa perspectiva sociológica, Giddens (1991), auxilia-nos na análise da teoria da sociedade de risco e a ideia de reflexividade, que é a capacidade de analisar e responder aos próprios problemas de modo crítico, como forma de lidar com os desafios e incertezas da modernidade, demonstrando como as sociedades modernas precisam se adaptar continuamente às novas condições, tendo em vista que a modernidade traz novos tipos de riscos globais e interpessoais que exigem uma capacidade de adaptação e reorganização, no entanto, ainda que a resiliência seja um conceito útil, seu uso descontextualizado pode mascarar desigualdades estruturais e desresponsabilizar o Estado em garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Também analiso a institucionalização sob a perspectiva da circulação de crianças, tomando como base os estudos de Fonseca (1995; 2006), que discute como em contextos de vulnerabilidade, crianças e adolescentes podem ser transferidos entre diferentes núcleos familiares, seja por guarda provisória, adoção ou arranjos informais. Essas transições, mais do que meras mudanças de domicílio, revelam formas complexas de viver e sobreviver em meio à fragilidade dos vínculos e à constante reconfiguração dos laços de pertencimento.

Sem adentrar nas especificidades do instituto da adoção, que foge ao escopo deste trabalho, proponho refletir sobre a circulação de adolescentes entre três principais cenários: a família de origem, a instituição de acolhimento e a família extensa. Diante da identificação de situações de risco pessoal ou social, é comum que adolescentes sejam afastados do convívio familiar e encaminhados à institucionalização. Uma vez acolhidos, inicia-se frequentemente uma busca ativa por membros da família extensa que possam assumir a guarda, sobretudo quando o retorno à família de origem se mostra inviável.

Nesse sentido, uma adolescente pode circular por três ambientes distintos, isso sem considerar aquelas que são institucionalizadas ainda crianças, pois, na realidade de Imperatriz, passará, inicialmente, pela Casa da Criança e somente ao atingir os 10 anos, será transferida para a Casa Doce Lar.

Assim, vários ajustes são elaborados a partir da circulação de adolescentes entre as famílias, visto que é possível terem mais de uma “mãe” ou mais de um “pai” (embora eu ache um pouco improvável), vários irmãos, madrinhas, mães de criação, dentre outros.

Essa lógica de circulação, ora motivada pela proteção, ora pela impossibilidade de permanência, me remete a uma audiência concentrada que acompanhei na instituição, envolvendo uma adolescente acolhida havia três meses.

Na ocasião, ficou evidente a complexidade dos arranjos familiares e afetivos. A adolescente havia morado, em momentos distintos da vida, com dois casais de tios e com a mãe, que possui deficiência intelectual. A passagem entre esses espaços foi marcada por momentos de afeto e segurança, mas também por episódios graves de violência, sobretudo quando viveu com o segundo casal de tios.

A escuta da adolescente, naquele momento, revelou memórias de carinho e pertencimento com os primeiros tios, e sofrimento com os que vieram depois. Sua narrativa afetiva e precisa ressoava na sala de audiência como testemunho de uma trajetória marcada por descontinuidade e resiliência.

Ao final da audiência, com base nos laudos técnicos e no desejo da adolescente, o juiz autorizou o desligamento da instituição e o retorno ao convívio com o primeiro casal de tios e com a mãe.

O caso é exemplar daquilo que Fonseca (1995) analisa como “circulação de crianças”, uma lógica em que a infância e a adolescência, sobretudo em contextos de pobreza, são administradas por meio de transições sucessivas entre espaços e afetos, com arranjos familiares reorganizados conforme as possibilidades de cada momento. Nessa dinâmica, o pertencimento deixa de ser fixo e passa a ser reconfigurado a cada nova morada.

Por conseguinte, conforme perpassado ao longo deste capítulo, aspectos negativos são relacionados ao acolhimento institucional, embora não queira dizer que não existam boas práticas no acolhimento, mas a questão é que toda criança/adolescente merece ser criado e educado no seio de sua família. Porém, como nem sempre é possível e, nesses casos, deveria haver uma luta incessante através de políticas públicas para revalidar a competência da família de origem que em muitas situações é colocada em xeque apenas pela questão da miséria.

Puder perceber que quando uma adolescente é institucionalizada, ela muda de casa, mas a casa muitas vezes não muda! O mesmo Estado que afastou a adolescente da família por uma questão de risco pessoal ou social, é o mesmo que não fornece o apoio

eficaz para a convalidar aquela família a receber de volta a filha, a neta ou a sobrinha. O apoio é mínimo e muitas vezes não confere condições para o risco ser sanado. Na tentativa de retorno, a situação de risco persiste e a adolescente retorna para a instituição.

Mas também vejo a instituição como um apoio necessário a situações de extrema necessidade, no caso de deficiência ou morte dos pais, desamparo material das jovens, violência sexual, dentre outros. O serviço precisa ser aprimorado para que a instituição não somente abrigue, mas acolha! O sistema de garantias e a rede de proteção precisam funcionar de fato, serem interligados e não oferecer somente serviços paliativos.

É fundamental o apoio do governo municipal no amparo das famílias de origem através de programas assistenciais e de inserção dos pais no mercado de trabalho, oferecimento de cursos profissionalizantes para as mães que em sua maioria são mães solo e possuem mais de um filho.

O Estado precisa velar pela punição dos opressores (que muitas vezes é um padrasto ou tio), em caso de abuso sexual, mas que continuam na sociedade como se nada tivessem feito, amedrontado a vítima que precisa se isolar em uma instituição de acolhimento como se fosse ela quem tivesse cometido o crime e não o contrário.

A dificuldade não reside na inexistência de dispositivos legais, mas sim na ausência de vontade política e de articulação intersetorial que garanta a sua concretização. As famílias só terão capacidade para abraçar e acolher sua menina institucionalizada, se for igualmente amparada e auxiliada pelo Estado.

#### 4 POR TRÁS DO MURO AZUL

O aspecto de instituição total (Goffman, 1961), foi verificado na Casa a partir de algumas observações: o portão fica o tempo todo fechado com cadeado e distante cerca de 5 metros do início da Casa. Entra apenas quem trabalha ou quem tem permissão. Quando alguém chega batendo, por vezes, não dá para ouvir. Nas minhas primeiras visitas a instituição, ficava alguns minutos do lado de fora batendo no portão, sob o sol escaldante de Imperatriz, até ser ouvida por alguma cuidadora, uma vez que no início, ainda não me conheciam e sempre perguntavam: — “quem é”? E eu respondia — “é a Bruna pesquisadora ou a Bruna advogada”, momento em que elas me deixavam entrar.

Algumas vezes, as meninas era quem me ouviam bater no portão e diziam: *tia, tem alguém batendo ali*. O muro da Casa é bem alto e a rua onde está localizada não é asfaltada, possui muitos buracos e nenhum movimento de carro ou moto, tornando-se até perigoso andar a pé pelas proximidades.

A regra é que vão para escola e de lá retornem para a instituição. Não estão autorizadas a fazer trajeto diverso ou se comunicarem com pessoas desconhecidas, embora algumas o façam e até fogem das regras, passando em outros lugares no caminho para o colégio.

Quando iniciei as pesquisas, entre os meses de março e maio de 2024, a Casa a que me refiro acima estava localizada no bairro Santa Rita, um dos mais populosos da cidade, estando incluso na região conhecida como “grande Santa Rita”, vez que engloba bairros como Bom Sucesso, Parque Independência, Novo Horizonte e São José.

Porém, no meu retorno a campo no ano de 2025, no mesmo período do ano anterior, a Casa mudou-se para o bairro Centro. O novo prédio apresenta vantagens significativas em relação ao anterior, sendo mais moderno e amplo. A sala destinada à equipe técnica, localizada logo na entrada, também é maior, possibilitando que cada profissional tenha seu próprio espaço de trabalho.

Em relação à localização, há aspectos positivos e desafios a serem considerados. A proximidade com o centro e com o viaduto facilita o acesso e a integração com a cidade. O ambiente ao redor é mais movimentado, com um fluxo constante de veículos e pedestres, além da presença de bares e eventos na região, o que pode demandar atenção redobrada quanto à segurança e à proteção das meninas.

O portão que dá acesso a Casa fica a poucos metros da rua por onde passam centenas de carros diariamente. Há também vários empreendimentos próximo, a maioria

relacionados a saúde, como clínicas particulares, laboratórios, faculdades e escritórios. Ao contrário da casa anterior em que a rua não tinha asfalto e era cheia de buracos, o prédio atual está localizado numa rua asfaltada e recentemente recuperada pela gestão municipal.

**Imagem 10:** rua do antigo prédio



**Imagem 11:** rua do prédio novo



As adolescentes não podem sair da instituição sem permissão. Na verdade, a única ocasião em que elas podem sair, é para se dirigirem a escola. Todos os outros possíveis programas como ir ao cinema, ao shopping, passeios ou até mesmo realizar uma atividade física ao ar livre, necessita de autorização.

Observei que elas não possuem autorização para se aproximarem do portão da Casa, nem mesmo quando alguém está batendo, pois isso fica a cargo das cuidadoras, embora elas tenham liberdade para circular internamente por dentro e por fora da Casa, na área externa, desde que até o limite do muro.

Outra característica de instituição total bem visível na Casa, é que as atividades se dão em horários preestabelecidos obedecendo a um sistema de regras formais explícitas e a um grupo de funcionários. “As várias atividades obrigatórias são reunidas em um plano racional único, supostamente planejado para atender os objetivos oficiais da instituição” (Goffman, 1961, p.8).

A instituição possui a seguinte programação de forma que as meninas devem se adequar e realizar as atividades abaixo:

Tabela 1 – **Rotina das acolhidas**

ATIVIDADE	HORÁRIO
Acordar	8:00
Café da manhã	8:30
Tarefas escolares	9:00 às 11:00
Almoço	12:00
Horário Livre	Até as 15:00
Lanche	15:00
Tarefas escolares	16:00 às 18:00
Banho	18:30
Janta	19:00
Devocional	20:00
Lanche	21:00
Educação Física 2x na semana ao final da tarde	

Para que a programação aconteça diariamente, a instituição conta com o apoio dos serviços da equipe técnica. As cuidadoras por sua vez, possuem um contato maior e direto com as adolescentes. Certa vez, uma delas gritava alto pela Casa, o nome de uma das adolescentes que estava atrasada para aula de reforço. Percebi que elas são como uma mãe ou um pai que reforça a necessidade do filho em cumprir com seus compromissos.

Pude verificar ainda, que uma adolescente em especial, buscava mais atendimento com a psicóloga. É importante mencionar que o trabalho da psicóloga da instituição, não é de cunho clínico, mas diz respeito a uma abordagem institucional associada a adaptação em relação ao ambiente e aos procedimentos internos. atendimentos clínicos não são feitos pela psicóloga da instituição.

Nesse caso, há o encaminhamento para as clínicas de universidades privadas que fazem esse tipo de atendimento por meio dos alunos do curso de psicologia, que são supervisionados por um professor que também é psicólogo. Como exemplo, citamos a Unisulma<sup>22</sup> e o Ceuma<sup>23</sup> que concedem esse atendimento a comunidade em geral, por intermédio das clínicas escolas. Quando não é possível realizar o agendamento com as faculdades, o atendimento se dá pela rede municipal de saúde.

As cuidadoras zelam pela casa como um todo, águam as plantas da entrada da Casa, limpam o chão, organizam o ambiente, cozinham etc. No geral, a Casa é arrumada e limpa. Tem muitas árvores e estava cheia de gatinhos que a todo momento eram oferecidos pelas cuidadoras a quem chegava. As meninas circulavam o tempo todo pela casa, abraçavam e cheiravam as funcionárias, conversavam e brincavam entre si. Era visível o clima de harmonia.

O prédio possui um terreno amplo com um grande quintal. A casa é solta e a lateral direita possui uma grande árvore que confere um ar de frescor e bem-estar, proporcionando uma sombra. A casa possui instalações antigas, sem muita estrutura. Os móveis são simples e envelhecidos e o piso é desgastado.

### **Imagem 12:** frente prédio antigo

---

<sup>22</sup> Universidade do Sul do Maranhão

<sup>23</sup> Centro Universitário do Maranhão



**Imagem 13:** frente prédio novo



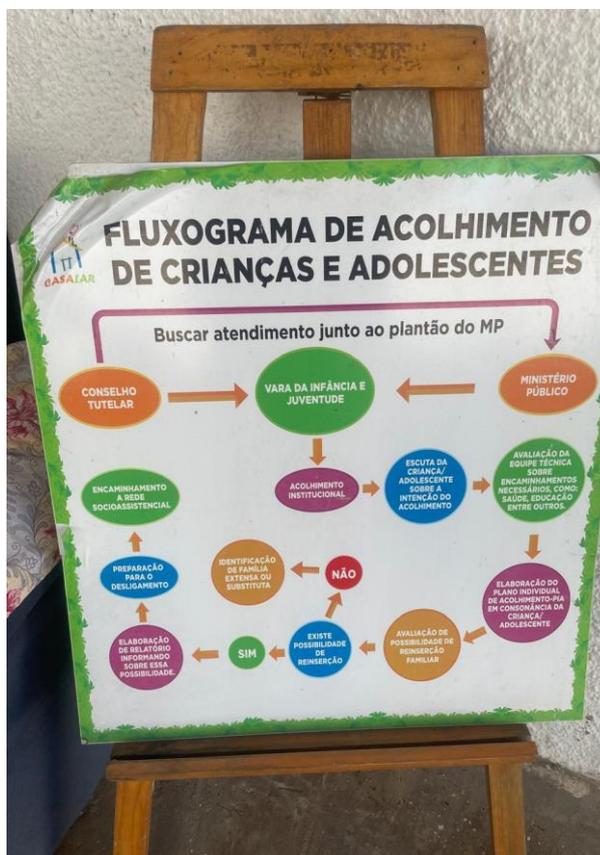
Apenas observando essas imagens, é possível averiguar as diferenças entre os prédios, vez que a nova locação está situada em rua asfaltada e melhor localização geograficamente falando, possuindo cerca elétrica, o que confere maior proteção, bem como a existência de portão automático e faixa com azulejos que transmite tom de maior preservação do imóvel em relação ao anterior, motivo pelo qual achei interessante apresentar ambos, a fim de acompanharmos os incrementos.

No corredor de ambas as casas, está exposta uma placa que demonstra o fluxo do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Fica ao lado do sofá, um lugar estratégico, pois os parentes que visitam as acolhidas ou comparecem para entrevista com a equipe técnica e participam de audiências, ficam aguardando atendimento nesse local.

Pude notar que alguns parentes comparecem na instituição para “buscar” suas filhas, sobrinhas e netas, mas na verdade, não conseguem, tomando ciência naquele

momento que depois que a adolescente adentra a instituição, é necessário seguir o procedimento, conforme a imagem.

**Imagem 14:** Fluxograma do acolhimento institucional



Ambas os prédios possuem área externa ampla. O corredor é utilizado como recepção para as famílias que procuram a instituição ou que aguardam audiência.

**Imagem 15, 16, 17 e 18:** área externa prédio antigo e novo



A sala de estar possui um conjunto de sofás, ventilador, cadeiras, painel com televisão, quadros na parede, cortina e mesinha de centro. As meninas gostam de ficar nesse ambiente, geralmente assistindo televisão, ouvindo música, dançando e conversando umas com as outras. Para o uso da televisão, é feita uma escala que vai de acordo com o turno das aulas escolares. É concedido cerca de 1:00h de TV por dia. A

escala é feita para que cada uma das meninas escolha um canal televisivo conforme a preferência delas.

**Imagem 19 e 20:** Sala de estar prédio antigo e novo



Não é permitido o uso de aparelho celular. Se por acaso chegarem na instituição com celular, este é entregue e fica de posse da instituição, até ocorrer o desligamento. A maioria das meninas não possuem celular. A Casa também não dispõe de acesso à internet, somente no computador que é destinado para realizar tarefas e trabalhos da escola.

Os dois prédios possuem uma área externa ampla que vai desde a entrada até o quintal. Parte desse espaço é utilizado para área de serviço e alocar eletrodomésticos como freezer, micro-ondas, máquina de lavar, televisão, armários e churrasqueira

**Imagem 21 e 22:** área de serviço prédio antigo e novo



A Casa possui uma sala de estudo que serve de ponto de apoio para que as meninas façam suas tarefas e atividades escolares. A sala tem várias cadeiras de braço, cortina, armário, nicho na parede com enfeites, central de ar, adesivos na parede, escrivaninha, computador com acesso à internet, caixinhas de som, teclado, mouse, alguns livros, cadernos e as mochilas das meninas. A sala possui ainda um quadro branco com vários dizeres escritos por elas como seus nomes e frases de afirmação. Pela manhã, geralmente fica com a janela aberta para entrada do sol e do ar.

**Imagem 23 e 24:** Sala de estudo prédio antigo e novo



A cozinha da Casa é composta por fogão industrial, geladeira, micro-ondas, liquidificador, mesa, pia e utensílios básicos como panelas e talheres. A cozinha da antiga Casa tem piso “velho” e uma parte não tem cerâmica, pois sofreu um reparo, mas foi corrigido apenas com cimento.

Já no prédio da Casa nova, o piso da cozinha é todo na cerâmica. O ambiente é aberto e bem ventilado, vez que fica localizada na parte externa do imóvel. Os móveis ficaram melhor dispostos, pois o espaço é maior. O prédio novo é varandado e a mesa de refeições fica disposta ao final do corredor, mas em frente a cozinha.

Duas cuidadoras atuam diariamente no turno das 7h às 19h, enquanto a cozinheira é responsável pelas principais refeições do dia, almoço, lanche e jantar até o início da noite. Há também uma funcionária encarregada da limpeza geral, que permanece na instituição em período parcial.

As adolescentes colaboram com a organização do espaço: arrumam suas camas, limpam os quartos e banheiros, e são responsáveis por dobrar e guardar suas roupas, após serem lavadas pelas cuidadoras na máquina. Essas tarefas são parte de um processo de incentivo à autonomia, preparando-as para a vida fora da instituição, considerando o caráter temporário do acolhimento e a perspectiva de desligamento, seja por maioria de idade, reintegração familiar ou adoção.

**Imagem 25, 26, 27 e 28:** Cozinha prédio antigo e novo



**Imagem 29:** Mesa de refeição prédio novo



As casas contam com dois quartos com dez camas ao total. O primeiro quarto tem três camas (um beliche e uma cama de solteiro), dois guarda-roupas com os pertences das adolescentes, roupas, produtos de higiene pessoal, bolsa, dentre outros. Boneca, pelúcias, travesseiro, cortina e central de ar. Ao todo, a Casa possui três banheiros. O segundo quarto possui banheiro e tem o maior número de camas (três beliches e uma cama de solteiro), cortina e uma central de ar.

**Imagem 30 e 31:** Quarto A prédio antigo e novo



Imagem 32 e 33: Quarto B prédio antigo e novo



O novo prédio dispõe de closet onde as meninas guardam suas roupas e calçados de forma organizada e separada. Esses pertences são pessoais e não há uso das peças de modo coletivo, o que não impede de emprestarem umas às outras.

**Imagem 34:** Closet prédio novo



A sala de atendimento possui mesas com cadeiras e dois computadores de mesa - mas apenas um funcionava, o que fazia com que as servidoras se intercalassem no uso. Uma impressora, dois armários onde se armazena os processos administrativos das adolescentes acolhidas, uma central de ar, uma cortina, quadros na parede e material comum de escritório.

**Imagem 35 e 36:** Sala de atendimento prédio antigo e novo



A análise da estrutura da Casa Doce Lar revela que o espaço institucional vai muito além de sua materialidade. Embora as limitações físicas estejam presentes, especialmente na sede antiga, o que se destaca é a forma como o cotidiano se organiza a partir das relações entre funcionárias e adolescentes.

A limpeza, o preparo das refeições, a arrumação dos quartos e a circulação pelos ambientes, não se restringem a tarefas funcionais, mas expressam uma dinâmica relacional em que o cuidado, mesmo em condições adversas, se manifesta. A mudança para a nova sede representou um avanço em termos de conforto e segurança, mas foi também uma transição afetiva, marcada por desapego, readaptação e reinvenção das rotinas. Assim, a Casa, mais do que uma estrutura física, se constitui como um território de experiências, no qual o abrigo se constrói nas relações que o sustentam.

#### **4.1 Com Elas e Por Elas: Funcionárias como Chaves de Escuta e Entrada**

Chega a ser intrigante o potencial que todos os profissionais do sistema de acolhimento possuem em suas relações com as crianças e os adolescentes de instituições de acolhimento. É um papel que vai além do cumprimento das atribuições específicas de seus cargos e que se dá na relação com as particularidades da experiência de cada acolhido.

Embora tenhamos falado um pouco acerca desses trabalhadores, gostaria de dedicar uma fatia desse trabalho a fim de analisarmos mais profundamente suas contribuições. As orientações técnicas dos serviços de acolhimento (2009), dispõe que a equipe dos abrigos (antiga nomenclatura utilizada), deve ser composta por 1 coordenador, 2 técnicos, 8 educadores (2 por plantão) e 2 auxiliares de educação.

É importante salientar que no decorrer da história das práticas de acolhimento, a terminologia utilizada para se referir aos trabalhadores de instituições de acolhimento, que hoje são reconhecidos como educadores, sofreu mudanças. Foram chamados de pajens, monitores, instrutores, atendentes e cuidadores, refletindo assim, diferentes concepções sobre seu papel e, conseqüentemente, sobre sua atuação.

A dimensão educacional da função irá se instituir em um longo processo que implica a formação desses trabalhadores, pontualmente após a instituição das orientações técnicas dos serviços de acolhimento de 2009, quando a função educativa dos serviços de acolhida ganhou força, assim como a ideia de que esses espaços devem se assemelhar a um ambiente familiar.

Mesmo que em alguns ambientes de institucionalização, muitos educadores ainda se reconhecem e sejam reconhecidos com mais vigor nas tarefas relativas aos cuidados básicos, pude notar no campo, que não desempenham apenas funções básicas relacionadas ao cuidado com alimentação, higiene e vigilância das adolescentes, no entanto, reconhecer que todos os profissionais do acolhimento atuam como educadores exige sua adequada seleção, capacitação e acompanhamento no cuidado diário de crianças e adolescentes.

Posso citar que, ser cozinheira na Casa Doce Lar não é o mesmo que ocupar essa função em um restaurante. Na instituição, o trabalho vai além do preparo de refeições. Durante as visitas, em um final de tarde em que as meninas haviam acabado de retornar da escola, eu estava sentada na sala da equipe técnica, quando ouvi passos apressados no corredor. Uma das cozinheiras entrou com o pano de prato jogado no ombro, ainda com o avental amarrado na cintura. Sua expressão denunciava cansaço, mas também inquietação.

Ao longo das minhas observações, essa cozinheira é a que, segundo as próprias acolhidas e funcionárias da Casa, cozinha melhor! Ela costuma fazer bolos, pamonhas, curau e tantas outras delícias que as meninas adoram e enchem os olhos nos lanches ao final da tarde. Sem rodeios, ela dirigiu-se à assistente social com um desabafo que cortou o silêncio da sala: *“Eu não aguento mais ver a Pérola desse jeito! Essas meninas estão maltratando ela.”*

Referia-se a duas acolhidas que, naquele período, apresentavam comportamentos desafiadores e tinham ameaçado a Pérola no trajeto da escola para a Casa. A cozinheira falava com indignação, mas também com uma espécie de dor cúmplice. Olhou rapidamente na minha direção, como se quisesse que eu também visse, que eu soubesse. *“Olha, a Pérola nunca deixa de almoçar, e hoje ela não comeu nada. Passou o dia chorando, com medo. Vou ver se consigo fazer ela comer alguma coisa agora.”*

Antes que alguém respondesse, virou-se e saiu da sala com os olhos marejados. O pano de prato no ombro, que antes parecia apenas parte do uniforme, agora parecia carregar também o peso de um cuidado silencioso, carregado de afeto e frustração.

O papel do educador não se refere somente às atribuições de um determinado grupo de profissionais - como o cozinhar da cozinheira, ou a organização da ida à escola do educador, mas diz respeito também a todos os envolvidos na relação com as crianças e os adolescentes. Portanto, todos os profissionais do abrigo, ao conviverem em um mesmo espaço, estão intensamente envolvidos. Nesse sentido, para compreendermos melhor as perguntas sobre o papel do educador, vale dizer que elas são dirigidas a todos os trabalhadores do serviço de acolhimento, não só aos educadores, mas também ao coordenador, à equipe

técnica e auxiliares, como cozinheiros e ajudantes gerais (Elage, Góes, Fiks, Gentil, 2011, pag. 24)

A cena que presenciei evidencia o quanto os vínculos afetivos e os gestos cotidianos extrapolam as funções formais atribuídas a cada profissional. Não é raro que trabalhadores considerados "de apoio" se tornem, na prática, referências de escuta, proteção e atenção às acolhidas. Um relato trazido por Elage, Góes, Fiks, Gentil, (2011), ilustra bem esse lugar ampliado do cuidado no acolhimento institucional:

“Certa vez, durante a discussão de um caso com trabalhadores de um serviço de acolhida, chegou-se a um impasse: a família solicitava à psicóloga do serviço, autorização para que seu filho de 13 anos, acolhido há dez meses, passasse o fim de semana em casa; no entanto, o menino se recusava a ir. Nas conversas com ele, a psicóloga não conseguia levantar mais elementos sobre essa recusa. Respeitando a vontade do adolescente, essa situação se arrastou por mais de dois meses sem nenhum avanço, dificultando o processo de reinserção familiar. Até que, por sugestão de uma educadora, a cozinheira do abrigo foi chamada para participar das reuniões, o que não lhe agradou muito: dizia que ali no abrigo ela era cozinheira e seu trabalho era cozinhar. Mesmo assim, a educadora insistiu; sabia que essa cozinheira teria algo a dizer, e de fato tinha. Na reunião, relatou que toda vez que servia a refeição para o menino, percebia que ele a olhava com medo, como se estivesse diante de uma ameaça. Era uma situação que ocorria diariamente e que a incomodava. Havia algo ali que se manifestava e que parecia dizer respeito à experiência do adolescente com sua família, mas que ainda se apresentava de forma muito enigmática. Durante o encontro, a equipe trabalhou no sentido de abrir espaço para que cada educador pudesse trazer a sua compreensão acerca da resistência do menino em relação a sua família.

Ao final, decidiu-se que a psicóloga teria algumas conversas com os pais do adolescente antes que fosse autorizada sua ida para casa, com o intuito de levantar mais elementos sobre as situações de conflito que se desenvolveram nessa família. À cozinheira, por sua vez, foi sugerido que se aproximasse do adolescente e conversasse com ele, chamando-o para ajudá-la na cozinha. O propósito era que o adolescente pudesse experimentar situações que lhe permitissem expressar o que a figura da cozinheira evocava nele”

Portanto, no acolhimento institucional, os profissionais estão em contato constante com crianças e adolescentes e, por isso, seu papel ultrapassa a simples preparação de refeições, cuidados, higiene e demais orientações. Por essa razão, as Orientações Técnicas dos serviços de acolhimento (2009), considera esses trabalhadores como cozinheiros, faxineiros e auxiliares gerais, como auxiliares de educador, recomendando que também participem das discussões de cada caso.

Essa participação possibilita a troca de informações relevantes com a equipe técnica, além de ajudar esses profissionais a reconhecerem a importância do vínculo que constroem com os acolhidos no cotidiano. Além disso, contribui para a construção de uma equipe coesa, com princípios e condutas alinhados, o que evita contradições entre turnos e garante mais estabilidade e clareza para as crianças e adolescentes acolhidos.

## 5 A EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL NARRADA PELAS ACOLHIDAS

Por meio desse capítulo, apresento as percepções de cinco adolescentes acolhidas na Casa Doce Lar, a partir de entrevistas realizadas no mês de junho de 2025. A técnica buscou captar, de forma sensível e descritiva, como essas meninas compreendem e experienciam o cotidiano da instituição, do momento em que acordam até a hora de dormir.

Essa escuta, ainda que estruturada por instrumentos como o roteiro semiestruturado e suas perguntas, me permitiu identificar sentimentos, os mais diversos, as estratégias, os desconfortos e desejos que os registros técnicos e a observação, por vezes, não conseguem captar. A rotina, que pode parecer ser rígida e bem delimitada, se mostra nas respostas como um território disputado, onde convivem e exercem controle e afeto, obediência e resistência, segurança e tédio.

A partir das falas, procuro analisar os sentidos que elas atribuem à Casa e conseqüentemente a rotina, não apenas sob a perspectiva de abrigo, mas como lugar de passagem ou de permanência para algumas, contenção, cuidado e, em alguns casos, sentimento de sufocamento e descontentamento em todos os aspectos institucionais. Para melhor compreensão, dividirei esse capítulo por blocos, conforme a rotina diária das adolescentes.

### 5.1 O acordar

As respostas das meninas revelam que o início do dia carrega muito mais do que a tarefa de levantar e se preparar para a escola. O despertar, para algumas, é marcado por lembranças da família, saudade dos irmãos ou até sensação de tristeza profunda. Algumas acordam bem cedo, em torno de 5:30 da manhã, em virtude da escola.

As demais, acordam entre 6:30h e 7:00h. As que não estudam ou não tem compromisso, devem acordar no horário estipulado, exceto aos finais de semana que podem dormir até as 9:00h da manhã.

Perguntadas sobre o sentimento ao acordar, Safira respondeu: “preferia estar na UTI. Ao acordar, percebo que não é um sonho, mas sim realidade.” Já Turmalina, traz uma relação mais ativa: acorda e anda a casa toda cantando e estimulando as outras a levantar, como ela disse “caçando conversa”. Aghata se maquia e faz um pequeno penteado. Zircônia disse que se senta na cama e ora sentada e as vezes de joelho. Jade respondeu que gosta de pentear os cabelos e fazer penteados.

As meninas relataram que uma cuidadora dorme com elas no quarto e que essa cuidadora acorda primeiro e vai acordando todas as meninas. Quando perguntadas sobre como é passar a noite na Casa, disseram que dormem tranquilas e acordam sonolentas, mas vão despertando aos poucos. Que sentem muito calor, pois a central de ar da instituição está quebrada a algum tempo e usam apenas o ventilador. Turmalina chegou a dizer que acorda “molhada de suor” e Safira afirma “até uns dias atrás eu dormia no frio e agora nesse calor horrível”.

Safira citou que espera todas as meninas acordarem e se levanta por último, ainda muito sonolenta, pois gostaria de continuar dormindo, o que classifico como micro estratégia de resistência, vez que ela também estuda pela manhã e segundo as regras, deve acordar mais cedo.

Após acordarem, elas se arrumam para ir à escola ou algum compromisso como consultas e terapias, como é o caso da Zircônia. O momento do banho, é um momento de privacidade, mas para algumas das meninas, não significa bem isso. Turmalina disse que a instituição oferece creme de cabelo cacheado, mas que “não se dá com seu cabelo”.

Que o xampu e o condicionador são divididos, mas quando acaba, a Casa fornece outro. Que os produtos ficam no armário da cuidadora e todo o banho elas tem que pedir, pois estava havendo muito desperdício quando os produtos ficavam no banheiro. Cada uma tem um sabonete que fica numa saboneteira e todo banho levam para o banheiro.

Tem meninas que não tem saboneteira e guardam o sabonete na própria embalagem do sabonete. Aghata ganhou um creme de cabelo da sua mãe e esse é só dela. Ela empresta se quiser. Tem outras que não emprestam de jeito nenhum. Cada banheiro tem um creme dental.

A gestão dos produtos de higiene revela como o controle institucional também opera sobre o corpo. A necessidade de pedir xampu ou carregar sabonete em embalagens improvisadas, transparece a ausência de autonomia plena. Ao mesmo tempo, as meninas negociam essas regras emprestando, recusando, escondendo ou até trocando produtos, criando assim, táticas de uso e de posse que lhes permitem alguma agência na rotina.

Perguntadas se elas sentem privacidade nesses momentos, Turmalina disse que sim, pois se troca no banheiro. Safira respondeu que não tem privacidade. Que sente vergonha na hora de se trocar, que prefere ficar sozinha e se troca no banheiro. Aghata disse que nesses momentos não tem privacidade e sente vergonha na hora de se trocar, pois as portas não têm tranca. Jade respondeu que já se acostumou e sente que tem privacidade e Zircônia disse que tem vergonha e se troca no roupeiro (closet).

A presença das cuidadoras no quarto, embora pareça garantir segurança, também delimita os espaços de privacidade e autonomia. Por um lado, há conforto em ter alguém por perto; por outro, há incômodos com o calor e a dificuldade de se sentir verdadeiramente “sozinha”. Pequenos gestos como maquiarse ou pentear os cabelos pela manhã, ganham importância como formas de afirmação de identidade dentro da rotina institucional.

O desejo de se maquiarse, o desconforto com a falta de privacidade, recusar o banho no horário predeterminado, se trocar no banheiro, closet ou roupeiro, guardar o sabonete em local próprio ou reclamar do calor, são pequenos gestos que afirmam a presença do corpo como sujeito, e não apenas como objeto da vigilância.

A ausência de trancas é justificada por questões de segurança onde as portas sem trancas facilitam a supervisão das cuidadoras, prevenindo fugas, brigas ou situações de risco. No entanto, essa abordagem levanta questões importantes relacionadas a vigilância constante, controle sobre o corpo, prejuízo ao desenvolvimento psicológico e a formação de autonomia.

Essa minuciosa descrição, revela uma dimensão fundamental do poder disciplinar, conforme analisado por Michel Foucault (1987). A presença constante da cuidadora no quarto, a necessidade de pedir produtos de higiene e, sobretudo, a ausência de trancas nas portas, estabelecem um regime de visibilidade permanente. Este cenário remete diretamente ao conceito do Panóptico, a figura da vigilância explorada por Foucault a partir de um observador central que se detém a um indivíduo ou a um grupo como modelo de poder.

Nesse sentido, a possibilidade de ser constantemente visto, sem saber exatamente quando está sendo observado, internaliza a norma e força o indivíduo a se autodisciplinar. As falas de Aghata e Zircônia sobre a vergonha de se trocarem sem privacidade e a busca por espaços como o roupeiro, são manifestações diretas do incômodo com esse "olhar" onipresente, que penetra até mesmo nos momentos mais íntimos e pessoais, transformando o corpo em objeto de controle e moldagem que se estende a momentos como banho e utilização dos produtos de higiene, ilustrando a microfísica do poder dada a limitação de utilização desses produtos.

Para Foucault (1987), o poder não se manifesta apenas em grandes proibições, mas em pequenas, sutis e cotidianas imposições que moldam os hábitos e comportamentos. Ao regulamentar até mesmo a forma como as adolescentes se asseiam,

a instituição busca produzir corpos dóceis, indivíduos cujos gestos, tempo e economia de movimento são otimizados e controlados para os propósitos institucionais.

Garantir um mínimo de privacidade, mesmo que com adaptações e regras claras para emergências, não é luxo, mas um componente essencial para o bem-estar e o desenvolvimento saudável das adolescentes. Ignorar essa necessidade pode gerar mais insegurança emocional e alimentar formas de resistência que, como vimos, podem ser silenciosas e autodestrutivas, ou manifestar-se em atos de desafio explícito, como as fugas. É uma oportunidade para as instituições refletirem sobre como o ambiente físico pode ser transformado para honrar a dignidade individual enquanto ainda se cumpre o papel de proteção.

Depois do banho e de se arrumarem para ir à escola, vem o café da manhã. Pelas respostas, percebi que a instituição não oferece opções nessa refeição do dia, o que é motivo de reclamação das meninas. Turmalina disse que gosta do café, mas não come. Que se senta na mesa somente para conversar e as vezes toma café, mas que não sente fome pela manhã. Que gosta de bolo e que gostaria de tivesse pão, salgado e fruta.

Safira expressou que as vezes toma café e as vezes se senta na mesa. Que fica mais no quarto esperando as demais para ir à escola. Que gosta de bolo e que acha o café ruim, pois não tem quase nada e gostaria que tivesse suco de laranja. Aghata disse que gosta de tomar café pela manhã e que gosta mais de cuscuz. Que antigamente tinha suco e que sente saudades de beber suco de laranja e comer frutas.

Jade não gosta de tomar café porque disse que dar dor de barriga. Zircônia disse que não toma porque fica enjoada. Que as demais meninas tomam mais café quando é cuscuz de arroz. Que elas gostam de bolo, ofertado as vezes e que gostariam que tivesse pão de queijo, bolo frito e suco.

A alimentação, especialmente o café da manhã, é marcada tanto pela escassez de opções quanto pelo desejo de escolha. A queixa recorrente sobre a ausência de frutas, sucos e outros, demonstra não apenas suposta carência nutricional, mas a falta de espaço para o desejo. Ao reivindicarem pão de queijo, suco de laranja ou bolo frito, as meninas não falam apenas de comida, mas de afeto, memória e vontade, pontos frequentemente sufocados pela rotina em ambiente institucional.

## **5.2 A Escola**

Após o café da manhã, as meninas arrumam as mochilas e seguem para a escola. A Casa dispõe de um carro com motorista para conduzir aquelas que estudam mais distante da instituição, embora, em algumas ocasiões, uma ou outra prefira ir andando. Turmalina e Jade vão de carro; Safira, Aghata e Zircônia seguem a pé, já que a escola fica próxima. Ainda assim, caminham sempre em grupo. Zircônia contou que, em uma ocasião, foi sozinha e sentiu medo.

Perguntei como é a experiência de ir para a escola. Turmalina respondeu que é tranquila e que aproveita o trajeto para conversar. Safira afirmou que acha estranho, pois costumava ir de moto com o pai e não está habituada a caminhar. Disse sentir medo. Aghata mencionou sentir dores nas costas e preocupação durante o percurso. Jade e Zircônia acham “normal”.

Observo que o deslocamento até a escola é marcado por comparações com trajetos anteriores, feitos com familiares, evidenciando assim, a ausência do lar e o quanto o simples ato de caminhar pode evocar o sentimento de insegurança ou solidão. A ida em grupo não anula completamente a sensação de desproteção, indicando que a rotina fora da Casa também é vivida sob o efeito das rupturas afetivas<sup>24</sup>.

Sobre os estudos, a maioria respondeu que gostam de estudar. Jade relatou que apesar de gostar de estudar, no momento está com pouco tempo, pois trabalha meio período como menor aprendiz. Ainda assim, sente-se motivada por colegas. Zircônia afirmou que gosta da escola “mais ou menos”, mas é incentivada por uma professora a fazer as tarefas.

Turmalina disse que sente alívio ao voltar da escola para a Casa. Safira relatou que sente paz, mas também tristeza, pois entende que não está retornando para o próprio lar. Aghata também associou o retorno à sensação de alívio. A maioria disse ter o desejo de fazer faculdade, com exceção de Zircônia.

Além do tempo dedicado as aulas na escola, pela manhã, as meninas que estudam a tarde devem se dedicar aos estudos, realizando trabalhos ou tarefas na sala de estudo da instituição, no horário das 9:00h às 11:00h. Para as que estudam pela manhã, o horário é das 16:00h às 18:00h.

---

<sup>24</sup> Müller & Sousa (2023) já haviam tratado da importância das etnografias em movimento, tanto nas situações em que se movimentam os sujeitos da pesquisa como quando colocamos os métodos em movimento. Etnografias diversas têm sido produzidas sobre os trajetos de crianças de casa a escola e vice-versa.

### 5.3 As Refeições

Após o retorno da escola, é servido o almoço. Quando perguntadas sobre as refeições, Turmalina respondeu que adora, especialmente quando tem fígado, arroz, caldo de feijão e frango. Safira afirmou que “dá para viver”, destacando que se sentiu melhor numa refeição que teve tomate, pois “quase não tem salada”. Aghata disse gostar muito da comida, especialmente de salada, feijão e arroz.

Jade e Zircônia responderam que gostam das refeições e que, durante o almoço, todas devem se sentar à mesa, juntas, e sem televisão ligada. Não é permitido que algumas fiquem no sofá ou em outro espaço. Jade disse que aprecia frango, macarrão e salada (quando disponível). Zircônia mencionou preferir linguiça, frango e carne moída. Que o prato mais recorrente é frango.

Noto que a repetição de pratos, a ausência de salada e a imposição de horários e formatos coletivos, mostram como a alimentação, mais do que uma necessidade biológica, também é mediada pelo controle institucional. Ainda assim, a presença de gostos pessoais como o desejo por salada, suco, ou o prazer por um prato específico, apontam formas de afirmação subjetiva. Comer junto à mesa, sem televisão e com rigidez, marca o espaço da refeição como momento disciplinador, embora permeado por sentimentos e rotinas compartilhadas.

As meninas me informam que existe um cardápio pré-estabelecido pela nutricionista da instituição e que é seguido à risca pelas cozinheiras, conforme os alimentos disponíveis na dispensa. Conforme os relatos, algumas refeições se repetem ao longo da semana, o que gera descontentamento entre as adolescentes.

DESCRIÇÃO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
CAFÉ DA MANHÃ	CUSCUZ DE ARROZ CAFÉ COM LEITE	CAFÉ COM LEITE BISCOITO ÁGUA E SAL	CAFÉ COM LEITE CUSCUZ DE MILHO COM MANTEIGA	CAFÉ COM LEITE CUSCUZ DE ARROZ COM MANTEIGA	CAFÉ COM LEITE BISCOITO ROSQUINHA	CAFÉ COM LEITE CUSCUZ DE MILHO COM MANTEIGA	CAFÉ COM LEITE TAPIOCA COM MANTEIGA
ALMOÇO	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL MACARRÃO E LINGUIÇA FRITA	ARROZ COM MILHO VERDE FRANGO AO MOLHO MACARRÃO	ARROZ BRANCO FEIJÃO PRETO TORTA DE SARDINHA BANANA	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL ISCA DE FÍGADO BANANA	ARROZ BRANCO SALSICHA COM OVO	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL FRANGO AO MOLHO MACARRÃO	ARROZ COM MILHO VERDE TORTA DE MACARRÃO COM SARDINHA BANANA
LANCHE DA TARDE	BOLO DE BANANA	BOLO DE FLOCÃO DE MILHO COM CAFÉ	PIPOCA	BISCOITO ROSQUINHA	MINGAU DE MUCILOM	TAPIOCA COM CAFÉ	BOLO DE BANANA
JANTAR	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL MACARRÃO E OVO COM SALSICHA	ARROZ COM MILHO VERDE FRANGO AO MOLHO MACARRÃO	ARROZ BRANCO FEIJÃO PRETO OVO FRITO BANANA	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL ISCA DE FÍGADO	ARROZ BRANCO SALSICHA COM OVO	ARROZ BRANCO FEIJÃO DO SUL FRANGO AO MOLHO MACARRÃO	ARROZ COM MILHO VERDE TORTA DE MACARRÃO COM SARDINHA BANANA
CEIA	BANANA	VITAMINA DE MUCILOM COM BANANA	LEITE MORNADO	BISCOITO ROSQUINHA	LEITE MORNADO	VITAMINA DE MUCILOM	LEITE MORNADO BISCOITO ROSQUINHA

OBS: A cozinheira de plantão poderá fazer a substituição quando o alimento acima não estiver disponível no dia da preparação.

Perguntei como é o clima entre elas durante das refeições. Jade relatou “que nessa hora tem de tudo”, alegria, brigas e conversas. Que “as vezes as tias gritam pra elas pararem de tanto falar”. Que já teve discussões de levantar a voz por conta de alguma pegar os pertences das outras ou “por jogar piada na hora do almoço e aí começam a brigar”, mas atualmente está mais tranquilo.

Turmalina respondeu que elas conversam bastante e são chamadas a atenção pelas cuidadoras para comer. Disse que já discutiu no momento do almoço, mas não recorda o motivo. Aghata afirmou que já discutiu no momento do almoço, “mas foi por coisa besta”.

Questionei se elas têm alguma liberdade para dar opinião. Turmalina disse que já pediu para cozinheira fazer um bolo de milho e ela fez. Aghata relatou que gosta de pipoca “e a tia faz” a tarde, no lanche e que geralmente só não é feito quando sobra cuscuz para o lanche. Jade disse que já pediu para fazer frango com caldo em um dia que era frango frito e foi feito.

A imposição de horários, a exigência de que todas devem se sentar à mesa, juntas, e sem televisão ligada e a repetição de pratos baseada em um cardápio pré-estabelecido pela nutricionista, materializa outra faceta do poder disciplinar foucaultiano: a normalização. A comida, que deveria ser fonte de prazer e nutrição, transforma-se em um instrumento de controle, com a padronização dos alimentos e a ausência de opções.

Foucault (1987) argumenta que a disciplina opera através da distribuição dos corpos no espaço e no tempo, buscando uma otimização e homogeneização. O descontentamento das meninas com a repetição dos pratos e a ausência de variedade, como a falta de salada ou sucos, não é apenas uma queixa nutricional, mas uma expressão da privação da individualidade e do desejo em um sistema que visa a produção de um padrão normativo.

As pequenas negociações envolvendo a alimentação, como os pedidos atendidos de bolo de milho ou pipoca, demonstram que as estruturas de poder nunca são monolíticas e sempre geram espaços para a resistência. Essas concessões, ainda que pontuais, revelam as “brechas na estrutura disciplinar”, onde a agência das adolescentes se manifesta. São gestos que, embora não subvertam o sistema em sua totalidade, reintroduzem a subjetividade e a particularidade em um ambiente que busca incessantemente a uniformização e o controle das vontades.

#### **5.4 Regras e tarefas**

As meninas relataram que há uma escala de organização na Casa, em que cada uma é responsável, em determinados dias pela arrumação e limpeza dos quartos. Da mesma forma, existe um revezamento para a escolha dos canais de televisão, para que todas tenham a oportunidade de decidir o que assistir.

Zircônia disse que as vezes ajuda na cozinha e varrem a casa de forma voluntária. Turmalina enfatizou que limpa o quarto duas vezes na semana e que tem um sorteio para determinar quem limpa o quarto. Que de vez em quando, ajuda a limpar a casa e a passar pano. Sobre acordar cedo, noticiou que quem não estuda de manhã não pode acordar tarde, mas que aos finais de semana, podem dormir um pouco mais.

Safira e Aghata, relataram que também limpam o quarto uma vez por semana e em dias alternados. Yasmin explicou que nos fins de semana, costuma acordar cedo, mas nos horários de descanso, costuma dormir um pouco mais.

Em relação as regras da Casa, indaguei o que elas acham. Jade disse que acha normal, mas que já teve várias confusões sobre a regra da televisão e que a noite, todas assistem juntas em consenso. Zircônia expressou que as vezes acha ruim.

Turmalina confessou que acha bom e ruim ao mesmo tempo, se referindo a regras da televisão, que queria assistir Dorama e não consegue. Safira disse que acha ruim, pois as regras se misturam e ela não consegue descansar. Aghata relatou que acha um pouco ruim e que aos sábados não consegue assistir porque tem a escala.

Zircônia disse que já reclamou sobre limpar os quartos e outras meninas também, mas que a Casa não pode fazer nada. Turmalina relatou que a única regra que não gostava, era o fato de uma fazer uma coisa errada e todas pagarem. Por exemplo “se uma pessoa pegou a chave escondida, todas tinham que ajudar a procurar”.

A gestão das regras e tarefas dentro da Casa, desde a escala de limpeza dos quartos até o revezamento para a escolha de canais de televisão, e especialmente a regra da responsabilização coletiva, espelha a lógica da disciplina e da punição em uma instituição. Foucault (1987) descreve como as instituições modernas, a partir do século XVIII, desenvolveram técnicas sofisticadas de disciplina para produzir indivíduos "úteis e dóceis".

A rigidez dos horários, a regulação do descanso e do lazer, como a não permissão de assistir a um filme em vez de descansar, e a coletivização da culpa, são mecanismos que visam internalizar a norma, transformando cada adolescente em um agente da própria vigilância e da vigilância das demais.

Safira argumentou sobre a educação física, dizendo que as meninas que fogem não vão para a educação física e ficam só em Casa, mas acha bom para elas aprenderem. Aghata relatou que as vezes não quer ir para o descanso e quer assistir filme e por isso não concorda muito, pois todas as meninas, após o almoço, têm que ir para o quarto descansar.

As tentativas de romper com a rotina, como assistir a um filme em vez de descansar, ou de não seguir a escala, revelam formas de resistência silenciosa, ante a rigidez das normas internas. Mesmo dentro dos limites da instituição, as meninas buscam preservar espaços de decisão sobre seus corpos e seu tempo, ainda que por meio de pequenos gestos.

## 5.5 Tempo livre

Sobre o tempo livre, perguntei o que elas fazem. Jade disse que assiste televisão, ouve músicas e vai na igreja, sempre acompanhada de alguém, seja uma cuidadora ou um responsável. Que toda segunda funciona uma célula<sup>25</sup> na instituição com a participação de pessoas externas e que no último domingo do mês, essas pessoas promovem um café da manhã onde todas as adolescentes participam.

Turmalina relatou que no tempo livre, “uma fica olhando para a cara da outra”. Que ela não gosta de ler, mas gosta de ouvir música e é bem eclética. Que não podem se deitar no sofá, apenas se sentar. Que ela “não pode caçar conversa com as meninas fazendo zoada” e por isso, fica andando pela Casa. Disse que antigamente saiam mais da instituição, “íamos para piscina, cinema, clubes, encontros de igreja e Expoimp<sup>26</sup>, mas agora, quase não saímos mais”.

A fala de Turmalina sobre “ficar olhando para a cara da outra” revela o tédio existente no cotidiano institucional. O tempo ocioso sem estrutura clara e sem atividades culturais regulares, acarreta um sentimento de aprisionamento e sensação de suspensão da vida. A ausência de saídas da Casa, mencionada com nostalgia pela adolescente, evidencia o recuo da rede de apoio externo e encolhimento do direito ao lazer e à convivência comunitária, direitos previstos no ECA, mas muitas vezes negligenciado na

---

<sup>25</sup> São pequenos grupos religiosos que se encontram geralmente uma vez por semana, nas casas ou locais pré-determinados para debater a Bíblia e fortalecer a comunhão.

<sup>26</sup> Feira agropecuária da cidade de Imperatriz que ocorre anualmente no mês de julho.

prática. O poder disciplinar, segundo Foucault (1987), também atua na micro gestão do tempo e do espaço, buscando evitar a desordem e a espontaneidade que poderiam emergir da liberdade não regulada.

Safira disse que gosta de ler livros e ouvir música Pop, mas que fica mais tempo dentro do quarto e é cobrada pelas cuidadoras por isso. Aghata relatou que gosta de ficar lendo “revistinha” e de ouvir música Sertaneja.

Permanecer sozinha no quarto ou deitar-se no sofá durante o “tempo livre” aparece como uma forma sutil de burlar a expectativa institucional de que esse período seja dedicado a atividades como brincar, ouvir música ou ler. No entanto, quando as cuidadoras intervêm, chamando a atenção para que as meninas deixem o quarto ou não se deem no sofá, essa tentativa de apropriação do próprio tempo é frustrada, evidenciando o conflito existente entre o controle da rotina e o desejo de autonomia.

Quando questionei se elas brincavam ou conversavam, Jade relatou que conversam um pouco umas com as outras e que gostam mesmo é de assistir televisão. Turmalina disse que brinca e conversa com as outras meninas. Que gosta de conversar com pessoas fixas. Safira mencionou que ainda está se adaptando a conversar com as outras meninas, e Aghata expressou que gosta de conversar com as demais adolescentes institucionalizadas, mas é mais próxima da Safira. Sobre a atividade física, todas disseram que gostam.

Perguntei se elas acham que podem confiar em alguém dentro da Casa. Jade respondeu que gosta de algumas cuidadoras, de outras não, mas que não tem problema com nenhuma e que sim, confia em algumas. A princípio, Turmalina disse que “não confia nem na própria alma”, mas que sempre conta sua história para quem confia e gosta. Ao final, expressou que confia em algumas cuidadoras. Safira respondeu que sim, que confia em Aghata. Aghata, por sua vez, disse que confia mais ou menos em Turmalina e Safira, com quem mais conversa.

A Casa, enquanto espaço de convivência imposta, produz relações perpassadas por vigilância, expectativa de comportamento e disputas silenciosas. As meninas constroem vínculos, mas o fazem com cautela, seja com cuidadoras específicas, seja com algumas colegas com quem estabelecem maior afinidade. A fala de Turmalina: “não confio nem na própria alma”, desvenda o peso da institucionalização como experiência que fragiliza a confiança.

Essas escolhas afetivas em estabelecer laços apenas com certas colegas ou cuidadoras, manter silêncio em algumas interações ou expressar desconfiança

generalizada, também classifico como estratégias de resistência, uma vez que revelam uma proteção pessoal frente ao excesso de exposição. Assim, resistir também é filtrar com quem se pode ou não compartilhar afetos, histórias e medos.

## 5.6 A Hora do Descanso

Em relação ao período noturno, perguntei o que elas costumavam fazer antes de dormir. Jade e Zircônia disseram que participam do momento de devocional<sup>27</sup> com as cuidadoras. Turmalina expressou que jantam, depois tem a ceia e o devocional e logo após vão dormir. Que gosta do devocional e que é bom para ter paz com Deus. Safira relatou que não é acostumada com o devocional, e Aghata disse que gosta do momento de devocional para conversar com Deus e pedir proteção para quem trabalha na instituição.

Continuei questionando como é o quarto e se se sentem bem e seguras. Jade relatou que gosta do quarto e se sente segura. Zircônia disse que o quarto é bom e se sente mais ou menos segura. Turmalina manifestou que “só não está gostando por conta do calor”, mas se sente segura até demais”. Safira expressou que “dá pra dormir e não sabe dizer se se sente segura, pois não sente nada de bom em relação a esse lugar”. Aghata disse que “gosta do quarto para descansar a mente e conversar com as meninas e que se sente um pouco segura”.

Em relação a dificuldades de dormir, Jade expressou que as vezes tem dificuldade para dormir, mas depende do dia. Zircônia disse “que se treme a noite e não consegue dormir”. Turmalina comentou que dorme muito bem e não tem dificuldade de pegar no sono. Safira declarou que “tem pesadelos e só piora a cada segundo. Dormir é a pior parte daqui e percebe que tudo é real e não um sonho”. Aghata disse que dorme muito bem e não tem dificuldade de pegar no sono.

Algumas das meninas manifestaram o que costumam pensar antes de dormir. Turmalina expressou que pensa na família mais do que nela mesma e que gostaria de ver seu irmão que há muito tempo não ver. Safira mencionou que “fica preocupada com seu pai e pensa no que ele está fazendo”. Aghata, que pensa um pouco na vida e na mãe e que “queria ver o irmão que não vê faz tempo”.

---

<sup>27</sup> Período do dia que uma pessoa separa para se dedicar a Deus, fazer orações, agradecimentos, estudo e reflexões sobre a Bíblia.

À noite, também é o momento em que emergem os pensamentos mais íntimos. O corpo desacelera, mas a mente não. As dificuldades para dormir, tremores, pesadelos e insônia, traduzem o impacto emocional da institucionalização. Safira, mais uma vez, exprime um sentimento radical de sofrimento, ao afirmar que “dormir é a pior parte daqui”. Assim, o que deveria ser um momento de paz, torna-se o momento mais difícil, pois nela se faz presente o que a rotina diurna tenta esconder.

Para encerrar a escuta, propus um último bloco de perguntas voltado a compreender o sentimento das meninas em relação à Casa Doce Lar, se se sentem satisfeitas ou não com a experiência de estarem institucionalizadas. Dessa forma, perguntei: o que você mais gosta e o que menos gosta no seu dia aqui?

Turmalina disse que gosta de assistir e dormir e não soube dizer o que menos gosta. Safira relatou que assistir é o melhor, mas “queria não acordar nunca” e o que menos gosta é o fato de “estar aqui”. Aghata expressou que gosta de assistir e ler e o que menos aprecia é ficar longe dos pais e do irmão. Zircônia disse que gosta de ouvir música e gosta menos de fazer as tarefas. Jade confessou que o que mais gosta é comer e ouvir música e não disse o que menos gosta.

Perguntei se elas pudessem mudar alguma coisa na rotina, o que seria? Jade disse que “agora não mudaria nada”, mas que aos domingos e as segundas, o horário do filme coincide com a hora de dormir, e por isso, gostaria que os horários fossem alterados. Turmalina manifestou que mudaria a comida, pois no lanche, por exemplo, “é só cuscuz ou bolacha”. Enfatizou ainda, que gostaria que tivesse objetos para brincar como bola e pula-pula.

Safira expressou que “mudaria a existência desse lugar”, mas que queria “brincar mais no tempo livre pra se entreter” e que “brincar de elástico seria bom”. Aghata disse que mudaria o lanche, especialmente, “a bolacha”, pois sempre tem as mesmas coisas.

As sugestões de mudança revelam, tanto desejo de mais liberdade quanto certo equilíbrio com o cotidiano. Algumas propõem ajustes simples, como mudar o horário do filme ou variar o lanche, demandas que parecem pequenas, mas que no contexto institucional, são formas de reivindicar autonomia e ânsia, embora, Safira radicalize: “mudaria a existência desse lugar”, traz à tona a dor de quem não se reconhece na rotina e se sente anulada por ela.

Por fim, questionei como elas se sentem morando na Casa Doce Lar. Turmalina confessou que desde o tempo que chegou na instituição “acha bom e se considera feliz”.

“Que a Casa oferece várias oportunidades como arrumar um emprego ou fazer um curso por meio das madrinhas que podem pagar ou dar um patrocínio”.

Safira disse que “não se sente viva ou feliz e se sente como um corpo andando sem alma, sem nada”. Aghata pronunciou que se sente um pouco feliz e que elas estando na instituição, “não acontece nada com elas, não pode ser incomodada” e por isso se sente segura. Jade expressou que se sente feliz e Zircônia confessou que se sente triste.

A forma como as meninas descrevem “viver na Casa”, revela a pluralidade de experiências que coexistem sob o mesmo teto institucional. Para algumas, como Turmalina, a Casa representa oportunidade, estabilidade e até felicidade. Para outras, como Safira, é o lugar onde se perde o sentido de existir. A oscilação entre segurança e tristeza, entre proteção e vazio, revela que o acolhimento não é vivenciado de forma linear. A Casa não é abrigo nem prisão em si mesma, ela é o que as experiências, histórias e afetos de cada menina a tornam.

As estratégias de resistência observadas ao longo das falas das meninas não se expressam apenas em atos de confronto direto às normas institucionais. Elas aparecem de forma difusa, silenciosa e cotidiana, seja na escolha de permanecer no quarto, na negação de determinadas refeições, nos pedidos por mudanças na rotina ou nas declarações de incoerência com o espaço. Ainda que sutis, constituem gestos de reapropriação de si em um contexto que frequentemente busca uniformizar os comportamentos.

Ao se recusarem a aderir integralmente às regras, ao insistirem em preferências pessoais ou ao expressarem insatisfação com a rotina, as meninas performam sua subjetividade e reivindicam um lugar de fala dentro de uma estrutura que em muitas ocasiões, tentam silenciá-las.

## **6 PORTA JÓIAS INSTITUCIONAL: AS HISTÓRIAS DE JADE, PÉROLA, ESMERALDA E RUBI**

Neste capítulo realizo uma etnografia das dinâmicas e processos que envolvem as meninas acolhidas na Casa. Uma etnografia das audiências foi incluída uma vez que ocorrem no interior da própria Casa.

As narrativas que compõem este capítulo, foram inspiradas na perspectiva da etnografia institucional (Smith, 2005; Devault, 2006; Tummons, 2007), devido o pesquisador não precisar perguntar para ser afetado, mas estar implicado em se deixar impactar pelo campo (Fravet- Saada, 1990).

Foi por meio dessa análise com descrição expandida, que nasceram as histórias de Jade, Pérola, Esmeralda e Rubi. Cada uma delas é uma construção situada, sensível aos limites do campo e comprometida com a restituição ética de experiências marcadas por violações, afetos, circulações, tentativas de recomeço e ausência de perspectiva familiar.

### **6.1 JADE: Ainda é Tempo de Ser**

Desde muito nova, Jade passa por instituições de acolhimento. A menina, hoje com 17 anos, prestes a completar a maioridade, é conhecida desde os 2 anos de idade por conselheiros tutelares, profissionais do sistema de proteção à criança e adolescente, bem como pelo Juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz que acompanha sua trajetória de vida, como o próprio citou na audiência concentrada de Jade, realizada em abril de 2024.

A adolescente viveu quase sua vida toda em instituições de acolhimento, passando primeiramente pela Casa da Criança, e por último, pela Casa Doce Lar. Possui histórico de fugas institucionais, o que, atrelado a outros fatos como saídas da Casa sem autorização, desvio do caminho da escola, envolvimento amoroso com adolescente na rua, comparecimento em festas e bares, dentre outros, configuram estratégias de resistência as regras institucionais.

A partir dos pressupostos da Teoria do Controle Social, é possível compreender o conjunto de comportamentos desviantes da adolescente, segundo Hirschi (1969), quando os laços sociais com instituições convencionais, família, escola e comunidade se apresentam fragilizados, diminui-se a capacidade inibitória frente a condutas desviantes. No caso em questão, as repetidas fugas institucionais, saídas sem autorização, o desvio do trajeto escolar e outras ações, indicam que essa fragilidade dos vínculos formais

favorece a adoção de estratégias de desvio como forma de buscar pertencimento e autonomia.

Comecei a investigar a história dessa menina, quando tive a oportunidade de participar como ouvinte de sua audiência concentrada, que visava a reavaliação de sua situação com possível retorno a família de origem, hoje composta pela mãe e o companheiro, já que dois irmãos moram com o ex-padrasto e outros dois vivem no interior do estado do Maranhão.

## **6.2 Fragmentos da Trajetória Antes e Após o Acolhimento**

Por várias e várias vezes, Jade retornou ao convívio com a mãe e com os irmãos, mas sempre voltava a ser institucionalizada por fatores que a colocavam em risco. Sua mãe veio do interior em busca de emprego na cidade de Imperatriz. Quando aqui chegou, iniciou trabalhando como doméstica na casa de um homem que tinha condições financeiras e bastante conhecido na cidade.

Com passar do tempo e a convivência de ambos, o patrão acaba cometendo estupro contra ela o que gerou a gravidez de Jade. A mulher continuou trabalhando com histórico de violência. Logo depois de dar à luz, deixou a residência do pai de Jade, que a princípio, não a assumiu. Porém, ela necessitava trabalhar para sustentar os filhos e um dia, quando retornou para casa, não encontrou as crianças que haviam sido levadas pelo conselho tutelar, inclusive Jade que ainda era um bebê em torno de 2 anos.

Esse foi o primeiro contato de Jade com a justiça de proteção ao menor, quando o juiz, naquela época, diante das circunstâncias apresentadas, resolveu que o pai de Jade deveria passar a criá-la, todavia, aquela criança inocente estava prestes a ter um grande sofrimento, visto que seu pai passa a violentá-la fisicamente, quando a criança vai parar no hospital por ter sofrido lesões físicas a ponto de a boca ser quebrada. Novamente, Jade, ainda um bebê, volta a ser institucionalizada.

A mãe, continua em busca de emprego e inicia em uma nova residência como doméstica na casa de outro homem, que mais tarde se tornaria seu marido e pai dos dois novos filhos que ela gerara, irmãos de Jade. O tempo passa e diante do novo cenário familiar, a mãe consegue que a menina retorne ao seu convívio e o da nova família constituída.

Mas o padrasto tem comportamentos estranhos para com Jade. A menina já é crescida e já entende as coisas. Ele quer restringi-la do convívio com outras pessoas de

qualquer forma. É rigorosamente excessivo e começa a limitar a vida da menina, a ponto de colocá-la contra a própria mãe. Segundo considerações do Conselho Tutelar, verificada na análise do processo administrativo, trata-se de episódio de alienação parental<sup>28</sup>.

A convivência do casal começa a ficar insustentável e cheia de conflitos familiares que inclui violência doméstica, física, psicológica e documental contra essa mulher, sendo impedida até de ter contato com os próprios filhos, de forma que a mãe de Jade sai de casa e deixa os três filhos com ex-companheiro, visto que, devido a influência psicológica que era exercido sobre as crianças, elas decidiram ficar com o pai, inclusive Jade que não é filha biológica.

Com o passar do tempo, a menina se arrepende de ficar morando com o padrasto. Há suspeita de abuso sexual, fora as demais violências vivenciadas, mas não houve comprovação, visto que a adolescente não confirma. A irmã de Jade chegou a contar para a mãe que sente nojo dela e de seu pai, pois tinha visto os dois juntos no quarto pela brecha da porta. Que seu pai tinha pedido a jovem em casamento para lhe passar seus bens.

Porém, o ex-padrasto, mesmo à distância, começa a perseguir e intimidar a adolescente. Continuam os episódios de alienação parental. O número da mãe é bloqueado do celular dos filhos, o que impede o contato mínimo, já que a genitora não é bem-vinda na residência, por conta do padrasto.

Em decorrência desses conflitos familiares, mais uma vez, Jade é encaminhada para instituição de acolhimento. Ela adentra a Casa Doce Lar em outubro de 2023, sem sinais de maus-tratos físicos, com toda documentação regularizada, e em geral, apresentava bom estado de saúde, sem nenhuma doença identificada, nem física nem psicológica. Cursava o 2º ano do Ensino Médio, estando regularmente matriculada na escola. Foi atendida por equipe multidisciplinar que envolveu assistente social, psicóloga, enfermeira e dentista.

### **6.3 Uma carta para Jade: Dinâmica Institucional e Estratégias de Resistência**

---

<sup>28</sup> Abuso emocional imposto por qualquer responsável legal de criança ou adolescente com o objetivo de implantar sentimento negativo em relação a outro membro da família e arruinar a convivência deste com o menor. O primeiro, o alienador, destrói ou impede a formação de laços afetivos, denegrindo a imagem e a reputação do segundo, o alienado.

Durante o acolhimento institucional, a adolescente está regularmente matriculada na escola e cursando curso de Informática básica com ênfase em operador (a) de caixa, custeado por sua madrinha afetiva, por meio do programa de apadrinhamento, com frequência de três vezes na semana.

A equipe multidisciplinar na Casa pontua que a adolescente precisa melhorar no sentido de ter mais responsabilidade nas atividades escolares, visto que foi verificado que a adolescente não tem o compromisso de fazer as atividades repassadas pelos professores e trabalhos que contam como nota e influenciam no seu rendimento, o que culminou em algumas notas abaixo da média no boletim.

O outro ponto de melhoria trazido, foi a questão do uniforme incompleto e a falta de compromisso com o horário, tendo em vista que a adolescente possui o uniforme completo, porém, por vezes, opta por não o usar como deve, substituindo a calça do colégio por outra de sua escolha.

Foi constatado que a mãe da menina trabalha como cuidadora/auxiliar de sala, recebendo um salário-mínimo, é casada com um senhor que trabalha como mecânico auferindo renda de um salário-mínimo.

O ex-padrasto de Jade estaria indo nas proximidades da escola incomodando a adolescente, que relata constantemente que não quer aproximação com o referido senhor, e que em um desses momentos, o homem entregou uma carta para adolescente.

Mediante a situação, a equipe da instituição acionou o Conselho tutelar e o referido órgão entrou com pedido de medida protetiva (Lei Henry Borel-Lei nº. 14.344/2022). Assim, a instituição recebeu o mandado de intimação de decisão que trata de proibições do referido senhor de se aproximar da adolescente.

A carta era digitada, mas trazia o nome de toda família, como se não somente ele dissesse as palavras, mas também os irmãos da adolescente, hoje em poder do pai. É possível averiguar por meio do texto que, ao invés de manifestarem apoio a menina, trazia o tom de rompimento formal e simbólico com a história dela, marcada por julgamentos severos, ressentimentos não elaborados e pela recusa de afeto.

Com palavras duras, a família afirmava que Jade não representava mais nada para eles. Seu nome, segundo diziam, havia sido substituído por outro: o da menina acolhida, agora chamada de forma diferente da criança que antes conheciam. A mensagem dava a entender que sua atual identidade, escolhas e comportamentos a haviam tornado irreconhecível e indigna de pertencimento. *“Apagar teus rastros do passado das nossas vidas”* era, para eles, *uma forma de “alívio”*.

A carta devolvia objetos que antes pertenciam à jovem, como bijuterias, agora ressignificadas como itens sem valor pessoal. Para os remetentes, a memória de Jade se reduzia a algo distante, desvinculada de afeto ou pertencimento. “*Constatamos a tua liberdade sem restrições onde vives, assim como sempre procuraste viver*”, escreveram, reafirmando a ruptura, como se a busca por autonomia invalidasse os laços familiares.

A carta tornou-se um documento que compõe o processo da adolescente, sendo um marco importante não só pelo conteúdo explícito, mas pelo que ele revela de uma lógica disciplinar e punitiva também presente nos laços afetivos, onde o afeto é condicionado ao comportamento esperado, traduzido em um dispositivo de disciplinamento afetivo, que ressignifica a linguagem familiar como punição simbólica, onde o amor é retirado em nome da conduta.

O texto atravessa Jade não apenas como ruptura de vínculo, mas como dispositivo simbólico de expulsão da memória familiar. Mais do que uma carta, o que chega às mãos de Jade é a materialização da rejeição.

Pouco mais de um mês depois de entrar na instituição, Jade evadiu-se da Casa em companhia de outras duas acolhidas, sendo encontrada dois dias depois, em uma casa de eventos pela coordenadora da instituição que estava acompanhada da guarda municipal. Na ocasião, havia bebida alcoólica e várias outras pessoas de menoridade.

Porém, ao retornar para a instituição, Jade evadiu-se novamente, desta vez sozinha, pulando o muro, mas foi avistada pela psicóloga da instituição correndo pela rua nas proximidades, sendo conduzida novamente para a Casa.

Quando perguntada sobre as evasões, durante os atendimentos individualizados, Jade relata que queria sair para ir para o show da banda Calcinha Preta que seria realizado na avenida Beira rio<sup>29</sup>. Sobre a casa de eventos onde foi encontrada, confirmou que teve ajuda de algumas amigas da escola. Que quem estaria organizando aquele evento seria uma amiga da escola, também de menoridade. Alegou que queria sair e aproveitar o feriado, mas que retornaria para a instituição logo após as festividades.

Podemos observar por meio da Teoria da Associação Diferencial (Sutherland, 1947), que comportamentos desviantes são aprendidos por meio da interação com grupos que fornecem definições favoráveis ao ato ilícito. No caso de Jade, a convivência com pares facilita a transmissão de técnicas e motivações para o desvio traduzido na fuga para

---

<sup>29</sup> Ponto turístico famoso e muito frequentado na cidade de Imperatriz

o evento organizado pela amiga da escola, bem como para o show, ainda que planejasse retornar à instituição logo após as festividades.

A escola, nesse contexto, aparece como território ambíguo: espaço formal de inserção social, mas também de circulação de outras redes que reforçam práticas externas ao controle institucional. A ausência de espaços de escuta e convivência protegida fora do acolhimento reforça o desejo de fuga para ambientes informais onde a adolescente se sente, de alguma forma, pertencente.

Jade apresenta comportamentos de cunho debochado e indisciplinado para com os funcionários da Casa. É sarcástica e possui amizades que podem lhe causar riscos. Embora essas ações desafiem os padrões esperados no acolhimento, estão longe de meras atitudes problemáticas. Tais posturas podem ser interpretadas como tentativas de marcar uma identidade própria em um ambiente fortemente regulado. A equipe multidisciplinar trabalha psicoeducação e questões reflexivas sobre as situações ocorridas.

Continuamente, a genitora realiza visitas a Casa aos sábados ou domingos pela manhã, algumas vezes comparece acompanhada do esposo e ajuda financeiramente a filha com materiais individuais, roupas, materiais escolares e o que for solicitado. Com a mãe de Jade, a equipe multidisciplinar trabalha educação emocional positiva, respeitosa e fortalecimento dos vínculos familiares com a adolescente.

Durante essas orientações, foi sugerido que a genitora alugasse uma casa com mais cômodos que propiciasse um quarto para Jade para que a menina pudesse iniciar o período de convivência mais aprofundado, inicialmente para passar o dia na casa da mãe e evoluindo para passar o dia e a noite aos fins de semana, visto que a residência que morava só tinha o quarto do casal, motivo pelo qual a mãe concordou, relatando que necessita de um tempo para se organizar, procurar a casa e se preparar financeiramente, pois o aluguel que paga atualmente é somente de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Ainda no que tange as orientações, também foi solicitado a mãe que tente fazer a ponte para que os irmãos visitem a adolescente a fim de fortalecer os vínculos familiares, vez que o ex-padrasto não pode comparecer a instituição em decorrência da medida protetiva deferida em seu desfavor.

A genitora comparece a instituição para levar a adolescente a programações externas como cinema e igreja, com o compromisso de deixar a menina novamente na instituição após o fim das atividades, o que é permitido pela Casa como estratégias que promovem o fortalecimento do vínculo familiar, primordialmente amparado pelo ECA.

Desta forma, a equipe multidisciplinar percebe que é possível a reinserção da adolescente no meio familiar com a mãe, mas é uma questão a ser amplamente trabalhada, visto que a adolescente apresenta resistência em residir com a genitora. Conforme a equipe vai trabalhando e tendo percepções, percebe-se que essa resistência pode estar ligada a dificuldade que Jade possui em obedecer às regras e querer estar em locais inapropriados para sua idade. A equipe segue focada nos atendimentos individuais na tentativa de melhorar essas questões e possibilitar a reaproximação efetiva entre mãe e filha.

Assim, com o desenvolvimento dos trabalhos da equipe multidisciplinar, verifica-se a evolução da adolescente que apresenta discreta melhora nos comportamentos indisciplinados, mesmo ainda apresentando algumas ações inadequadas para sua idade, Jade tem seguido as orientações da equipe, demonstrando interesse nas atividades que têm desenvolvido que são essenciais para o seu futuro, a exemplo do curso de informática.

Em relação à escola, não possui interesse em realizar atividades extras, alegando que não precisa estudar fora da escola, o que não condiz com suas notas. Jade permanece utilizando redes sociais na escola por meio dos celulares de colegas. Por vezes, tem se recusado a participar das atividades físicas proporcionadas pela instituição duas vezes por semana sem motivos plausíveis.

Desta feita, conforme Foucault (1979), nas minúcias das técnicas disciplinares opera-se um contrapoder, ou seja, “onde há poder, há resistência”, de modo que, mesmo no interior das instituições que visam controlar corpos e comportamentos, germinam “micropráticas de oposição e recusa.”

Recentemente, foi relatado por outras adolescentes da instituição, que Jade estaria em um relacionamento amoroso com um rapaz que reside próximo à Casa, e que estariam se encontrando nas proximidades da escola.

A equipe preocupa-se com a situação, pois a adolescente apresenta comportamentos que podem prejudicar o seu desempenho escolar e desenvolvimento pessoal. Em atendimento, ela pontuou que se encontrou algumas vezes com esse rapaz nas proximidades da instituição ou no retorno da escola, negando a ocorrência de algo mais aprofundado.

Nesse sentido, a equipe orientou a adolescente sobre os compromissos que precisa assumir e as responsabilidades que precisam ser colocadas em prática para contribuir com seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional e a necessidade de pensar no seu futuro, ao invés de envolver-se amorosamente, tendo em vista que não é o momento adequado.

Assim, Jade assumiu o compromisso de melhorar os pontos abordados demonstrando ter compreendido a situação e os prejuízos que podem ocorrer. A adolescente afirmou que já se afastou do referido rapaz e que parou de fazer uso das redes sociais na escola.

A menina chegou a solicitar que a trocassem de escola querendo retornar para uma escola estadual localizada no centro da cidade, mas a equipe técnica avalia que algumas de suas amigas nessa escola podem representar riscos, especialmente quando associadas a contextos externos não supervisionados, o que culminou em uma das evasões institucionais anteriores, motivo pelo qual o pedido foi negado ante sua inviabilidade.

Diante da aproximação da maioria de Jade, a equipe da Casa tem trabalhado a reestruturação e fortalecimento de vínculos, tendo em vista que a adolescente precisa ter suporte familiar para o futuro desligamento institucional, oportunidade que a Casa fez uma tentativa de fortalecimento de vínculo com uma tia da adolescente, diante da boa convivência que tinham anterior ao acolhimento, mas a tia relatou que trabalha de segunda a sábado, o que inviabilizava as visitas domiciliares naquele momento, e que não tinha tempo de vir a instituição. Nesse intervalo, a mãe de Jade consegue mudar de casa e seus irmãos a visitam na instituição.

Dito isto, a equipe da instituição tem trabalhado com Jade sobre a preparação para vida independente, melhoria da comunicação e o relacionamento com os demais membros da família, ensinando estratégias de como lidar com conflitos de maneira assertiva e construtiva. A adolescente tem melhorado de forma pontual as questões abordadas em atendimento, demonstrando comprometimento, porém, ainda precisa assumir responsabilidades e compromisso com a escola e continuar o manejo de falas inadequadas.

As repetidas fugas, saídas da Casa sem autorização, desvio do caminho da escola, ausência de responsabilidade com as atividades escolares, a escolha de não usar o uniforme completo e a utilização de redes sociais na escola via celulares de colegas, são micro práticas de resistência as regras institucionais exercidas por Jade, diante do cenário de normatização que lhe é imposto.

#### **6.4 Audiência: Rupturas e Revelações Institucionais e Familiares**

O Juiz começa falando da história de Jade, que a conhece desde criança e que a menina vive por muito tempo em situação de institucionalização. Que muitas vezes ele

liberou a menina para cada dia mãe, mas naquele momento estavam discutindo a mesma coisa de anos atrás. A audiência aconteceu em abril de 2024, quando Jade estava institucionalizada há 6 meses. A mãe da menina comparece e é ouvida.

O juiz pergunta da genitora atualmente e ela responde que está tudo bem e que está casada há 3 anos, mas vive junto a um companheiro há mais tempo. Que está trabalhando prestando serviços para a prefeitura. Sobre a criação dos filhos está melhorando e evoluindo e que pode crescer com a filha, admitindo que errou anteriormente.

O juiz perguntou se existe medida protetiva em relação ao ex-marido e ela diz que não, que não deu entrada, mas que teve um episódio através da outra filha. Ele proíbe os meninos de entrarem em contato com ela. Entre ela e Jade está tudo bem. A menina foi parar na instituição, pois, o ex-marido a expulsou de casa, oportunidade em que ela foi para casa de amigas e o conselho tutelar foi acionado.

O conselho tutelar pontuou que o ex-padrasto é um homem bem difícil e usa palavras terríveis contra os filhos e contra Jade. Ele faz alienação parental com os filhos e com Jade e que em decorrência da medida protetiva, eles não têm mais contato. Dificilmente os irmãos visitam a menina, pois estão com o pai. Jade se manifestou dizendo que não quer voltar a ficar com a mãe.

Dada a palavra para a equipe multidisciplinar, foi dito que há uma barreira de comunicação entre mãe e filha onde ocorreram agressões e por isso ela foi residir com o ex-padrasto, mas lá também passou a ter conflito porque ele não a deixava sair, apenas de casa para a escola. Jade fugiu da instituição por duas vezes para ir a festas.

A adolescente conseguiu se adaptar à instituição e frequenta a escola normalmente. Contudo, a barreira no relacionamento com a mãe ainda persiste, mesmo esta, comparecendo à instituição sempre que solicitada. Embora a mãe leve a filha para alguns lugares, observa-se a necessidade de fortalecer os vínculos afetivos entre ambas. Diante desse contexto, recomenda-se o encaminhamento da mãe para acompanhamento psicológico, considerando também sua trajetória de vida marcada por dificuldades e experiências de violência doméstica.

A mãe manifestou interesse em ter a adolescente de volta, motivo pelo qual foi aconselhada alugar uma casa que tivesse mais de um quarto. A mãe informou que já alugou a casa. Que o rendimento escolar de Jade é bom. Jade afirma que quer ser advogada, fazer o curso de Direito. O parecer técnico da instituição foi no sentido de

continuar os atendimentos na Casa, e que a mãe desse início ao atendimento psicológico ofertado pelo município e viabilizado pela própria instituição de acolhimento.

A mãe de Jade começou a chorar na sala e o juiz disse que já tinha um posicionamento formado e que já acompanhava a Jade e a mãe há muito tempo e que não iria colocar a menina em risco mais uma vez, até que ela complete os 18 anos ou até ter certeza de que ela esteja segura.

Enfatizou o fracasso do estado em estar devolvendo a adolescente para a instituição, pois ela tem um histórico de acolhimento e de desacolhimento durante toda a sua vida. Pontuou ainda, que Jade pode ser encaminhada para um estágio remunerado, fazer uma faculdade e assim, ter um futuro.

Indignada, a mãe volta a se manifestar, alegando que achava que até o juiz estava contra ela e que parecia que o ex-padrasto tinha “privilégios”, vez que a menina, ao que parece, nessas idas e vindas institucionais, teria sido devolvida para o ex-padrasto. Ela estava muito emocionada, chorando e disse que a justiça errou.

O juiz rebateu a fala da mãe que já estava se alterando e disse que a Jade teria ido conviver com parentes da mãe no interior do estado. Que na última audiência a menina foi devolvida para a mãe e que não foi a primeira vez. O juiz disse que não sabia nem que vinha fazer audiência com a mãe e sobre o caso de Jade. Que a mãe sempre teve a menina de volta, mas que sempre tem um problema em que Jade volta a ser institucionalizada.

O juiz continua pontuando que falou coisas duríssimas para o ex-padrasto da adolescente e que a mãe não pode, simplesmente querer responsabilizá-lo por suas escolhas. O debate entre a mãe da adolescente e o Juiz fica acirrado com ânimos exaltados. Todos os demais na sala estão atônitos e não sabem como reagir. Todos estão chocados com a cena e com a sensação de mal-estar naquela sala.

O juiz disse que enquanto a mãe tiver filho acolhido, sempre que for preciso falar as coisas para mãe, ele iria falar. Que todas as vezes, a mãe de Jade faz o mesmo discurso, dizendo que agora está tudo certo, mas a menina sempre volta para instituição. Que poderia, inclusive, já ter feito a destituição do poder familiar (rebatendo a fala da mãe de que parece que o juiz estaria contra ela), mas que todas as vezes que o ex-padrasto tentou menosprezá-la, ele (juiz), nunca permitiu sempre protegendo-a nas audiências.

## **6.5 Uma etnógrafa na sala**

A audiência, mais do que um momento de escuta, revela-se como um espaço de tensionamento e exposição de muitas fragilidades. A relação entre mãe, juiz e equipe técnica, revela os cruzamentos entre responsabilidade individual e falha estrutural em que a maternidade é julgada sob critérios, muitas vezes inviáveis de serem cumpridos no contexto de vulnerabilidade em que a mãe passou a vida toda inserida.

Nesse momento, senti que a própria mãe da adolescente estava sendo julgada. Que suas ações estavam sendo colocadas na mesa à medida que sempre teria se relacionado com homens que contribuíram para um desenrolar de vida totalmente imprevisível e rodeado de desafios que abraçava não somente ela, mas os filhos que não tinham nada a ver com suas escolhas, mas que em decorrência delas, estavam sendo prejudicados. Jade institucionalizada e os irmãos, vítimas de alienação parental, impedidos de se relacionar com a própria mãe.

Mais do que isso, fiquei paralisada na cadeira, com o celular na mão com o qual fazia minhas anotações, me perguntando internamente: mas o princípio não é de que o acolhimento é medida excepcional? Essa mãe está lutando para ter a filha de volta ao seu convívio, mudou para um imóvel maior para receber a jovem, está empregada, está vindo visitá-la regularmente a fim de fortalecer os vínculos, o poder familiar não foi destituído. Afinal, o que a impede de ser mãe? Suas escolhas passadas? As consequências? O destino? Ou o Estado que aqui está representado pelo juiz de direito, simplesmente impedindo-a de exercer a maternidade, subjugada pelo magistrado que a situação irá se repetir e a adolescente voltará a ser institucionalizada, pois foi assim a vida inteira?

O que se desenhava não era apenas uma reavaliação da situação da adolescente, mas um julgamento moral da história de vida da mãe. As audiências concentram disputas de narrativas e poder simbólico, onde nem sempre o princípio da proteção integral encontra guarida. O juiz, ao assumir uma postura já definida, reforça o papel da justiça como mediadora das possibilidades ou impossibilidades de ser mãe sob os olhos do Estado.

Parece que nada do que aquela mulher falasse ou fizesse, mudaria a concepção do Estado sobre o seu papel de ser mãe, onde não consegue exercer efetivamente a maternidade, seja por escolhas passadas, seja pelas consequências que ressoam para além de uma família, mas para todo o sistema de proteção de crianças e adolescentes ao qual ela busca aprovação.

Por fim, a conselheira tutelar alertou que quando Jade sair da instituição, o ex-padrasto irá atrás dela. Desse modo, o Ministério Público<sup>30</sup> e a Defensoria Pública<sup>31</sup> se manifestaram sobre a necessidade da permanência da adolescente na instituição para continuar fortalecendo os vínculos com a mãe com acompanhamento periódico pela equipe técnica da instituição.

O juiz deliberou, aderindo aos posicionamentos expostos, pontuando que a jovem passou por vários acolhimentos, mesmo diante do comprometimento da mãe em melhorar as condições de vida em todos os sentidos, associado a perseguição do ex-padrasto em relação a menina que não cessa, e por isso está com medida protetiva imposta. A adolescente expressou que não quer voltar a conviver com a mãe nesse momento, bem como todo retrospecto de vida já pontuado.

## 6.6 Projeto de vida e Transição para a Autonomia

A menina permanece institucionalizada, um ano após a realização da audiência. Alega que não pretende voltar a morar com a mãe. Ela completará 18 anos no final de 2025 e a instituição está promovendo o processo de desligamento humanizado que inclui planejamento financeiro, já que ela recebe bolsa escola e um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) do Programa Pé de meia<sup>32</sup> do governo federal.

Percebo que talvez, a resistência de Jade em retornar à convivência com a mãe não seja apenas fruto dos vários e intensos conflitos afetivos vividos, mas também de um desejo legítimo por autonomia, algo que foi pouco considerado nos processos de reavaliação institucional.

Jade possui uma pequena poupança para comprar os itens de casa, vez que pretende morar sozinha. A instituição costuma promover um chá de casa nova para as meninas que são desligadas por maioridade e vão morar sozinhas. Recentemente, a adolescente fez um processo seletivo por meio do programa menor aprendiz e está aguardando a resposta com a perspectiva de emprego em uma grande empresa da cidade.

---

<sup>30</sup> Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Brasil, 1988)

<sup>31</sup> Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV” (Brasil, 1988)

<sup>32</sup> É um programa de incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de pessoas matriculadas no ensino médio público.

A mãe de Jade continua visitando-a e já está ciente de que a menina não pretende morar com ela e quer morar sozinha, ter seu espaço e independência. A mãe, por sua vez se sente triste e a equipe está sensibilizando-a a aceitar, trabalhando essa questão sob o enfoque de que o fato de a menina atingir a maioridade, não significa que deixará de ser sua filha e necessitar de cuidado e atenção.

Jade parece bem animada com o futuro que a espera. Ultimamente, a vejo sorrindo, aparentemente alegre e esperançosa com a vida, diferentemente de quando a conheci há quase um ano e meio. De lá para cá, ela passou por muitas coisas, conforme já relatado acima. A esperança de dias melhores tem pautado os seus últimos dias de acolhimento institucional.

O processo de desligamento, embora planejado, carrega incertezas. O desejo de autonomia da menina, convive com os rastros de institucionalização e com os vínculos frágeis do passado. Sua história convida à reflexão sobre o que significa “estar pronta” para a vida adulta, quando se parte de um histórico de descontinuidades afetivas e institucionais.

## **6.7 PÉROLA: Circulações e Afetos no Caminho**

Pérola, adolescente acolhida na Casa Doce Lar, tem sua trajetória marcada por diversas transições familiares. Desde pequena, foi acolhida por uma vizinha que assumiu sua guarda informalmente, também responsável por seu irmão mais velho. A vizinha, denominada de guardiã<sup>33</sup>, relata que a mãe biológica dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, havia entregado todos os seus filhos e não demonstrava interesse em mantê-los consigo.

Durante os dez anos que viveu com essa família, Pérola é descrita como uma jovem tranquila, colaborativa nas tarefas domésticas e que mantinha bom relacionamento com os demais filhos da guardiã. A residência própria, contava com condições estruturais adequadas, e a vida cotidiana era permeada por práticas religiosas, ainda que esporádicas.

Entretanto, em determinado momento, Pérola expressou o desejo de retomar a convivência com a mãe biológica, alegando que esta desejava sua presença. Apesar do

---

<sup>33</sup> Pessoa designada legalmente ou judicialmente para exercer a guarda de um menor, assumindo a responsabilidade por decisões importantes que afetam a vida daquele que está sob sua guarda.

receio da guardiã quanto à influência da mãe biológica que, segundo relatos, envolvia Pérola em conversas inadequadas para sua idade, a adolescente foi autorizada a ir morar com a genitora.

Contudo, após cerca de dois meses, um episódio de agressão envolvendo Pérola e sua mãe biológica culminou no acionamento do Conselho Tutelar e no seu acolhimento institucional. No período de institucionalização, não foram registrados episódios de violência por parte de Pérola, sendo seu comportamento descrito como sensível e emotivo.

## **6.8 Audiência e Visita Domiciliar**

Durante a audiência concentrada para reavaliação de sua situação, Pérola, emocionada, manifestou o desejo de retornar à convivência familiar da guardiã e sua família. Chorando, ao lado da daquela que a quem chama de mãe (a guardiã), afirmou que preferiria viver com ela a permanecer institucionalizada ou a morar com uma tia que também foi citada na audiência. Quando perguntada sobre o tratamento recebido na Casa Doce Lar, a jovem confirmou ser bem tratada, mesmo depois de demorar um pouco para responder.

A guardiã, por sua vez, manifestou amor e cuidado por Pérola, mas também revelou receios relacionados à possibilidade de falsas acusações contra seu companheiro ou filho mais velho, (para quem a menina já teria se insinuado), em razão de comportamentos anteriores da adolescente relacionado ao seu pai biológico que foi condenado judicialmente a 16 anos de prisão por estupro de vulnerável contra a menina, bem como por manter arma de fogo em seu poder. Que sobre isso, a menina já teria dito que não foi o pai quem abusou dela, mas outra pessoa e por isso, persiste essa dúvida que lhe causa grande temor.

Apesar disso, expressou desejo de manter as visitas e a aproximação gradual, com planos de estruturar um quarto exclusivo para Pérola para que ela retorne. A mulher tem 57 anos, recebe um salário-mínimo e não tem carteira assinada. Anteriormente, recebia pensão alimentícia do pai biológico de Pérola, que foi interrompida após a prisão. O companheiro dela trabalha fazendo bicos.

Pérola é considerada Pessoa com Deficiência, mas ainda não possui um diagnóstico fechado pela equipe técnica da Casa. Foi solicitado uma cuidadora para a

jovem na escola, mas ainda pendente o laudo médico. Pérola tem atividades regulares na APAE<sup>34</sup> de Imperatriz, duas vezes na semana.

Durante a audiência, a sala, até então tomada por falas técnicas e protocolos jurídicos, foi inundada por uma cena que suspendeu o tempo e as formalidades. Pérola e a guardiã, lado a lado, entrelaçaram-se em um abraço apertado, chorando silenciosamente sob os olhares atentos de todos.

Era como se, naquele gesto tenso e carregado de sentidos, se materializasse os meses de distâncias, de ausências e de uma busca persistente por reconhecimento e pertença.

O choro, mais do que palavras, revelava uma história que não cabia nos autos, uma história de amor atravessada por desencontros e afetos que insistem em resistir mesmo diante das rupturas.

A cena comoveu não apenas os presentes, mas também revelou, no próprio espaço jurídico, as camadas profundas e contraditórias que marcam os vínculos familiares de jovens institucionalizados. Ali, entre lágrimas, o pertencimento era mais desejado do que garantido, um pertencimento que precisava ser (re)construído, dia após dia.

Quando a menina já não estava mais na sala, e após ouvir o posicionamento do Ministério Público que aquiesceu que Pérola continuasse institucionalizada, mas com a continuidade do fortalecimento dos vínculos com guardiã, bem como da Defensoria Pública que opinou que a menina fosse desligada da instituição, pois é patente o amor e carinho entre a guardiã e a adolescente, visto que não há óbice para que a menina retornasse, o Juiz pergunta: Senhora, se hoje eu dissesse que a Pérola voltaria com você, como seria?

Ela respondeu que apesar de querer ficar com a menina, nesse momento ela não consegue, pois, em decorrência do trabalho, não tem como ficar o tempo todo de olho na Pérola, que necessita de cuidados e vigilância diariamente.

Apenas com essa fala da guardiã, o juiz passa a deliberar manifestando que, considerando que Pérola é pessoa portadora de deficiência e que a mãe trabalha o dia todo, concorda com o Ministério Público em relação a manutenção da medida de

---

<sup>34</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla

proteção, mas com a ressalva de que a instituição promova a aproximação ainda mais entre a guardiã e a adolescente para uma guardiã maior convivência.

Sobre o INSS <sup>35</sup>, também foi concedido que o órgão fosse oficiado para que diga acerca da suspensão do benefício do pai da jovem que se encontra preso, vez que cessou a pensão alimentícia que era direcionado aos filhos.

Extraoficialmente, ainda com a guardiã na sala de audiências, o Juiz alerta sobre a necessidade de que ela se organize, dizendo estas palavras:

“A gente se torna eternamente responsável por aquilo que a gente cativa. A senhora despertou, durante dez anos, o afeto de uma criança que hoje é adolescente. E ela, do ponto de vista afetivo, só tem uma pessoa.

E quando a gente recebe uma pessoa como a senhora recebeu, uma criança de cinco anos, e o tempo todo, inclusive, lutando para educar, criar, a gente assume uma responsabilidade muito grande, porque ela não fez essa escolha. Não foi ela quem escolheu morar com a senhora, pois uma criança de cinco anos não faz isso. Quem fez essa escolha foi a senhora. A senhora escolheu. E a gente se responsabiliza pelas escolhas que a gente faz.

Quando a gente casa, ambos escolhem. Marido e Mulher. Se não dá certo, a gente divide a responsabilidade, né? Pelo fracasso, pelo encerramento do relacionamento. Nesse seu caso, a escolha foi só sua. Então, a responsabilidade é muito maior. E a gente não dispensa uma pessoa assim, com a mesma facilidade.

E eu sei que a senhora não está fazendo isso porque cansou. Está fazendo isso porque, inclusive, eu até compreendo os seus medos, né? Porque a Pérola, de fato, é um alvo fácil para abusos sexuais, né? Então, a responsabilidade é muito grande. Mas, de qualquer forma, a responsabilidade é sua. Tão sua como se a senhora tivesse dado à luz a ela. É maior ainda porque a senhora a escolheu”.

A mulher escuta atenta e silenciosamente toda a explanação do magistrado, assentindo com a cabeça em sinal de concordância. Ao final, com lágrimas nos olhos e voz suave, tenta justificar o motivo de não estar levando a menina naquele momento, enquanto todos na sala, atentos com seus olhares e ouvidos, aguardavam o que ela ainda teria a dizer.

A fala do juiz, embora proferida em um momento informal da audiência, reverbera como um discurso que (re)posiciona a figura da mãe social em uma arena de responsabilização moral. Ao mobilizar a metáfora do "eterno responsável por aquilo que cativa", ele convoca um imperativo ético do cuidado que ultrapassa os vínculos

---

<sup>35</sup> Autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social com a missão de promover o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social

consanguíneos e em encontra guarida na escolha, no afeto cultivado e na convivência prolongada.

O enunciado evidencia um campo de inquietação entre o jurídico e o emocional, entre o que é previsto em lei e o que se espera no plano das relações humanas. Observa-se aqui, o funcionamento de uma pedagogia institucional do afeto, na qual o juiz não apenas julga, mas também ensina, adverte, moraliza.

O trecho também ilustra um deslocamento do olhar jurídico tradicional, permitindo que a noção de maternidade seja pensada para além da biologia: o juiz confere à mãe de criação uma autoridade e uma responsabilidade “maior ainda”, justamente por ter sido uma escolha voluntária. Esse tipo de responsabilização moral revela o quanto a proteção social está entrelaçada por categorias como merecimento, vínculo afetivo e função materna — e como o Estado delega às mulheres, sobretudo, a tarefa de cuidado, com pouca ou nenhuma rede de suporte real.

Ao mesmo tempo em que o Estado parece compreender os receios dessa mulher, marcados por sua ausência no cuidado diário em razão do trabalho, e pela incerteza quanto à possibilidade de a adolescente ter sido vítima de abuso pelo próprio pai, ele também a interpela e responsabiliza. A mãe, que agora hesita em receber a filha, é convocada a se reorganizar, buscar apoio e se reformular, pois, como ressaltado pelo juiz, foi ela quem escolheu Pérola, e não o contrário. A responsabilidade, portanto, não se extingue com a dúvida ou com o medo, ela persiste, como legado da escolha afetiva.

## **6.9 ESMERALDA: Chegada Recente, Impacto Imediato**

Ao contrário de outras meninas que possuem histórico institucional, Esmeralda está há pouco tempo na instituição, cerca de 3 meses. Apresenta comportamento desafiador para a equipe técnica da Casa Doce Lar. Ela amedronta as demais meninas institucionalizadas e ameaça até as cuidadoras para conseguir o que deseja. Na escola, o comportamento é o mesmo.

Esmeralda tem 14 anos, está no 7º ano e afirma que não gosta muito da escola. Apresenta dificuldade de se relacionar. Depois que ela chegou na instituição, foi percebido uma série de conflitos internos envolvendo a própria menina e outras que ela convence a burlar as regras institucionais, inclusive com episódios de fuga da Casa.

A adolescente foi institucionalizada em decorrência de episódios de conflito familiar e agressão física, quando o Conselho Tutelar recebeu uma ligação, encontrando

Esmeralda abrigada na residência de uma vizinha que morava em frente ao seu domicílio. Na oportunidade, a jovem demonstrava estar extremamente assustada com toda a situação.

Esmeralda não sabia dizer ao certo, há quanto tempo estaria residindo com sua mãe. A menina então começa a contar sua história. Segundo ela, desde seu primeiro ano de vida, sua mãe não quis criá-la e a entregou aos cuidados de uma tia paterna que reside no estado do Pará.

No entanto, em dezembro de 2024, sua tia decidiu levá-la de volta para morar com sua mãe biológica. Desde então, a convivência entre ambas nunca foi harmoniosa, o que foi confirmado pelos vizinhos presentes no local, que testemunharam frequentes os conflitos.

A mãe de Esmeralda, por sua vez, admite sem nenhuma hesitação, ter agredido fisicamente a filha, afirmando: *"Eu bati mesmo nela, brigo com ela mesmo e não quero criar ela não, assim como não criei nenhum dos meus outros seis filhos"*.

Além disso, a mãe de Esmeralda disse que o Conselho Tutelar deveria assumir a responsabilidade pela adolescente, pois temia cometer algo que pudesse levá-la à prisão. A mulher confessou ser usuária de drogas, consumindo maconha e crack.

A mãe continua expondo a situação familiar, revelando que Esmeralda não está matriculada em nenhuma instituição de ensino, pois ela, a mãe, nunca se interessou em regularizar a situação escolar da menina, por não possuir nenhum documento da filha, vez que toda a documentação da adolescente se encontra com a tia no Pará, que não lhe repassou qualquer registro.

Diante disso, a adolescente que naquele momento aparentava mais tranquilidade, revelou detalhes da situação para o Conselho Tutelar, revelando que as agressões começaram devido ao ciúme que sua mãe nutria em relação ao companheiro, uma vez que ele estava demonstrando mais cuidado e atenção para com ela do que com a própria companheira.

Esse comportamento gerou um ciclo de violência constante, com agressões diárias e maus-tratos frequentes. Porém, a adolescente relatou que quando ainda morava com sua tia, já sofria agressões físicas e emocionais. Esmeralda sofre com transtornos psicológicos. A adolescente tem ansiedade e depressão severa, e já tentou tirar a própria vida mais de dez vezes devido ao sofrimento que enfrenta.

Foi constatado ainda, que a mãe de Esmeralda recebe um benefício por morte do pai da jovem, porém, esse recurso é utilizado exclusivamente para o consumo de drogas, sem que qualquer parte seja destinada ao sustento da adolescente.

Assim, a adolescente não consegue acessar outros programas assistenciais, como o Bolsa Família e o programa Pé-de-Meia do Governo Federal, agravando sua vulnerabilidade.

### **6.10 Esmeralda e as paredes brancas: encarando o Mundo como Ele é**

Em sua audiência foi dito pela adolescente que ela estaria atrapalhando a vida da tia quando a trouxe para morar com sua mãe. A mãe que usa droga e batia muito nela, nunca compareceu na instituição e a tia não quis falar com ela por ligação. Foi apurado que a mãe de Esmeralda deu todos os filhos e possui um marido com quem tem três filhos. O esposo de sua mãe também é usuário de drogas e comprava as coisas para a adolescente.

A menina foi questionada pelo Juiz, se teria alguém com quem tem interesse em morar. A menina com os olhos baixos, semblante triste e sofrido, pensa por alguns segundos e diz: *Eu não tenho muito escolha! Com minha mãe não tem condições de eu ficar e minha tia já me devolveu para minha mãe, não quer nenhum contato comigo, não atendeu minhas ligações.*

O juiz, com a voz embargada, reconhece: “Você tem razão, você não tem muitas escolhas.” E continua olhando para a menina como quem tenta reanimar um corpo em queda:

“Aqui não é o melhor dos mundos, nem o melhor lugar, mas você tem uma rede de apoio. Conheço meninas que ficaram até a maioridade e hoje estudam, trabalham, são mães, estão na faculdade. Uma delas é vendedora numa loja que frequento, sigo cliente dela. É uma menina boa, saiu daqui. Teve uma história parecida com a sua.”

A fala do juiz, que reconhece a limitação da instituição, mas tenta compor uma narrativa de esperança, evidencia a complexidade do cuidado estatal. O reconhecimento da ausência de escolhas, vindo da própria autoridade que conduz a audiência e um pouco da vida dessas adolescentes, escancara a precariedade dos vínculos disponíveis para essa adolescente. A aposta na “rede de apoio” institucional soa mais como contenção do que como afeto. Ainda assim, é nessa rede que ela permanecerá, não por escolha, mas por falta de alternativas.

Assim, a audiência continua e Esmeralda pontua que tem uma tia, irmã da sua mãe com quem gostaria de passar uns dias. Que na instituição está bom. Que está fazendo terapia e as vezes consulta. Que gostou um pouco das terapias e ainda está se acostumando. Que sua mãe recebe uma pensão por morte de dois salários de seu falecido pai que foi assassinado e que nunca recebeu nenhum valor dessa pensão, porque a mãe nunca lhe repassou. Ao Conselho Tutelar, a mãe expressou que esse dinheiro pertence somente a ela e que Esmeralda não tem nada a ver com isso.

Apesar de Esmeralda também ter protagonizado uma das fugas da Casa, disse que preferia permanecer na instituição. Quando questionada sobre os motivos, explicou que se sentia presa ali, e que essa sensação a incomodava profundamente. Que não gosta da cor das paredes brancas, pois pareciam as do hospital onde seu pai morreu.

Essa associação afetiva negativa, revela como até os elementos físicos do espaço institucional podem carregar memórias de dor, tornando ainda mais difícil a permanência. A equipe técnica relatou que Esmeralda destrata os profissionais de saúde, especialmente os psicólogos, por quem não nutre nenhuma simpatia, o que inviabiliza o início de qualquer tratamento.

Em certa ocasião, confidenciou às funcionárias que, no dia da audiência, “daria um show”. Mas o que se viu não foi uma menina explosiva ou rebelde, como se poderia imaginar a partir do discurso institucional, mas uma adolescente acuada, com o olhar tenso, mãos inquietas que se transpassam uma na outra e voz mansa, trêmula, talvez ensaiando um enfrentamento que não veio. Havia ali um grito contido, uma resistência em forma de silêncio, que dizia tanto quanto qualquer palavra.

O juiz alertou sobre a necessidade do cumprimento das regras da casa, sustentando que cada lugar tem uma regra. “Ninguém gosta de regras, mas elas são necessárias e existem. Se não são regras absurdas, elas devem ser cumpridas”. O magistrado demonstrou ainda, que a adolescente precisa fazer o acompanhamento psicológico, que lhe está sendo ofertado uma oportunidade e que ela precisa relatar para a psicóloga, o problema que possui com o branco da parede para que ela lhe ajude a superar, ponderando o seguinte: Esmeralda, você tem um grande problema, pois o mundo em sua grande maioria é branco. Como você vai seguir sua vida diante disso?

Isso me fez refletir, pois ainda a fala do juiz esteja envolta de preocupação, revela a tentativa de traduzir um sofrimento subjetivo, a aversão à cor branca associada à morte do pai em um mero problema de adaptação. Ao afirmar que “o mundo em sua grande maioria é da cor branca”, o magistrado racionaliza uma dor que escapa à lógica

institucional, transferindo à adolescente a responsabilidade de superar um trauma, como se a terapia fosse um procedimento técnico e linear.

Nessa perspectiva, o afeto que a cor desperta em Esmeralda, é reduzido a um obstáculo a ser vencido para que ela se encaixe no mundo “como ele é”. Esse episódio ilustra como no cotidiano da instituição, há uma insistência em produzir sujeitos ajustáveis, mesmo que isso custe o apagamento de suas narrativas mais íntimas.

As ações relacionadas a amedrontar as demais meninas institucionalizadas, ameaçar as cuidadoras para conseguir o que deseja, convencer as outras a burlar as regras institucionais, as fugas motivadas pela sensação de estar "presa" e a atitude de destratar os profissionais de saúde, especialmente os psicólogos", bem como sua aversão às "paredes brancas" associada à morte do pai, são formas de resistência à imposição de um tratamento que tenta "normatizar" sua dor.

Ao finalizar, o juiz deu como exemplo sua filha que tem suporte psicológico para carregar os dilemas da vida e mesmo assim, vive seus desafios. Que mesmo Esmeralda detestando a escola, precisa frequentá-la, pois a maioria das pessoas que estavam naquela sala não gostavam tanto da escola e naquele momento, todos riram.

Esmeralda ouviu todas as orientações atentamente. Perguntou se poderia se retirar e saiu após ouvir a decisão do juiz mantendo a medida de proteção de acolhimento institucional, dado o cenário de impossibilidade de retorno para família de origem ou extensa.

Ao tentar criar empatia trazendo sua filha como referência, o juiz evidencia como, mesmo em momentos de sensibilidade, as instituições mobilizam discursos de normatização. O sofrimento é validado apenas se puder ser disciplinado, se couber no espaço simbólico da superação pela via da terapia, da escola, da obediência. A leveza momentânea provocada pelo riso ao mencionar que muitos também não gostavam da escola, funciona como uma válvula de escape, um instante de descontração que, no entanto, não altera o destino de Esmeralda.

Quando a adolescente se retira da sala, após ouvir silenciosamente a manutenção da medida de acolhimento, carrega não apenas a decisão judicial, mas a materialização de uma trajetória de rejeições e deslocamentos. Ao pedir permissão para sair, a adolescente se mostra ciente da estrutura hierárquica ao qual está inserida a partir de então, a mesma estrutura que organiza aquele espaço e os limites do seu poder de escolha.

A escuta atenta e a saída silenciosa contrastam com a fala impulsiva que prometia “dar um show”. Ali, o “show” não aconteceu, talvez não por conformidade, mas por

exaustão. Esmeralda não enfrentou a audiência com gritos ou exposição exagerada, falas inadequadas, mau humor ou temperamento adverso, mas com olhos baixos e uma presença que, embora contida, dizia muito sobre sua forma de resistir: continuar ouvindo, mesmo quando não há muito o que dizer.

### **6.11 RUBI: A Adolescência como Campo de Disputa**

Em meados do mês de fevereiro, cheguei na instituição e me deparei com uma adolescente até então desconhecida para mim. Tinha apenas 14 anos e era recém-chegada na Casa. Cumprimentei a todos e me dirigi até a sala da equipe técnica. Minutos depois, ela entra na sala para escuta humanizada com a assistente social. Eu tinha acabado de abrir minhas anotações, mas confesso que do meio para o fim da história, não consegui escrever mais nada.

As declarações foram muito fortes. Ela falava com muitos detalhes. Não gaguejava ou empacava a voz. Foi firme. Não chorou. Parecia muito corajosa e decidida. Se eu não estivesse vendo-a, não diria que ela tinha apenas 14 anos de idade. A história é de gente grande e gente muito forte. Confesso que naquele dia sai dali triste, revoltada e um pouco desacreditada.

A firmeza com que Rubi narra episódios tão dolorosos evidencia uma dessensibilização precoce, possivelmente desenvolvida como mecanismo de sobrevivência. Sua maturidade aparente contrasta com a fragilidade de seus 14 anos, revelando como a infância, para algumas meninas, é abreviada pela violência. O ambiente da escuta humanizada, ainda que previsto para acolhimento, impõe à menina o esforço de rememorar dores que, em outras circunstâncias, deveriam ser esquecidas, não testemunhadas.

Rubi foi levada a instituição de acolhimento por meio de denúncia anônima ao Conselho Tutelar que prontamente atendeu a ocorrência que noticiava violação de direitos por agressão física perpetrada por seu pai. A comunicação indicava que o pai utilizou um facão para cometer o ato violento. A adolescente conseguiu escapar, pulando o muro e buscando abrigo na casa de uma vizinha.

Quando Rubi avistou o carro do Conselho chegando na casa da vizinha onde estava abrigada, correu em direção ao veículo, demonstrando muito medo e desespero, clamou por ajuda. A adolescente inicia o relato, dizendo que seu pai estava bêbado e a agrediu fisicamente. A mãe da menina não mora com o pai e reside no estado do Pará.

A jovem conta que naquele dia o pai entrou no banheiro e a agrediu com um facão, mesmo ela estando no banho e completamente despida. Acrescentou que não era a primeira vez que ele agia daquela forma.

O pai já havia pedido para que a menina tirasse a calcinha e o sutiã para que pudesse bater nela, mas ela se negou. Segundo Rubi, o pai teria dito que tudo aquilo estava acontecendo por causa de sua desobediência.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a mãe de Rubi entrou em contato na mesma noite com o Conselho Tutelar e enviou registros da adolescente que mostravam hematomas decorrentes das agressões. Relatou ainda, que a filha estava morando com o pai como uma forma de resguardar sua segurança, vez que a adolescente havia se envolvido com uma facção e estava sendo jurada de morte por integrantes desse grupo, o que motivou seu acolhimento institucional no estado do Pará, na época.

Diante dessa situação, o próprio pai se propôs a cuidar de Rubi, motivo pelo qual ela foi desligada do acolhimento e mudou-se para residência do pai em Imperatriz. No entanto, a mãe teria alertado que se o pai agredisse a menina, não permitiria que continuasse com ela, mesmo sabendo que não poderia acolher a filha devido as ameaças da facção em sua cidade.

Diante disto, Rubi foi acolhida na Casa Doce Lar e lá permanece até a presente data. Na instituição, a menina também foi ouvida, oportunidade em que se obteve mais detalhes do caso. Não somente ela foi ouvida, mas também sua madrasta que esteve na Casa para deixar os pertences pessoais e documentos de identificação de Rubi.

## **6.12 Entre a Facção, o Pai e o Estado**

A equipe técnica passou a ouvir a madrasta a fim de compreender a situação como um todo. Ela relatou que Rubi é uma menina muito boa em casa, mas que é “muito assim para namorado, mente demais e se envolve com pessoas de facção”.

Estão em Imperatriz há 03 meses e anteriormente residiam no interior do estado e a adolescente veio morar com eles em abril de 2024. Manifestou que está casada com o pai de Rubi a cerca de dois anos e que o relacionamento delas é bom, classificando como uma boa convivência.

Ela expressou que o motivo de o pai de Rubi ter batido nela, seria por causa de namorado. A madrasta disse que não apoia esse tipo de conduta e que defendeu a menina, mas Rubi deveria estudar e ter apoio psicológico, pois acha que ela tem algum problema.

Informou que o marido trabalha com manutenção de eletrodomésticos sua renda mensal gira em torno de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A família frequenta a igreja aos domingos e ela trabalha com venda de lanche a noite em sua residência, auferindo renda em torno de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

O discurso da madrastra revela tensões clássicas nos atendimentos psicossociais: de um lado, a tentativa de responsabilizar a adolescente por suas escolhas; do outro, o apelo à intervenção institucional como única saída. A percepção de que Rubi "mente demais", "tem problema" e "precisa de psicólogo" desloca o foco da violência sofrida para a patologização do comportamento, uma lógica recorrente nas instituições que transforma dor em desvio.

Rubi, por sua vez, detalha a situação da família, acrescentando que o pai ingere álcool e usa droga, sendo bastante agressivo, tanto, que a última agressão foi com um facão tendo-a a ameaçado dizendo "*que do mesmo jeito que lhe dei a vida, posso tirar a vida a qualquer momento*". Assim, ela avistando o muro, pulou e pediu ajuda na casa dos vizinhos.

A mãe chegou a morar com seu pai, mas não aguentou as agressões que sofria e por isso, foi embora lhe deixando com ele ainda pequena, quando tinha apenas 4 anos de idade. Porém, sendo avisada que o pai a estava agredindo, a mãe retornou para buscá-la, ocasião em que ficou com ela dos 4 aos 10 anos.

Argumentou que a convivência não era muito boa, era conflituosa, e que ambas não se gostavam. Rubi residia com a mãe, o padrasto e seus dois irmãos. A adolescente contou que o padrasto também lhe aliciou pegando nas suas partes íntimas quando sua mãe não estava em casa, que contou para sua mãe, porém ela não acreditou, mas um dia contou na escola o que vinha acontecendo e de lá foi para um abrigo.

Assim, ficou institucionalizada no interior do Pará por 2 anos, fugindo do abrigo por 3 vezes, pois não gostava do local. Em uma das fugas, conheceu e morou com um rapaz de 19 anos que mexia com coisa errada e pertencia a uma facção. Que já ficou um dia inteiro na delegacia, depois de os dois serem pegos com drogas e após esse episódio, retornou para o abrigo.

A trajetória da jovem é marcada por institucionalizações sucessivas e fugas, e sua passagem por redes ilegais aparece como tentativa de construção de pertencimento, ainda que marcada por violência. A facção se insere aqui não apenas como ameaça, mas também como um lugar que, paradoxalmente, ofereceu vínculo onde o Estado falhou.

Rubi continua sua história inacreditável, aduzindo que em sua última fuga do abrigo foi ameaçada por membros da facção, que lhe bateram com um pedaço de pau sendo torturada. Pessoas de perto chamaram a polícia, oportunidade em que conseguiu fugir correndo para a casa de sua mãe para pedir ajuda. Sua mãe lhe ajudou comprando as passagens e lhe trouxe para a casa do seu pai.

Porém, seu pai é muito ciumento, lhe xinga e lhe agride constantemente. Segundo a adolescente, o pai não permite que ela namore e a acusa de “abrir as pernas para os outros menos para ele”. Que o pai já pegou em suas partes íntimas, lhe acariciando. Que ele já pediu para que ela levantasse o vestido enquanto ele abria a bermuda e mexia em suas partes íntimas. Que o ato só não foi consumado, porque ela gritou muito e ele desistiu. A menina acrescentou que percebe que ele lhe olha diferente, com olhar de desejo.

A violência sexual cometida por figuras paternas, rompe com os vínculos fundantes da confiança. Quando o próprio pai é o agressor, o sentido de lar e proteção se desfaz. A Casa, nesse contexto, não é apenas um espaço de acolhimento, mas também campo simbólico onde o corpo de Rubi deixa de ser território de posse masculina para, potencialmente, tornar-se espaço de reconstrução subjetiva.

### **6.13 Acusação e Descrença**

Na Casa Doce Lar, Rubi já fugiu duas vezes e incentiva as outras meninas a fugirem. Os primeiros dias de institucionalização foram os mais difíceis, pois a menina que consumia droga, teve o momento de abstinência. Além disso, há relatos de que Rubi e Esmeralda estão tendo um relacionamento amoroso dentro da Casa, sendo percebido pelas demais meninas que viram uma troca de beijo e comunicaram as funcionárias. Tal fato desafia a equipe técnica, já que é um comportamento que não condiz com a situação de institucionalização.

A instituição passa a ser palco de afetos, resistências e relações que não cabem nos relatórios técnicos. O relacionamento com outra adolescente, a crise de abstinência e a busca por cigarro na rua, expressam tanto uma forma de agência quanto uma contestação às normas institucionais. Rubi desafia os limites impostos à sua sexualidade, aos seus afetos e à sua liberdade, inquietando a função disciplinar da Casa.

Na busca pela família extensa, a mãe relatou que a avó paterna de Rubi que reside no estado do Ceará, teria interesse em assumir a guarda da adolescente. Desta feita, a

equipe entrou em contato com a avó acerca dessa possibilidade e realmente foi verificada a viabilidade.

Rubi teve a audiência concentrada realizada em abril de 2025, onde compareceram sua mãe e sua avó. Ouvida pelo Juiz, a mãe esclareceu que Rubi foi institucionalizada por ter inventado a história de que o padrasto havia abusado dela. Que por isso, ele ficou preso por 4 meses e foi absolvido por falta de provas. Que após os fatos, Rubi confessou que inventou a história, pois na ocasião, o padrasto foi chamado na escola em decorrência do mal comportamento da menina. Se dirigindo a escola, o padrasto a avistou e falou: *“Quando você chegar em casa vamos conversar”*. Em contrapartida, a menina foi conversar com a professora, alegando que sofria abuso do então padrasto e dali já foi encaminhada para o Conselho Tutelar, não mais retornando para casa.

A narrativa materna reconfigura os sentidos da denúncia, reposicionando Rubi como mentirosa e manipuladora. Essa disputa de versões entre mãe e filha escancara o quanto a palavra da adolescente, principalmente quando denuncia abuso, é vulnerável ao descrédito. A instituição, diante disso, torna-se o lugar onde a verdade é administrada, mais do que acolhida

A mãe continuou pontuando que deixou a menina por um período com pai, enquanto fazia cursos de especialização em sua profissão, mas depois voltou para buscá-la, mas logo após foi institucionalizada. Ao fugir da instituição algumas vezes, Rubi se envolveu com facção e que ela, (a mãe), chegou a sofrer ameaças enquanto a menina ainda estava na cidade e que por isso enviou Rubi para morar com o pai, pois todos estavam sendo ameaçados, inclusive Rubi, de morte. Assim, ela não tem condições de receber a menina novamente, sem falar na situação em que seu marido ficou preso injustamente em decorrência de Rubi ter inventado a história do abuso.

Rubi, por sua vez, afirmou não desejar retornar à cidade da mãe e demonstrou interesse em viver com a avó, atualmente residente na região sudeste do país. No entanto, a equipe técnica constatou a impossibilidade de concretizar essa alternativa, pois a avó enfrenta um segundo diagnóstico de câncer e encontra-se em tratamento. Casada com um caminhoneiro, ela estava em Imperatriz no período da audiência e chegou a visitar a neta, mas já havia deixado o prédio quando o Juiz solicitou sua oitiva.

Durante a estadia na instituição, Rubi teve episódios de automutilação e já falou em tirar a própria vida. Atualmente mantém a medicação com fluoxetina,<sup>36</sup> sob avaliação médica regular por parte dos profissionais da Casa e da rede de saúde pública.

Indagada sobre a participação em facções, Rubi esclareceu que dentro da instituição não levanta bandeira e nem se comporta com integrante. Diz que usa droga e ingere bebida alcoólica e teve crises de abstinência. Que uma vez chegou a pedir cigarro para uma pessoa na rua na volta do trajeto pra Casa.

As múltiplas fugas de Rubi de abrigos anteriores e da Casa Doce Lar, o incentivo as outras meninas a fugirem, o relacionamento amoroso com Esmeralda, os episódios de automutilação, a menção em tirar a própria vida, as crises de abstinência e o ato de pedir cigarro na rua no retorno da escola, são expressões extremas de resistência as práticas institucionais exercidas pela jovem.

O Juiz alerta sobre a temporariedade na instituição, acrescentando que aquele ambiente não é o ideal e nem o sonhado por nenhuma jovem que se encontra ali. Aquele espaço é para se passar apenas para uma temporada. Perguntada se gosta da Casa, Rubi responde que é bom, é tranquilo, mas que tem muita gente.

O Juiz então pergunta se tem alguém da família com quem Rubi queira ficar. A adolescente conta as opções no dedo, mas não conclui o pensamento. Fica sem saber a resposta. Indagada sobre a situação de falsa acusado do padrasto, Rubi afirma que ainda não falou com ele sobre o assunto, só por áudio.

Diante disso, tanto o Ministério Público quando a Defensoria, opinaram pela manutenção do acolhimento institucional, bem como pela permanência dos acompanhamentos necessários para fortalecimento de vínculo com a mãe e com a avó.

O Juiz, portanto, defere a manutenção da medida de acolhimento, mas alerta sobre a perspectiva de que futuramente a menina retorne a conviver com a mãe, manifestando-se ela que irá continuar com as visitas a Rubi e já pensa em mudar de endereço para privilegiar o retorno da filha, se comprometendo que tentará fortalecer o vínculo entre Rubi e o padrasto, devido a abertura que ele demonstra.

A manutenção do acolhimento, embora necessária, revela o esgotamento das alternativas familiares e a ausência de políticas de longo prazo para adolescentes como

---

<sup>36</sup> É um tipo de antidepressivo que faz parte de um grupo conhecido como inibidor seletivo de recaptção de serotonina

Rubi. Ao mesmo tempo, reafirma a condição de suspensão que marca a vida institucional: a espera por um lar, por um cuidado contínuo, por um pertencimento que ainda não se realizou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se debruçar sobre a Casa Doce Lar por meio de um olhar etnográfico, este trabalho buscou desvendar as complexas dinâmicas da institucionalização de adolescentes em Imperatriz/MA. A jornada investigativa, marcada pela imersão no cotidiano da instituição, permitiu ir além das aparências e das normas, alcançando as camadas mais profundas das experiências vividas pelas meninas acolhidas e pelos profissionais que ali atuam.

A Casa, embora concebida como um ambiente de proteção, revelou características de instituição total, através da rotina rigidamente estabelecida e o isolamento do mundo externo, simbolizado pelo muro azul, portão fechado e trajetos previamente demarcados, impondo desafios significativos à individualidade e à autonomia das adolescentes.

Contudo, mesmo nesse contexto de forte regulação, as meninas não são meros sujeitos passivos. Elas desenvolvem estratégias de agência, negociando regras, construindo vínculos e afirmando suas identidades de maneiras nem sempre visíveis aos olhos institucionais. As fugas, os relacionamentos internos, as formas de expressão que desafiam a ordem, são manifestações dessa capacidade de resistir e de buscar espaços de liberdade.

As histórias de Jade, Pérola, Esmeralda e Rubi, foram essenciais para trazer à tona a dimensão humana e subjetiva da institucionalização. Cada história, com suas particularidades e dores, ilustrou a complexidade dos motivos que levam ao acolhimento. Violência, abandono, negligência, vulnerabilidade material e os desafios enfrentados no processo de reintegração familiar ou na transição para a vida adulta. A fragilidade dos vínculos familiares, muitas vezes marcados por ciclos de violência e descontinuidade, confronta-se com a busca incessante por pertencimento e afeto por parte das adolescentes.

O sistema de justiça, representado pelas audiências concentradas, emergiu como um espaço de poder e disputa de narrativas. Embora a intenção seja garantir a proteção e reavaliar as medidas, as audiências podem se tornar palcos de julgamentos morais, especialmente para as mães em situação de vulnerabilidade, cujas histórias de vida são esquadrihadas sob o olhar do Estado. A "pedagogia institucional do afeto", observada na fala do magistrado, revela como o cuidado é moralizado e a responsabilidade delegada, muitas vezes, sem o suporte necessário para que as famílias possam, de fato, superar suas dificuldades e exercer a parentalidade de forma plena.

A comparação entre os prédios antigo e atual da Casa Doce Lar evidencia a ausência de um padrão estrutural definido para instituições de acolhimento, apesar de seu papel fundamental na rede de proteção social. A definição do espaço físico, seu tamanho, localização, infraestrutura e segurança, parece depender mais da vontade ou das possibilidades da gestão municipal vigente do que de diretrizes técnicas estáveis. Assim, a instituição pode funcionar em uma rua asfaltada ou não, em um prédio com ou sem cerca elétrica, com maior ou menor condição de habitabilidade, revelando a vulnerabilidade dessas estruturas às instabilidades políticas e administrativas.

A rotatividade de profissionais na instituição, um reflexo da precariedade do sistema e das decisões político-administrativas, mostrou-se um obstáculo significativo para a continuidade do cuidado e a construção de vínculos afetivos estáveis. As cuidadoras e demais membros da equipe, muitas vezes as únicas referências de afeto para as adolescentes, são substituídas abruptamente, reforçando sentimentos de abandono e insegurança.

O capítulo final, construído a partir da escuta direta das meninas, demonstrou através de respostas simples, que as adolescentes apontam para a rigidez das regras, as privações afetivas e materiais, mas também para brechas de resistência. As falas analisadas confirmam a complexidade das experiências em contexto de institucionalização, reforçando a importância de considerar os sujeitos acolhidos como protagonistas da sua própria história para considerar a singularidade de cada trajetória.

Nesse sentido, este trabalho evidenciou a lacuna entre o previsto na lei e a realidade vivida, onde a falta de políticas públicas efetivas e o apoio insuficiente às famílias de origem, dificultam a reintegração e perpetuam o ciclo de acolhimento.

Apesar das limitações e desafios, a pesquisa também revelou a existência de esforços genuínos de cuidado e iniciativas que buscam humanizar o ambiente institucional. O programa de apadrinhamento, as atividades de lazer e a preparação para a autonomia, são tentativas de oferecer um suporte mais integral às adolescentes. Contudo, é fundamental que esses esforços estejam inseridos em uma rede de proteção mais ampla e articulada, que envolva diferentes setores e garanta o acesso a direitos básicos para as famílias de origem.

Em síntese, esta dissertação contribui para o debate sobre a institucionalização de adolescentes no Brasil, oferecendo um olhar etnográfico sobre a realidade da Casa Doce Lar, trazendo para o debate acadêmico e social as histórias de Cristal, Jade, Pérola, Esmeralda, Rubi, Turmalina, Aghata, Safira, Zircônia e tantas outras meninas que vivem

"por trás do muro azul", espaço complexo, onde o controle institucional convive com a agência juvenil e a precariedade estrutural se entrelaça com esforços de cuidado, de modo que as decisões judiciais impactam vidas marcadas por rupturas e a busca por pertencimento.

Suas percepções nos convidam a questionar as práticas institucionais e repensar o papel do Estado e da sociedade na garantia do direito à convivência familiar e comunitária, reconhecendo a urgência de construir um sistema de proteção que, de fato, acolha, proteja e promova a autonomia e a dignidade dessas jovens. Que este trabalho seja um convite à escuta atenta e à ação transformadora, para que o acolhimento seja, verdadeiramente, um caminho de cuidado e não um destino de invisibilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <https://www.mpal.mp.br/?p=28424> acessado em 28 de junho de 2024
- <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas#:~:text=Para%20ter%20direito%2C%20%C3%A9%20necess%C3%A1rio,direito%20%C3%A0%20pens%C3%A3o%20por%20morte> acessado em 4 de julho de 2024
- <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/saude/populacao-pode-contar-com-os-cuidados-da-saude-mental-em-imperatriz.html> acessado em 4 de julho de 2024
- <https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2018/5/9/as-modalidades-de-acolhimento-no-brasil-suas-especificidades-e-diferenas> acessado em 8 de julho de 2024
- <http://servicos.imperatriz.ma.gov.br/cidade/> acessado em 14 de julho de 2024
- AFONSO, Susete Alexandra Teixeira. Processos de resiliência, regulação emocional e perspectiva temporal: um estudo comparativo sobre adolescentes institucionalizados vítimas de maus-tratos familiares. Universidade Portucalense, Portugal. 2014 (Dissertação de Mestrado). Disponível em [http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/938/2/TMPS%2033\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Susete%20Afonso.pdf](http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/938/2/TMPS%2033_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Susete%20Afonso.pdf)
- ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005
- BAUMAN, Zygmunt, 1925-B341. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual** / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BITTENCOURT, Fernanda. **Família e comunidades entre direitos e representações**. Nas trilhas da proteção integral: 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Instituto Brasileiro Pro Cidadania, 2015
- BOURDIEU, Pierre. O ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1999
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA, CNAS, 2006
- BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2011
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no 145, de 15 de outubro de 2004. **Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009
- BRASIL. Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 98/2021. **Recomenda aos tribunais e autoridades judiciárias a adoção de diretrizes e procedimentos para a realização de audiências concentradas**. Disponível em

<https://atos.cnj.jus.br/files/original2006312021052860b14d4733842.pdf> Acesso em: 19 mai.2025

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Manual sobre audiências concentradas para reavaliação das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação**. Conselho Nacional de Justiça. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi et al. Brasília: CNJ, 2021. 116 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br> Acesso em: 19 mai.2025

BRASIL, Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro, RJ, 2006

BRONFENBRENNER, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados** (M. A. Veríssimo, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979)

CALHEIROS, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). **Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed?** *Children and Youth Services*. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100010>

CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. **A transformação do internato “assistencial” em internato por “negligência”: tirando a cidadania dos pais para dá-la às crianças**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 306-331, 1998

CARMO, Michelly Eustáquia do. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34(3):e00101417

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces**. *Revista Mal-Estar e Subjetividade – Fortaleza – vol. VII – Nº 2 – p. 329-352 – set/2007*

CONZATTI, Rosemara; MOSMANN, Clarisse. **Resiliência em crianças acolhidas: suas percepções sobre as adversidades**. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, v. 21, n. 2, p. 352-378, ago. 2015. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682015000200009&script=sci\\_abstract](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682015000200009&script=sci_abstract)>. Acesso em: 13 set. 2024

CYRULNIK, B. (2004). **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes

CZELUSNIAK, Caroline Boaventura; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SANTOS, Katia Gonçalves dos; KRENKEL, Scheila. **Implicações da prática profissional no acolhimento institucional de crianças: perspectiva de cuidadoras**. *Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília*, v. 43, e251630, 2023

DELL’AGLIO, Débora Dalbosco; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Preditores de Satisfação de Vida de Jovens em Situação de Vulnerabilidade no sul do Brasil**. *Psicodebate*, v. 10, p. 1-15, 2010. DOI: 10.18682/pd.v10i0.397

DEVAULT M. (2006). **O que é etnografia institucional?** *Problemas Sociais*, 53(3), 294–298

DIAS, Jussara Marques de Medeiros, PÖPPER, Janice Alen. **Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil. VI EVINCI. Caderno de resumos**, 2016.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia Social**. Edições 70 LDA. Portugal, 1972

- ELAGE, Bruna; GÓES, Marcus; FIKS, Milton; GENTILE, Renata. **Formação de profissionais em serviços de acolhimento**. 2. ed. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011
- FARIA, S., Salgueiro, A. G., **Trigo**, L. R. & Alberto, I. (2008). **As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização**. Atas eletrônicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “**Ser Afetado**”. In: *Gradhiva: Revista de História e Arquivos da Antropologia*, n. 8, 1990, pp. 3-9. Traduzido por Paula Siqueira e Tânia Stolze Lima
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2019
- FERNANDES, Amanda Oliveira; MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de Oliveira. **Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 33, e3331, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3331>. Acesso em: 4 set. 2024
- FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 11-43, 2006
- FONSECA, Claudia. [Entrevista concedida a] Agostina Gentili. **Desigualdades**, número 26, ano 8, jan./abr. 2020
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- FRANCISCHINI, R. e Fernandes, N. (2016). **Os desafios da pesquisa ética com crianças**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(1), 61-69
- FURLAN, Vinicius; LIMA, Aluísio Ferreira. **Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: Um problema para a psicologia**. *Psicologia Política*, v. 21, n. 50, p. 239-252, 2021
- FURLAN, Vinicius; SOUSA, Telma Regina de Paula. **Família, acolhimento institucional e políticas públicas: um estudo de caso**. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n. 31, p. 499-516, 2014
- GANDELMAN, Luciana Mendes. **MULHERES PARA UM IMPÉRIO: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

- GOFFMAN, Erving. (1961). **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2007
- GOLDMAN, Márcio. "Razão e Diferença: Afetividade, racionalidade e relativismo na teoria antropológica." 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999
- GRUSEC, J.E. & Lytton, H. (1988). *Social development: history, theory and research*. New York: Springer-Verlang
- HALL, G. Stanley. *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*. Volume 1. New York: D. Appleton & Company, 1904. p. 325
- HIRSCHI, Travis. *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press, 1969
- JAUCZURA, Rosane. **Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia**. Revista de Políticas Públicas, vol. 12, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 99-106, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil
- KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Papyrus, 2003
- LEE, Ellie. Introduction. In: LEE, Ellie et al (dir.). **Parenting culture studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. 253 p. ISBN 978-1137304636
- LIMA, Jéssica de Sousa. **Casa de passarinho: A experiência com a infância vivenciada pelas crianças em uma instituição de acolhimento em Imperatriz - MA**. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021, p. 33
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**." Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como Prática e Experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009
- MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298 p. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>
- MIRANDA, A., Adorno, R., Cuello, S. & Yunes, M.A. (2003). **O funcionamento dos abrigos como parte integrante da rede de apoio social na cidade de Rio Grande/RS [Resumo]**. In: Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Ed.), Resumos de comunicações científicas, IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (pp.274-275). João Pessoa: SBPD
- MORAIS, Lima, Vezedek, Santana, & Koller (2017). **Ética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua**. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. Revista da SPAGESP, 18(2), 27-42
- MÜLLER, Fernanda, & SOUSA, Emilene L. de. (2023). Etnografias em movimento: Deslocar-se com as crianças pela cidade. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 23(1)
- OLIVEIRA, Sonia C. & GOMES, C. F. *Adolescência e ludicidade: jogos e brincadeiras de adolescentes autores de atos infracionais*. Cuiabá: EdUFMT, 2010

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1996). **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia, 39(1), 13-371

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde do adolescente. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1). Acesso em: 4 de set. 2024

PASSOS, Joselma Regilda dos; SILVA, Isabela Machado da. **Perspectivas de Profissionais sobre Acolhimento de Crianças e Adolescentes e Reintegração Familiar**. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 26, n. 59, p. 1-20, 2017

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da etnografia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 19, p. 3-18, 1992

PEIRANO, Mariza G. S. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 12 de out de 2024

PESCE, R. P., Assis, S. G., Santos, N. & Oliveira, R. V. C. (2004). **Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20 (2), 135-143

PINHEIRO, D. P. N. (2004). **A resiliência em discussão**. *Psicologia em Estudo*, 9 (1), 67-75. Recuperado a partir de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722004000100009&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000100009&lng=pt&nrm=isso)

PILOTTI, Francisco. **A criança excluída: a trajetória das políticas sociais públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v. 19, n. 2, p. 189-202, 2009

PIRES, Flávia Ferreira; SOUSA, Emilene de Sousa. “VAI ENTRAR NO LIVRO?” A participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.28, p. 141-158, 2020

RIBEIRO, F. B. **Lealdades, silêncios e conflitos: Ser um dos “grandes” num abrigo para famílias**. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 1, p. 40-55, 2011. DOI: 10.15448/1984-7289.2011.1.9192

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Minha mãe é usuária: crianças e adolescentes como atores do parentesco e da parentalidade em acolhimento institucional**. *Áltera Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 15, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/65479>. Acesso em: 2 set. 2024

RIZZINI, Irene (coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004

RUTTER, Michael, Resilience is an interactive concept that is concerned with the combination of serious risk experiences and a relatively positive psychological outcome despite those experiences. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*

SANTOS, Mariane Comelli dos; BÖING, Elisangela. **Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei**. Nova Perspectiva Sistêmica, São Paulo, v. 27, n. 61, p. 1-20, 2018

SARAIVA, Marina Rebeca; BITTENCOURT, João. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Instituto de Ciências Sociais – ICS. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Associação brasileira de editoras universitárias

SCHUCH, Patrice. Práticas de Justiça: Uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora da Silva Campos. **Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 13-20, 2012

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004

SILVA, Maria. Implicações da Prática Profissional no Acolhimento Institucional de Crianças: Perspectiva de Cuidadoras. *Revista de Assistência Social*, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2009

SMITH D. (2006). **Etnografia institucional como prática**. Rowman & Littlefield

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. Retornando para a Família de Origem: Fatores de Risco e Proteção no Processo de Reinserção de uma Adolescente Institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 85-96, dez. 2007. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822007000300014](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300014). Acesso em: 4 set. 2024

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. **O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência**: uma revisão de literatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: *Revista Psicologia & Sociedade*, n 18, p. 71-80, jan/abr. 2006

SOARES, Jucelino Oliveira. **A Alienação Parental e o Papel do Ministério Público no seu Enfrentamento**. Cadernos do Ministério Público do Estado do Ceará. Ano I – Nº 1 – Vol 1

SORIA, Heliana Baia Evelin, BLANDTT, Lucinaldo Da Silva; RIBEIRO, Jorgeane Correa. **RESILIÊNCIA: a capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais**, III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís /MA, 2007

SUTHERLAND, Edwin H. *Principles of Criminology*. 4. ed. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1947

TUMMONS J. (2017). Etnografia institucional, teoria, metodologia e pesquisa: algumas preocupações e alguns comentários. Em Reid J., Russell L. (Orgs.), *Perspectivas sobre e a partir de estudos de etnografia institucional em metodologia qualitativa* (Vol. 15, pp. 147–162). Emerald Publishing. 10.1108/S1042-319220170000015003

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In: *Individualismo e Cultura: Notas para a Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

VIEIRA, Isabela Maciel; COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos. **Representações Sociais de Família para Adolescentes Institucionalizados em um Município Norte Fluminense**. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2957>. Acesso em: 9 set. 2024

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Os Filhos de Ninguém: Abandono e Institucionalização de Crianças no Brasil**. Revista CONJUNTURA SOCIAL (Rio de Janeiro), julho 2000, No. 4, p. 30-36

WERNER, E. E., & Smith, R. S. (1992). **Overcoming the odds: High risk children from birth to adulthood**. Cornell University Press

YUNES, M. A. M. **Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. spe, p. 75-84, 2003

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

### 1. Acordar e começar o dia

- a) Que horas você costuma acordar?
- b) Quem te acorda? Como é esse momento?
- c) Como você se sente quando acorda aqui?
- d) O que você faz logo depois de acordar?
- e) Você gosta do café da manhã? Tem algo que gostaria que tivesse?

### 2. Higiene e cuidados pessoais

- a) Como é sua rotina de banho, escovar os dentes, arrumar o cabelo?
- b) Você tem seus próprios produtos ou precisa dividir?
- c) Você tem privacidade nesses momentos? Como se sente?

### 3. Escola

- a) Você estuda? Em qual turno?
- b) Como é sua ida à escola? Vai com quem?
- c) Gosta de estudar? Tem alguma matéria preferida?
- d) Como é estar na escola e depois voltar para a Casa?

### 4. Refeições

- a) Como são as refeições (almoço, jantar) aqui na Casa?
- b) Você gosta da comida? Tem liberdade para dar opinião?
- c) Como é o clima nesses momentos com as outras meninas?

### 5. Regras e tarefas

- a) Você tem alguma tarefa na Casa? Qual?
- b) O que você acha das regras daqui?
- c) Já teve alguma regra que achou injusta ou difícil de seguir?
- d) As cuidadoras ou outras funcionárias escutam sua opinião?

**6. Tempo livre**

- a) O que você faz no seu tempo livre?
- b) Pode escolher o que fazer ou tudo é controlado?
- c) Você brinca ou conversa com as outras meninas? Como é isso?
- d) Sente que pode confiar em alguém aqui?

**7. Dormir**

- a) O que você faz à noite, antes de dormir?
- b) Como é o quarto? Se sente bem e segura?
- c) Dorme bem? Tem dificuldades para dormir?
- d) O que costuma pensar ou sentir quando vai dormir?

**8. Expectativas x experiências**

- a) O que você mais gosta no seu dia aqui?
- b) O que você menos gosta?
- c) Se pudesse mudar alguma coisa na sua rotina aqui, o que mudaria?
- d) Como você se sente morando na Casa Doce Lar?